

2024

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
CG INEA 068/2022



Comitê de Bacia
Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande



COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA

Relatório Anual de Execução

Contrato de Gestão INEA 068/2022

Exercício 2024

Ano 2



Publicação

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01

Avenida Luiz Dias Martins, nº 73, Lojas 14 e 15, Piso Superior, Parque Ipiranga,
Resende/RJ.

CEP: 27516-245

Telefax: (24) 3355-8389

Site: www.agevap.org.br

E-mail: agevap@agevap.org.br



ENTIDADE DELEGATÁRIA

**ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PARAÍBA DO SUL**

Conselho de Administração**Presidente**

Jaime Teixeira Azulay

Conselheiros

Adelfran Lacerda de Matos

Nazem Nascimento

Luiz Mário de Azevedo Concebida

Dirceu Miguel Brandão Falce

Conselho Fiscal**Presidente**

Sinval Ferreira da Silva

Conselheiros

André Luiz dos Santos

Sandro Rosa Corrêa

Diretoria Executiva**Diretora-Presidente**

André Luis de Paula Marques (2024)

Aline Raquel de Alvarenga (interina - atual)

Assessor – Diretora-Presidente

Roberto Roballo Alves

Diretora Executivo – Unidade Resende

André Luis de Paula Marques (2024)

Rejane Monteiro da Silva Pedra (interina - atual)

Assessora – Unidade Resende

Lívia Corrêa Silva

Contrato de Gestão ANA nº 027/2020 – CEIVAP

Júlio César da Silva Ferreira, Marina Mendonça Costa de Assis, Daiane Alves dos Santos, Flávio Augusto Monteiro, Santos, Márcio Fonseca Peixoto, Ana Caroline Pitzer Jacob, Maira Simões Cucio, Jéssica Freitas da Silva, Vivian Letícia dos Santos Faria, Maria Clara Pimentel da Silva, Raíssa Caroline Galdino da Silva, Jamilyly Cristina Lucena da Silva, Gabriel Alexandre Alkmim Ribeiro, Rosane Maria Pinheiro da Silva Fonseca, Thácila Macedo Moreira, Douglas Silva de Carvalho

Contrato de Gestão INEA nº 067/2022 – Comitê Baía de Guanabara

Marcos Filgueiras Jorge, Carolina Leite Martins, Elias Inacia Rangel, Gabriel Macedo Frota dos Santos, Leandro Viana Guerra, Vitória Augusta Nunes Andrade, Jannyne Márcia Amorim Silva, Flávia Martins Oleira, Tânia Gonçalves Souza, Samantha Silva Farias e Henristoni de Souza Pinheiro.

Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 – Comitês Guandu e Baía da Ilha Grande

Antônio Mendes de Souza Júnior, Gabriela Miranda Teixeira, Amanda Resende Baptista, Marco Olavo Mendonça da Costa, Fátima do Carmo Silva Rocha, Christian Daniel Kozuf, Claudia Jacob da Costa Vasconcelos, Maria Adelaide Lima Vicente, Vitor Santos Lisboa, Matheus Miguel Pinheiro da Silva, Marja de Abreu Pinheiro, Izabelle Caroline Quirino Nogueira, Maria Eduarda Gonçalves Souto, Lorena Araújo Monteiro, Jonathann Gonçalves Ferreira Cunha, Camila Corrêa Neves, Ana Clara Rodrigues da Silva e Michaella Macedo Leitão.

Contrato de Gestão INEA nº 069/2022 – Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Ingrid Delgado Ferreira, Tatiana Oliveira Ferraz Lopes, Gabriel Paiva de Agostinho, Monique Soares da Fonseca Freire, Roberta Coelho Machado Abreu, Anaele Jóyce Juliate Rezende, Caio Henrique da Silva Santos, Naomy Euphemio de Souza, Victor Machado Montes, Harvey Stanley Spener Netto, Rafael Lira Teixeira Santos, Natalia Freitas de Souza, André Bohrer Marques, Ramon Porto da Mota Júnior, Thais Nacif de Souza Riscado, Amaro Sales Pinto Neto, Antônio Ednaldo Souza Oliveira, Gabriel de Carvalho Barboza, Grazielle Martins Jacinto, Maria Eduarda Ramos de Toledo, Gabriel Weinert Martins Pereira Valente, Yago Bernasch da Silva, Ana Carolina Martins França, Maria



Eduarda da Silva Oliveira, Rejane Medeiros Rabello, Júlia Rodrigues Ribeiro, Thamiris Pereira, Natália Cardoso Faria Alves, Júlia da Silva Vitória, Pablo Silva Fernandes, Amanda Vitória Gomes dos Santos, Anna Letícia da Silva Bila, João Victor França de Abreu Terra.

Contratos de Gestão IGAM nº 001 e 002/2019 – Comitês COMPE e Preto e Paraibuna

Alexandre de Andrade Cid, Mouser Hebert Pereira Costa e Luana Scheffer Thoni.

Gerência Administrativa

Hugo Teodoro Dias, Ana Beatriz de Souza Aguiar, Ana Júlia Lucena Silva, Andreia Guerini Coutinho, Carlos Rogério Vieira Torres, Diego Chagas dos Santos, Gisele Sampaio da Cunha Correia, Horácio Rezende Alves, Maria Fernanda Barbosa Correia, Paula da Rocha Eloy, Sarah Dias Ferreira Batista, Tathiane de Lima Rios e Viviana Morgado da Silva.

Gerência Financeira

Thais Souto do Nascimento, Camila Borges Pinto, Leonardo Bruno Chaves Siqueira, Fábio Tureta de Almeida, Leonardo Pires Monteiro da Silva, Marcia Simone Braz Nakashima, Júlia Santos Oliveira Soares de Aguiar, Fabiola da Cunha Estevão Diniz, Jéssica dos Santos Rodrigues, João Carlos de Andrade e Letícia Cecim da Silva

Gerência de Gestão Estratégica

Leandro Barros Oliveira, Simone Rodrigues Moreira Domiciano, Magno Diego Pereira Cota, Cleiton Conceição Froes, Marcelo Barbosa Ferreira Junior, Mateus Soares Campos Barboza, Mateus Nascimento da Silva Emerenciano, Matheus Carvalho Lima, Joao Paulo Andrade Sampaio, Eduardo Henrique Watson Gomes Tavares.

Controle Interno

Robredo Freitas da Silva e Rodrigo Barbosa de Lima Oliveira.



COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE

Diretor-Geral

Luis Paulo Silva do Nascimento

Diretor-Secretário

Alexadre Giovanetti Lima

Diretores Administrativos

Cesar Bassi Costa

Rene Duque

Tito Cals Lopes

Joanna Martins



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS GUANDU, DA GUARDA E GUANDU-MIRIM

Diretor-Geral

Elton Luis da Silva Abel

Diretor-Executivo

Antoni Felipe de Andrade

Diretora de Recursos Hídricos

Ana Larronda Asti

Diretora de Saneamento

Revisão 00



Paola de Oliveira Souza

Diretora de Restauração Ambiental

Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Diretor de Indústria e Energia

Celso Rodrigues da Silva Junior

Revisão 00



ÓRGÃO GESTOR



INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Presidente

Renato Jordão Bussiere

Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Cauê Bielschowsky

Gerência de Instrumentos de Recursos Hídricos e Governança das Águas

Raquel Emerick Pereira Mencarini



APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar, para o período de janeiro a dezembro de 2024 (ano II), os resultados obtidos com a execução do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) em 29 de dezembro de 2022.

Sendo assim, este Relatório apresenta uma comparação entre as metas estabelecidas para atendimento ao Contrato de Gestão supracitado e os resultados alcançados, demonstrando a evolução das atividades desenvolvidas pela AGEVAP, enquanto entidade delegatária com funções de Agência de Água das Regiões Hidrográficas I e II, Baía da Ilha Grande e Guandu, respectivamente.



SUMÁRIO

ENTIDADE DELEGATÁRIA	4
APRESENTAÇÃO	10
SUMÁRIO.....	11
INFORMAÇÕES GERAIS	18
INDICADORES DE DESEMPENHO	20
METAS DO PROGRAMA DE TRABALHO	23
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS E CONCEITOS	24
OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	26
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE.....	26
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS GUANDU, DA GUARDA E GUANDU-MIRIM.....	27
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES	30
INDICADOR 1 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO.....	30
PREVISTO – INDICADOR 1.....	30
RESULTADO – INDICADOR 1.....	30
INDICADOR 2 – NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS ENCAMINHAMENTOS.....	33
PREVISTO – INDICADOR 2.....	33
RESULTADO – INDICADOR 2.....	33
INDICADOR 3 – ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA DE AÇÕES PRIORIZADAS,	34
PREVISTO – INDICADOR 3.....	34
RESULTADO – INDICADOR 3.....	34
INDICADOR 4 – DESEMBOLSO FINALÍSTICO	39
PREVISTO – INDICADOR 4.....	39
RESULTADO – INDICADOR 4.....	40
JUSTIFICATIVAS – RESULTADO INDICADOR 4.....	42
INDICADOR 5 – DESEMBOLSO TOTAL.....	45



PREVISTO – INDICADOR 5.....	45
RESULTADO – INDICADOR 5.....	45
JUSTIFICATIVAS – INDICADOR 5.....	46
HISTÓRICO DE DESEMBOLSO.....	46
INDICADOR 6 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DELEGATÁRIA	48
PREVISTO – INDICADOR 6.....	48
RESULTADO – INDICADOR 6.....	48
INDICADOR 7 – ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CACG	49
PREVISTO – INDICADOR 7	49
RESULTADO – INDICADOR 7.....	49
NOTA FINAL POR INDICADOR.....	52
RESULTADO RH I – CBH BAÍA DA ILHA GRANDE	53
RESULTADO RH II – CBH GUANDU	54
NOTA FINAL GERAL	55
HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	56
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	57
RELATÓRIO SÍNTESE DOS INDICADORES	87
1. INFORMAÇÕES GERAIS	87
1.1. CONTRATO DE GESTÃO	87
1.2. ENTIDADE DELEGATÁRIA.....	87
2. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	87
2.1. INDICADOR 1	88
2.2. NOTA PARCIAL.....	89
2.3. INDICADOR 2	89
2.4. NOTA PARCIAL.....	91
2.5. INDICADOR 3	91
2.6. NOTA PARCIAL.....	92
2.7. INDICADOR 4	93
2.8. NOTA PARCIAL.....	94

2.9. INDICADOR 5	95
2.10. NOTA PARCIAL.....	96
2.11. INDICADOR 6	96
2.12. NOTA PARCIAL.....	97
2.13. INDICADOR 7	98
2.14. NOTA PARCIAL.....	98
3. NOTA GERAL E CONCEITO DA AUTOAVALIAÇÃO.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
LISTA DE ANEXOS	100



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informações sobre o Estatuto Social e Regimento Interno da AGEVAP.....	18
Tabela 2. Metas para cumprimento do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 para o ano de 2024.....	23
Tabela 3. Critérios e pontuações para cálculos das notas parciais (NP) dos Indicadores	24
Tabela 4 - Grau qualitativo de desempenho	25
Tabela 5 - Indicador 1: Nível de organização do planejamento anual de atividades - CG 68/2022.....	31
Tabela 6 - Indicador 2: nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos requeridos pelos COMITÊS - CG 68/2022.....	33
Tabela 7 - Ação estratégica estabelecida pelo CBH BIG, de acordo com o programa, metas e ações do PRH-BIG.....	34
Tabela 8 - Metas do Indicador 3 - CBH BIG.....	35
Tabela 9 - Resultado do indicador 3 na RH I - CBH BIG	36
Tabela 10 - Ação estratégica/prioritária na RH II - CBH Guandu	37
Tabela 11 - Metas do indicador 3 na RH II - CBH Guandu.....	37
Tabela 12 - Metas do indicador 3 - de acordo com a Resolução XXXX.....	38
Tabela 13 - Recurso total disponível.....	41
Tabela 14 - Indicador 4: Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas - CG 68/2022.....	41
Tabela 15 - Previsão de arrecadação na RH I (20/02/2024)	44
Tabela 16 - Previsão de arrecadação na RH II (20/02/2024)	44
Tabela 17 - Recurso total disponível.....	46
Tabela 18 - Indicador 5: índice de recursos comprometidos total - CG 68/2022.....	46
Tabela 19 - Histórico de Desembolso da RH I.....	47
Tabela 20 - Histórico de Desembolso	47
Tabela 21 - Indicador 6: taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA - CG 68/2022.....	49
Tabela 22 - Atendimento as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão - Região Hidrográfica I - CBH BIG	50
Tabela 23 - Plano de Trabalho.....	52
Tabela 24 - Resultado RH I – CBH Baía da Ilha Grande.....	53
Tabela 25 - Resultado RH II – CBH Guandu	54
Tabela 26 - Nota final geral CG 068/2022.....	55
Tabela 27 - Grau de desempenho	55
Tabela 28 - Histórico da Pontuação	56



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da RH I - Baía da Ilha Grande	26
Figura 2 - Mapa da RH II - Bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim.	28
Figura 3 - Ficha SIGA - Atualização do Plano de Comunicação do CBH BIG	36
Figura 4 - Reunião da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão com a AGEVAP, no dia 29 de novembro de 2024.....	50
Figura 5 - Plataforma está disponível em https://sigaaguas.org.br/home/sigailhagrande/	61
Figura 6 - O Diretor-presidente do CBH BIG, Luis Paulo do Nascimento, em mesa do evento GreenRio	64
Figura 7 - Capa do boletim 2024, trazido pelo Plano de comunicação. Xxxxxxxx	67
Figura 8 - Dados do site do CBH BIG em 2024 - https://www.cbhbig.org.br/	68
Figura 9 - Home Page do site do CBH BIG.....	68
Figura 10 - Publicação no Instagram do CBH BIG	69
Figura 11 - Capa do Plano Diretor Florestal da RH II	80
Figura 12 - Revista Guandu 2024. Disponível em https://drive.google.com/file/d/18z2KD440SX9MSVsMAZzWN2wI3-gUx7r6/view	84
Figura 13 - Dados do site do CBH Guandu em 2024. https://comiteguandu.org.br/	85
Figura 14 - Home Page do site do CBH Guandu	85
Figura 15 - Redes Sociais do CBH Guandu apresentaram grande engajamento.	86

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - 76ª Reunião Ordinária Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), realizada no Cinema da praça em Paraty- RJ, no dia 13 de junho de 2024.	32
Foto 2 – Seminário de Saneamento, realizado na sede da OAB no Rio de Janeiro, no dia 3 de abril de 2024. O evento marcou os 22 anos do CBH Guandu e o lançamento do Sanear Guandu II	32
Foto 3 - Trabalho de diagnóstico do Plano de Comunicação: entrevistas com membros e outros atores da bacia	35
Foto 4 - Composição plenária do CBH BIG 2024-2026. 74ª Reunião Ordinária Plenária, na Casa da Cultura de Paraty, localizada no Centro Histórico de Paraty - RJ	57
Foto 5 - Além do sistema de esgotamento, foram construídos banheiros utilizando dos saberes locais, mantendo as tradições da comunidade.	58
Foto 6 – Membros do Comitê, da FIOTEC e AGEVAP com o Cacique Agostinho, na comunidade indígena Araponga.	58
Foto 7 - Mesa de abertura do Encontro de Saneamento contou com a presença do diretor-presidente do CBH BIG, Luis Paulo Nascimento	59
Foto 8 - Evento reuniu os nove Comitês Fluminenses.	60
Foto 9 - Instalação dos Biodigestores na localidade de Ponta Negra em Paraty/RJ. Projeto contratado com recursos do FUNDRHI.....	62
Foto 10 - Biodigestores instalados na localidade de Praia Vermelha, na Ilha Grande em Angra dos Reis/RJ. Projeto contratado com recursos do FUNDRHI.	63
Foto 11 - Diretor Geral do CBH BIG com o Prêmio ONU, no G20 Social no Rio de Janeiro/RJ.....	65
Foto 12 - Apresentação do Diretor-Presidente da AGEVAP, André Marques, durante o Seminário de Usuários de Água, no Centro Tecnológico do Mar em Angra dos Reis.	66
Foto 13 - Seminário de Saneamento da RH II, realizado na sede da OAB no Rio de Janeiro/RJ em abril de 2024.....	70
Foto 14 - A Diretora de Saneamento do CBH Guandu, Paola Oliveira, apresenta o programa Sanear durante o ECOB.....	71
Foto 15 - Diretores do CBH Guandu e representantes do INEA na cerimônia de abertura do ECOB 2024...72	
Foto 16 - Implementação de solução de esgotamento sanitário no município de Miguel Pereira/RJ, pelo projeto Sanear Guandu.	73
Foto 17 - Plantio de Mudas em Rio Claro/RJ através do projeto PAF (re) Floresta	75
Foto 18 - O (re) Floresta conta com capacitações em escolas e centros comunitários	76
Foto 19 - Alunos participam de atividades de educação ambiental em Rio Claro/RJ	76
Foto 20 - Membros do Comitê Guandu estiveram presentes no ERCOB em Minas Gerais.....	77



Foto 21 - Diretor Geral do CBH Guandu, Elton Abel, e especialistas participam da gravação do Podcast do Colegiado.....	81
Foto 22 - Alunos receberam cartilha do Colegiado.....	82
Foto 23 - Plantio de Mudas também fez parte da programação do Amigos do Guandu.....	82
Foto 24 - Alunos das escolas participantes, que são nas comunidades que recebem o programa Sanear Guandu, aprendem sobre saneamento básico e os cuidados necessários para manter as soluções de esgotamento sanitário funcionando.	83
Foto 25 - Na visita ao Espaço Manancial da CEDAE, os alunos participantes do Amigos do Guandu tem lições lúdicas e práticas sobre descarte correto de lixo e cuidados com a água.	83

INFORMAÇÕES GERAIS

Dados Gerais de Identificação

Razão Social

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)

Natureza Jurídica

Associação civil de direito privado com fins não econômicos

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

05.422.000/0001-01

Vinculação

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Contrato de Gestão INEA nº 068/2022

Normas de criação e finalidade

A AGEVAP, associação civil de direito privado com fins não econômicos, foi criada em 2002 e tem por finalidade dar apoio técnico, administrativo e operacional à gestão dos recursos hídricos na sua área de atuação.

A AGEVAP é regida pelas normas constantes de seu Estatuto Social e Regimento Interno. As versões iniciais e as suas alterações são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Informações sobre o Estatuto Social e Regimento Interno da AGEVAP

Estatuto Social		Regimento Interno	
Fundação da AGEVAP	20 de junho de 2002	Inicial	31 de março de 2004
1ª alteração	13 de agosto de 2004	1ª alteração	29 de abril de 2005
2ª alteração	23 de novembro de 2004	2ª alteração	16 de setembro de 2009
3ª alteração	30 de março de 2009	3ª alteração	12 de maio de 2010
4ª alteração	12 de maio de 2010	4ª alteração	16 de agosto de 2011
5ª alteração	16 de agosto de 2011		
6ª alteração	11 de dezembro de 2014		
7ª alteração	27 de janeiro de 2016		
8ª alteração	06 de novembro de 2019		
9ª alteração	17 de setembro de 2020		
9ª alteração (rerratificado)	13 de outubro de 2020		
10ª alteração	20 de outubro de 2020		



	Estatuto Social	Regimento Interno
11ª alteração	20 de outubro de 2022	
12ª alteração	30 de março de 2023	
13ª alteração	21 de março de 2024	

Utilidade Pública

Municipal

A Câmara Municipal de Resende, município do Estado do Rio de Janeiro, concedeu à AGEVAP o título de Utilidade Pública Municipal por meio da Resolução nº 4.551, de 17 de novembro de 2009.

Estadual

O governo do Estado do Rio de Janeiro sancionou, em 17 de março de 2011, a Lei Estadual nº 5.916, que declara a AGEVAP como Utilidade Pública Estadual.

Objeto do Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão tem por objeto o alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo II do Contrato de Gestão INEA 068/2022, no exercício de funções de competência da Agência de Água nas Regiões Hidrográficas I e II do estado do Rio de Janeiro.

Essas Regiões foram definidas pela Resolução nº 107 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI-RJ), sendo RH I – Baía da Ilha Grande e RH II – Guandu.



INDICADORES DE DESEMPENHO

A execução das obrigações previstas no Contrato de Gestão é aferida por um conjunto de metas a serem alcançadas pela AGEVAP, cujos resultados são mensurados por indicadores de desempenho constantes do Programa de Trabalho, Anexo II do Contrato de Gestão.

Os indicadores avaliados estão descritos a seguir.

Indicador 1

Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias

A Entidade Delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do Comitê.

O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do COMITÊ e de suas instâncias a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 1} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de eventos e de reuniões realizados no período}}{\text{N}^{\circ} \text{ total de eventos e de reuniões planejados no período}} \times 100$$

Indicador 2

Nível de atendimento pela Entidade Delegatária aos encaminhamentos requeridos pelo Comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades

A Entidade Delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do Comitê e de suas instâncias, e organizar a ‘Ordem do Dia’, secretariar,



assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do Comitê e de suas instâncias.

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 2} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de encaminhamentos atendidos no período}}{\text{N}^{\circ} \text{ de encaminhamentos requeridos no período}} \times 100$$

Indicador 3

Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo Comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD, aprovados pelo Comitê.

Fórmula de cálculo

Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ

Anos seguintes:

$$\text{Indicador 3} = \frac{\% \text{ de avanço físico realizado no período}}{\% \text{ de avanço físico previsto no período}} \times 100$$

Indicador 4

Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 4} = \frac{\text{Recurso comprometido em ações finalísticas no período (R\$)}}{\text{Valor disponível no período (R\$)}} \times 100$$



Indicador 5

Índice de recursos comprometidos totais

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo Órgão Gestor, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 5} = \frac{\text{Recursos comprometidos totais no período (R\$)}}{\text{Valor disponível no período (R\$)}} \times 100$$

Indicador 6

Taxa de administração real da Entidade Delegatária

A Entidade Delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo Órgão Gestor, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo Comitê.

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 6} = \frac{\text{Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$)}}{\text{Recurso comprometido total no período (R\$)}} \times 100$$

Indicador 7

Índice de atendimento às recomendações da CACG

A Entidade Delegatária deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA).

Fórmula de cálculo

$$\text{Indicador 7} = \frac{\text{Nº de recomendações atendidas pela delegatária}}{\text{Nº de recomendações solicitadas pela CACG}} \times 100$$



METAS DO PROGRAMA DE TRABALHO

O atendimento aos indicadores é mensurado através de metas também estipuladas no Programa de Trabalho, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Metas para cumprimento do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 para o ano de 2024

Indicador	Descrição	Peso	Avaliação	Meta
Indicador 1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias	1	Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	90% - 110%
Indicador 2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades	1	Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	85%
Indicador 3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD.	1	Ano 2: % de avanço físico realizado no período/% de avanço físico previsto no período x100	100%
Indicador 4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)	2	Recurso comprometido em ações finalísticas no período / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	30%
Indicador 5	Índice de recursos comprometidos totais (%)	2	Recursos comprometidos totais / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	35%
Indicador 6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA	2	Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / Recurso comprometido total no período (R\$) x 100	25%
Indicador 7	Índice de atendimento às recomendações da CACG	1	Número de recomendações atendidas pela entidade delegatária / número de recomendações solicitadas pela CACG x 100	100%



FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS E CONCEITOS

A apuração dos resultados a serem apresentados em cada período e para cada critério de avaliação dos indicadores de desempenho seguirá uma lógica de ponderação para a conversão do valor obtido na nota correspondente conforme demonstrado a seguir:

- Nota parcial do indicador (NP) = a ser calculada conforme indicador
- Nota final do indicador (NF) = Peso do indicador x Nota parcial do indicador (NP)
- Nota geral (NG) = Somatório das notas finais dos indicadores / Somatório dos pesos dos indicadores

Os indicadores serão atribuídos de notas parciais e finais considerando as respectivas fórmulas de cálculo e critérios a seguir, definidos conforme as metas a serem atingidas. Os critérios para cálculo da nota parcial (NP) de cada indicador, em 2023, se encontram na Tabela 3.

Tabela 3. Critérios e pontuações para cálculos das notas parciais (NP) dos Indicadores

Indicador	Cálculo da nota parcial (NP)	
	Critério	Pontuação
Indicador 1	Índice entre 90% e 110%	10,0
	Índice < 90% ou > 110%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 2	Índice igual ou maior a 80%	10,0
	Índice < 85%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 3	Cumprimento total da meta para o ano 2	10,0
	Cumprimento parcial da meta para o ano 2	Pontuação proporcional linear decrescente
	Não cumprimento da meta para o ano 2	0
Indicador 4	Índice igual ou maior a 25%	10,0
	Índice < 30%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 5	Índice igual ou maior a 30%	10,0
	Índice < 35%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 6	Índice igual ou menor a 30%	10,0
	Índice > 25%	Pontuação proporcional linear decrescente
Indicador 7	Índice igual a 100%	10,0
	Índice < 100%	Pontuação proporcional linear decrescente



A nota geral, ou seja, o valor do desempenho agregado consistirá no resultado da avaliação quanto ao cumprimento do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão.

O valor numérico da nota geral (NG), por fim, será traduzido para uma escala qualitativa e, dessa forma, mostrará o grau de atendimento das metas pactuadas e, conseqüentemente, o cumprimento do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão. Os graus de desempenho correspondentes às notas gerais são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4 - Grau qualitativo de desempenho

Nota Geral (NG)	Grau de Desempenho
nota geral \geq 9	Desempenho ótimo
$7 \leq$ nota geral $<$ 9	Desempenho bom
$5 \leq$ nota geral $<$ 7	Desempenho regular
nota geral $<$ 5	Desempenho insatisfatório

diversidade em sua base econômica, dividindo-se em indústrias de grande a pequeno porte, agropecuária, pesca, turismo, serviços, entre outros segmentos.

É uma área que possui um forte apelo ambiental e está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Bocaina. A presença de diversas Unidades de Conservação e a declividade fazem da Região Hidrográfica I a que possui maior porcentagem de cobertura florestal, com diversos rios e nascentes preservados, além de possuir ecossistemas de manguezais e outros continentais, costeiros e marinhos, ricos em biodiversidade.

Esta área abriga ainda uma grande diversidade cultural, habitada por Comunidades Tradicionais, como Indígenas, Caiçaras e Quilombolas o que torna a região uma área rica em cultura tradicional.

O apoio técnico e administrativo ao Comitê é realizado por profissionais da sede da AGEVAP, em Resende/RJ, e ainda, por profissionais dedicados exclusivamente ao Comitê, alocados na Unidade Descentralizada 8 (UD 8) localizada na cidade de Angra dos Reis/RJ, situada à Estrada do Marinas, N° 111, casa 12, no bairro Marinas.

Além de presencial, o atendimento aos membros do Comitê e ao público em geral também é realizado através do telefone (24) 3377-6590 e (24) 99229-1888 (*WhatsApp*), redes sociais, do e-mail: cbhbig@gmail.com e da página eletrônica <http://www.cbhbig.org.br/>.

Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim

Aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro – CERHI/RJ, em 2002, e criado pelo Decreto Estadual nº 31.178, de 3 de abril de 2002, cuja redação foi atualizada pelo Decreto Estadual nº 45.463/2015, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim foi instalado no município de Seropédica/RJ.

A área de atuação do Comitê compreende a Região Hidrográfica II e abrange 15 (quinze) municípios, sendo: Itaguaí, Seropédica, Queimados, Engenheiro Paulo de Frontin, Japeri e Paracambi (totalmente abrangidos), além de Mangaratiba, Miguel Pereira, Vassouras,



Barra do Pirai, Mendes, Nova Iguaçu, Pirai, Rio Claro e Rio de Janeiro (parcialmente abrangidos), como mostra a Figura 2.

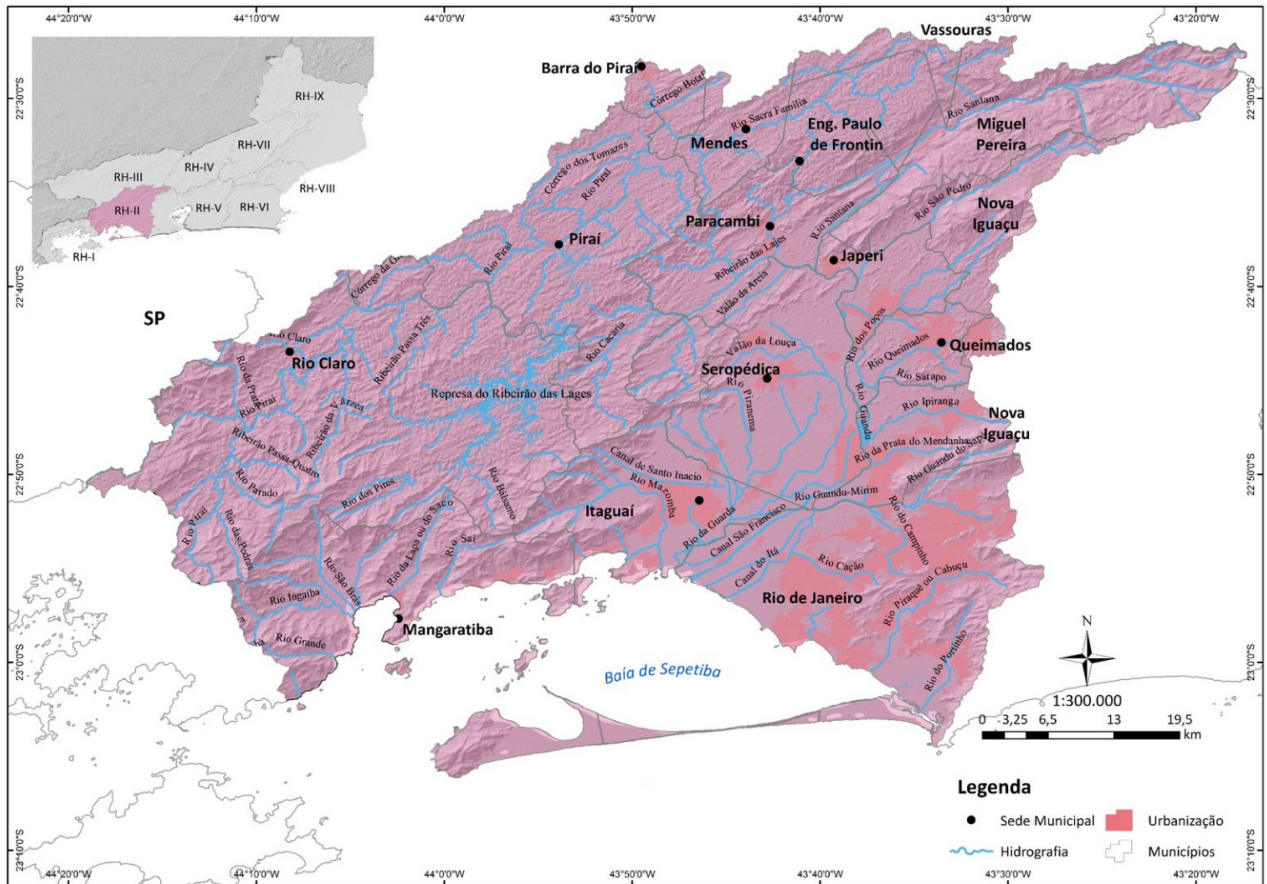


Figura 2 - Mapa da RH II - Bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim.

Compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, as nascentes do Ribeirão das Lajes, as águas desviadas dos rios Paraíba do Sul e Pirai, os afluentes ao ribeirão das Lajes, ao rio Guandu e ao canal de São Francisco, até a sua desembocadura na Baía de Sepetiba, bem como as Bacias Hidrográficas dos Rios da Guarda e Guandu-Mirim.

Devido à vinculação hídrica entre as bacias do Guandu e do Paraíba do Sul, em virtude da transposição para geração de energia e abastecimento da população da região metropolitana do Rio de Janeiro, tais bacias têm forte conexão e questões relevantes a serem negociadas e debatidas por seus atores.

O apoio técnico e administrativo ao Comitê é realizado por profissionais da sede da AGEVAP, em Resende/RJ, e ainda, por profissionais dedicados exclusivamente ao Comitê Guandu, alocados na Unidade Descentralizada 6 (UD 6) localizada na cidade de

Seropédica/RJ, situada à Avenida Ministro Fernando Costa, nº 775, Salas 203 e 205, no bairro Fazenda Caxias.

Além de presencial, o atendimento aos membros do Comitê e ao público em geral também é realizado através do telefone (24) 98855-0814 (*WhatsApp*), redes sociais, do e-mail: quandu@agevap.org.br e da página eletrônica <http://www.comitequandu.org.br/>.



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

INDICADOR 1 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO

Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias

Previsto – Indicador 1

A Entidade Delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do Comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do Comitê.

O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do COMITÊ e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.

Deverão ser cumpridos de 90% a 110% das reuniões e eventos planejados para o exercício.

Resultado – Indicador 1

O Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande aprovou no dia 15 de dezembro de 2023 a [PAAD CBH BIG 2024- Programação Anual de Atividades e Desembolso \(PAAD\)](#). Já o Comitê Guandu aprovou a [PAAD Guandu 2024](#) no dia 14 de dezembro de 2023. Ambas em reuniões Plenárias Ordinárias, através de Resolução. As programações estabeleceram a quantidade de reuniões e eventos a serem realizados e secretariados pela AGEVAP. No CBH Baía da Ilha Grande, foram realizadas 105% das reuniões/eventos previstos. Cabe ressaltar que houve um acréscimo de reuniões em relação ao planejamento devido a criação da Câmara Técnica de Monitoramento, através da [Resolução CBH BIG 38/2024 de 8 de agosto de 2024](#). Ou seja, uma nova instância e, conseqüentemente, a necessidade de novas reuniões. Foi avaliado que mesmo com a nova instância, o percentual máximo previsto no Contrato de Gestão não seria extrapolado e, por isso, não houve um novo arranjo e deliberação da PAAD, como também é previsto. No CBH Guandu, foram realizadas 101% das reuniões/eventos previstos. Em relação ao planejamento das reuniões/eventos no CBH Guandu, a diretoria colegiada deliberou em fevereiro de 2023 a



realização de um [seminário para comemorar o aniversário do Colegiado e fazer o lançamento dos novos editais do programa Sanear Guandu](#). Além disso, foram realizadas reuniões extraordinárias acima do previsto no planejamento realizado com o Colegiado. Mesmo com o acréscimo, o planejamento no CBH continuou dentro da margem estabelecida no Contrato de Gestão, que traz como a meta era a realização de 90% à 110% das reuniões e eventos previstos para o indicador 1.

A seguir, a Tabela 5 traz os quantitativos de reuniões e eventos previstos e realizados:

Tabela 5 - Indicador 1: Nível de organização do planejamento anual de atividades - CG 68/2022

RH	Nº total de eventos e de reuniões planejados no período	Nº total de eventos e de reuniões realizados no período	Nível de organização do PAAD
I	20	22	110%
II	55	57	101%
CG	75	79	105%

O detalhamento das reuniões com informações sobre data, instância e o devido registro estão disponíveis no anexo I deste relatório.

Grau de Alcance



META ATINGIDA





Foto 1 - 76ª Reunião Ordinária Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), realizada no Cinema da praça em Paraty- RJ, no dia 13 de junho de 2024.



Foto 2 – Seminário de Saneamento, realizado na sede da OAB no Rio de Janeiro, no dia 3 de abril de 2024. O evento marcou os 22 anos do CBH Guandu e o lançamento do Sanear Guandu II

INDICADOR 2 – NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS ENCAMINHAMENTOS

Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.

Previsto – Indicador 2

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do COMITÊ e de suas instâncias; e organizar a ‘Ordem do Dia’, secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do COMITÊ e de suas instâncias. A meta para o primeiro ano é de 80%.

Resultado – Indicador 2

A Delegatária alcançou o índice de 100% no CBH Baía de Ilha Grande e no CBH Guandu. A seguir, a Tabela 6 traz os quantitativos de encaminhamentos solicitados e atendidos, cuja planilha com os registros detalhados está disponível no Anexo II.

Tabela 6 - Indicador 2: nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos requeridos pelos COMITÊS - CG 68/2022

RH	Nº de encaminhamentos solicitados	Nº de encaminhamentos atendidos	Nível de atendimento pela Entidade Delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo Comitê
I	56	56	100%
II	86	85	99%
CG	142	142	99,5%

Grau de Alcance



META ATINGIDA



INDICADOR 3 – ÍNDICE DE EXECUÇÃO FÍSICA DE AÇÕES PRIORIZADAS,

Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelos Comitês.

Previsto – Indicador 3

A AGEVAP deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e na Programação Anual de Atividades e Desembolso - PAAD, aprovados pelo COMITÊ. Para o ano 1 deverá ser aprovado documento formal resultante da reunião plenária do COMITÊ (deliberação, ata etc.), com a priorização da(s) ação(ões), o cronograma físico da(s) respectiva(s) ação(ões) e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes até a vigência do contrato de gestão.

Resultado – Indicador 3

Foi aprovado pelo CBH Baía da Ilha Grande no dia 15 de dezembro de 2023, durante a 73ª Reunião Ordinária do Plenário, a [Resolução CBH BIG Nº 34/2023](#) que dispõe sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região Hidrográfica I, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA nº 68/2022. A resolução estabeleceu a ação estratégica e os percentuais a serem alcançados até 2027.

A ação prioritária definida pelo Colegiado, constante no Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos, está especificada no anexo I da resolução supracitada, sendo a que segue:

Tabela 7 - Ação estratégica estabelecida pelo CBH BIG, de acordo com o programa, metas e ações do PRH-BIG

Ação:	8.1.3 – Comunicação e Mobilização do CBH-BIG
Subprograma:	8.1 – Educação e comunicação
Programa:	8 – Programa de Educação e Comunicação
Macrodiretriz	Empoderamento, Cooperação e Gestão
Meta:	Plano de comunicação e mobilização elaborado e revisado a cada 5 anos
Orçamento	R\$ 3.690.424,00

A resolução estabelece ainda as metas de execução da atividade, da forma que segue:



Tabela 8 - Metas do Indicador 3 - CBH BIG

Atividade	Percentual anual
2024	
Contratação de instituição para atualização e execução do plano de comunicação do CBH BIG	25%
Emitir Ordem de Serviço para início da execução do Contrato	15%
Atualização do Plano de ação com ênfase em educação ambiental	30%
Execução física de 40% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	30%
2024 (%) 100%	

Após as discussões sobre o escopo e os objetivos da implementação e a equipe de atendimento nas instâncias do Colegiado, foi aberto o processo de tomadas as devidas providências para a contratação. O contrato foi assinado em 11 de setembro de 2024, sendo o documento equivalente também a ordem de serviço para o início da execução do objeto.

Após estudos, visitas técnicas e entrevistas, a atualização do Plano de Comunicação com ênfase em educação ambiental foi entregue em 29 de novembro de 2024. A versão final do documento foi aprovada no dia 5 de dezembro de 2024 (anexo III).



Foto 3 - Trabalho de diagnóstico do Plano de Comunicação: entrevistas com membros e outros atores da bacia.



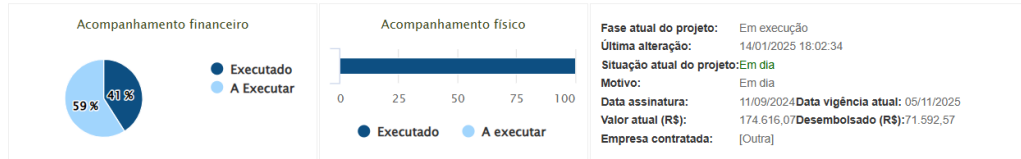
Ao final de 2024, foram implementados/executados 41% do previsto para o projeto e a contratação, de acordo com a [Ficha SIGA](#):

PAP Online

Relatório de Ficha do Projeto

Projeto: **Comunicação BIG 2024**
 Processo: **086/2024 - BIG**
 Gestor(es): **Matheus Miguel**

SINTESE DO PROJETO



PAP - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

Baía de Ilha Grande
Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
Programa: 8.1.3 Comunicação e mobilização do CBH-BIG (BIG)

Baía de Ilha Grande
Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
Programa: 8.1.5 Conscientização ambiental (BIG)

Figura 3 - Ficha SIGA - Atualização do Plano de Comunicação do CBH BIG

Portanto, o **resultado alcançado do indicador 3 na RH I, CBH BIG**, é o que segue:

Tabela 9 - Resultado do indicador 3 na RH I - CBH BIG

Atividade	Percentual previsto	Percentual atingido
2024		
Contratação de instituição para atualização e execução do plano de comunicação do CBH BIG	25%	25%
Emitir Ordem de Serviço para início da execução do Contrato	15%	15%
Atualização do Plano de ação com ênfase em educação ambiental	30%	30%
Execução física de 40% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	30%	30%
2024 (%)	100%	100%

Já o CBH Guandu aprovou no dia 14 de dezembro de 2023 a [Resolução COMITÊ GUANDU-RJ no 183/2023](#), durante a 4ª Reunião Ordinária do Plenário, a que dispõe sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região

Hidrográfica II, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação prioritizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA no 68/2022.

A ação prioritária definida pelo Colegiado, constante no Manual Operativo do Plano Estratégico de Recursos Hídricos, está especificada no anexo I da resolução do Colegiado, sendo a que segue:

Tabela 10 - Ação estratégica/prioritária na RH II - CBH Guandu

Ação:	4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
Programa:	4.1.2 - Restauração e Conservação de Áreas prioritárias para os recursos hídricos
Subagenda:	4.1 - Restauração e conservação
Agenda:	4 - Infraestrutura Verde
Metas:	Implantar projetos PSA na RH II a partir do 1º ano até o final da execução do PERH

Inicialmente, a resolução previa para 2024 a execução das seguintes etapas da elaboração:

Tabela 11 - Metas do indicador 3 na RH II - CBH Guandu

Atividade	Percentual anual	Percentual total
2024		
Contratação da executora do PAF	10%	3%
Abertura de edital de seleção dos produtores	10%	3%
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	15%	4%
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	20%	5%
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	15%	4%
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	20%	5%
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	10%	3%
	2024 (%) 100%	25%

Infelizmente o certame recebeu diversos recursos e chegou a ser impugnado, por conta de uma das concorrentes cujo coordenador não cumpria as exigências estabelecidas no edital. Devido ao fato, o certame foi judicializado. Após o trabalho da justiça, nortado por diligências do CREA (RJ e SP), houve decisão favorável à sua continuidade (anexo III). Com isso, o contrato foi assinado no dia 22 de novembro de 2024.

A questão ocasionou atrasos, alheios ao trabalho da delegatária. Atrasos esses que desencadeariam atrasos e desordem também nos anos seguintes, já que as ações são encadeadas e dependente cronologicamente.





Frente à isso, considerando que as ações e questões judiciais impediram a execução prevista, a AGEVAP levou à diretoria do Comitê Guandu e ao Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão uma nova proposta de cronograma, da mesma ação, com prazos adequados a realidade imposta pelo imbróglio. Após considerações, foi aprovada a resolução CBH Guandu 194/2025 que estabelece um novo cronograma para quatro anos:

Tabela 12 - Metas do indicador 3 - de acordo com a Resolução 194/2025

Atividade	Percentual anual	Percentual total	2024	2025	2026	2027
2024						
Contratação da executora do PAF	100%	25%				
	2024 (%)	100%	25%			
2025						
Abertura de edital de seleção dos produtores	20%	7%				
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	30%	6%				
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	30%	6%				
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	20%	6%				
	2025 (%)	100%	25%			
2026						
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	20%	5%				
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	10%	1%				
Contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	10%	3%				
Conservação de 75% das áreas, de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%				
Conversão produtiva de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	15%	3%				
Restauração de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	15%	4%				
Monitoramento de 75% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%				
Monitoramento de 75% das áreas destinadas a restauração e conversão produtiva	10%	3%				
	2026 (%)	100%	25%			
2027						
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	10%	4%				
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	5%	1%				
Abertura de edital de seleção dos produtores	5%	1%				
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	10%	3%				
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	10%	3%				
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	10%	3%				

Atividade	Percentual anual	Percentual total	2024	2025	2026	2027
Conservação de 100% das áreas, de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Conversão produtiva de 100% das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Restauração de 100% das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a restauração e conversão produtiva	10%	2%				
	2027 (%)	100%				
		400%				

Legenda:

	Ciclo 1
	Ciclo 2

Dessa forma, de volta à governança da Delegatária, voltar ser possível a execução das ações previstas. O detalhamento deste indicador está no anexo III.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

INDICADOR 4 – DESEMBOLSO FINALÍSTICO

Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas.

Previsto – Indicador 4

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, são consideradas apenas as ações finalísticas, aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e



detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), excluídas as ações de suporte ao funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

O recurso comprometido engloba: o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos; e o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela Entidade Delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente.

O recurso disponível engloba o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; o valor repassado, no exercício, à Entidade Delegatária, pelo Órgão Gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e os rendimentos financeiros.

A meta para o segundo ano é de 30% referente ao recurso disponível no período.

Resultado – Indicador 4

No ano de 2024, a AGEVAP recebeu de repasse do FUNDRHI, referente aos valores arrecadados da Região Hidrográfica I (CBH Baía da Ilha Grande), o valor total de R\$ 1.083.422,75 (um milhão e oitenta e três mil e quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)¹. O recurso comprometido em ações finalísticas, previstas no PAP, foi no valor total de R\$ 793.649,96 (setecentos e e noventa e três mil e seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos), o que equivale à 8,9% do valor disponível em sua conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 30%, a mesma foi parcialmente atingida.

Em relação aos valores arrecadados da Região Hidrográfica II (CBH Guandu), foram repassados do FUNDRHI R\$ 64.122.604,26 (sessenta e quatro milhões e cento e vinte e dois mil e seiscentos e quatro reais e vinte e seis centavos). Foram comprometidos em ações finalísticas, previstas no PAP, o valor total 33.413.220,10 (trinta e três milhões e quatrocentos e treze mil e duzentos e vinte reais e dez centavos), o que equivale à 14,8%

¹ Não considera os recursos da CFURH, pois são destinados ao custeio do Contrato de Gestão, de acordo com a Resolução CERHI vigente.



do valor disponível em sua conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 30%, a mesma foi parcialmente atingida.

Para efeitos de cálculo de recursos disponível, foram utilizados: o saldo em conta de cada RH em 31/12/2023; os valores arrecadados nas RHs e repassados pelo Órgão Gestor no ano de 2024 via Contrato de Gestão nº 068/2022; e o somatório dos rendimentos mensais das respectivas contas. Os valores mencionados e o total considerado como recurso disponível para desembolso em 2024 se encontram na Tabela 12 a seguir:

Tabela 13 - Recurso total disponível

RH	Saldo em caixa de exercícios anteriores (R\$)	Recurso repassado (R\$)	Rendimentos (R\$)	Recurso total disponível (R\$)
I	7.423.310,16	1.083.422,75	455.295,19	8.962.028,10
II	149.636.222,93	64.122.604,26	12.790.413,60	226.549.240,79

Os valores comprometidos em ações finalísticas, previstas nos Planos de Bacia, Planos de Aplicação Plurianual e PAAD, bem como o percentual desse valor considerando o recurso total disponível em 2024, ou seja, o “Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)” estão especificados na Tabela 13 a seguir:

Tabela 14 - Indicador 4: Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas - CG 68/2022

RH	Valor comprometido em ações finalísticas (R\$)	Recurso total disponível (R\$)	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)
I	793.649,96	8.962.028,10	8,9%
II	33.413.220,10	226.549.240,79	14,8%

Grau de Alcance



META PARCIALMENTE ATINGIDA



Justificativas – Resultado indicador 4

O Planejamento Anual de Atividades e Desembolso do CBH Baía da Ilha Grande, Resolução CBH-BIG Nº 35/2023, estabeleceu um recurso de R\$ 2.870.233,53 para desembolso finalístico. Desse recurso, R\$ 1.126.253,04 para ação (3.1.1) de monitoramento. Para estruturar a ação, além de reuniões com diversos atores da bacia (INEA, Defesa Civil, Universidade, etc) o Colegiado criou em agosto de 2024 uma Câmara Técnica para definir a ação. Assim, foi aprovado um arranjo semelhante ao concretizado na Região Hidrográfica II (Guandu), no projeto Observatório. Foi aprovado pelo Plenário a assinatura de um instrumento com o INEA, responsável pelo monitoramento das águas superficiais no estado, para que o órgão implemente a rede proposta, fortalecendo a malha pública da RH I e do estado do Rio de Janeiro. A ação foi incluída na PAAD de 2025 (Resolução CBH BIG 039/2025).

Outra ação, a 1.2.2, que consiste no apoio a pesquisa para fomentos de soluções alternativas para o abastecimento, havia a previsão de um investimento de R\$ 300.000,00. Em um primeiro momento, foi iniciado um processo para fomento de pesquisas via FAPERJ, instituição pública estadual de apoio e fomento à pesquisa, por meio do processo SEI-260003/007510/2024. As tratativas foram iniciadas em 2023 e previam como partícipes o Colegiado, o INEA, a FAPERJ e a AGEVAP. Após análise da procuradoria do INEA e reuniões entre os atores, já no terceiro trimestre de 2024, o Órgão Gestor, através da DIRSEQ, definiu que o melhor arranjo seria um instrumento assinado entre Colegiado, FAPERJ e AGEVAP e que a doação de bens no âmbito desse arranjo seria disciplinada através de normativa do INEA, posteriormente estruturada e publicada. Com isso, não foi possível efetivar o desembolso e a ação foi incluída na PAAD de 2025 (Resolução CBH BIG 039/2025), para que seja implementada via novos arranjos.

Outras ações previstas na PAAD do CBH BIG relacionadas ao cadastro de usuários também não foram definidas junto ao Órgão Gestor, impossibilitando sua execução.

Esses fatores contribuíram com o desembolso abaixo do esperado, em relação aos recursos arrecadados na RH I e as ações deliberadas pelo CBH BIG.



Já na RH II, apesar do maior desembolso da série histórica, duas ações seriam as responsáveis pelo desembolso em 2024: o Sanear Guandu e os editais via FAPERJ. Em relação ao Sanear, o desembolso de cerca de R\$ 12 milhões foi abaixo do esperado. O primeiro motivo foi as impossibilidades técnicas e fundiárias encontradas para a execução das soluções nos municípios. Um dos contratos findou-se em 19 de dezembro de 2024 com um saldo remanescente aproximado de R\$ 8 milhões de reais. Tratam-se de casos como: falta de licenças ambientais e de obras (que de acordo com o ACT do programa são de responsabilidade das prefeituras), impossibilidade técnica de instalação (falta de espaço físico, lençol freático, etc) e até a negativa de moradores em receber as soluções individuais do programa. Há ainda o edital de contratação das obras em Engenheiro Paulo de Frontin, no valor aproximado de R\$ 15 milhões. O edital (Ato Convocatório 007/2024) foi revogado devido aos recursos e possibilidade de judicialização, sendo incluído no escopo do Sanear 2 na PAAD Guandu 2025 (resolução CBH Guandu 193/2024).

Para os editais via FAPERJ havia o planejamento de investimentos na ordem de R\$ 9 milhões, que não foram efetivados pelos motivos apresentados acima, no mesmo processo do CBH BIG.

Somam-se às questões apresentadas o fato de que as arrecadações e, conseqüentemente, os repasses, superaram as estimativas realizadas pelo Serviço de Regulação de Recursos Hídricos – SERVREG/INEA em 20 de fevereiro de 2024, das formas que seguem:



Tabela 15 - Previsão de arrecadação na RH I (20/02/2024)

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DA RH I BAÍA DA ILHA GRANDE CONSIDERANDO ATUALIZAÇÃO DO PPU PELO IPCA						
Recursos da Cobrança	2024	2025 IPCA previsto de 3,9%	2026 IPCA previsto de 3,5%	2027 IPCA previsto de 3,5%	2028 IPCA previsto de 3,5%	2029 IPCA previsto de 3,5%
Cobrança - Arrecadação Bruta Total	879.281,02	910.055,85	941.907,81	974.874,58	1.008.995,19	1.044.310,02
Saneamento	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
Cobrança - Saneamento	52.502,63	54.340,22	56.242,13	58.210,61	60.247,98	62.356,66
10% Inea ¹	5.250,26	5.434,02	5.624,21	5.821,06	6.024,80	6.235,67
Total Comitê - Saneamento	47.252,37	48.906,20	50.617,92	52.389,55	54.223,18	56.120,99
Outras Ações	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
Cobrança - Outras Ações	826.778,39	855.715,63	885.665,68	916.663,98	948.747,21	981.953,37
10% Inea ¹	82.677,84	85.571,56	88.566,57	91.666,40	94.874,72	98.195,34
Total Comitê - Outras Ações	744.100,55	770.144,07	797.099,11	824.997,58	853.872,49	883.758,03
Total Cobrança	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
70% Saneamento ² (líquido)	33.076,66	34.234,34	35.432,54	36.672,68	37.956,23	39.284,69
Recursos para Outras Ações	758.276,26	784.815,93	812.284,48	840.714,44	870.139,45	900.594,33
10% Inea ¹	87.928,10	91.005,59	94.190,78	97.487,46	100.899,52	104.431,00
Cobrança (líquido)	791.352,92	819.050,27	847.717,03	877.387,12	908.095,67	939.879,02

Tabela 16 - Previsão de arrecadação na RH II (20/02/2024)

PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DA RH II - GUANDU CONSIDERANDO ATUALIZAÇÃO DO PPU PELO IPCA						
Recursos da Cobrança	2024	2025 IPCA previsto de 3,9%	2026 IPCA previsto de 3,5%	2027 IPCA previsto de 3,5%	2028 IPCA previsto de 3,5%	2029 IPCA previsto de 3,5%
Cobrança - Arrecadação Bruta Total	62.028.681,47	64.199.685,32	66.446.674,30	68.772.307,90	71.179.338,68	73.670.615,54
Saneamento	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
Cobrança - Saneamento	54.915.080,80	56.837.108,62	58.826.407,43	60.885.331,69	63.016.318,29	65.221.889,43
10% Inea ¹	5.491.508,08	5.683.710,86	5.882.640,74	6.088.533,17	6.301.631,83	6.522.188,94
20% Transposição ²	10.535.676,81	10.943.407,51	11.326.426,77	11.722.851,71	12.133.151,52	12.557.811,82
Total Comitê - Saneamento	38.887.895,90	40.209.990,25	41.617.339,91	43.073.946,81	44.581.534,95	46.141.888,67
Outras Ações	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
Cobrança - Outras Ações	7.113.600,67	7.362.576,69	7.620.266,88	7.886.976,22	8.163.020,39	8.448.726,10
10% Inea ¹	711.360,07	736.257,67	762.026,69	788.697,62	816.302,04	844.872,61
20% Transposição ²	1.272.324,99	1.316.856,36	1.362.946,33	1.410.649,46	1.460.022,19	1.511.122,96
Total Comitê - Outras Ações	5.129.915,62	5.309.462,66	5.495.293,86	5.687.629,14	5.886.696,16	6.092.730,53
Total Cobrança	2024	2025 (previsto)	2026 (previsto)	2027 (previsto)	2028 (previsto)	2029 (previsto)
70% Saneamento ³ (líquido)	27.221.527,13	28.146.993,18	29.132.137,94	30.151.762,77	31.207.074,46	32.299.322,07
Recursos para Outras Ações	16.796.284,39	17.372.459,74	17.980.495,83	18.609.813,18	19.261.156,65	19.935.297,13
10% Inea ¹	6.202.868,15	6.419.968,53	6.644.667,43	6.877.230,79	7.117.933,87	7.367.061,55
20% Transposição ²	11.808.001,80	12.260.263,87	12.689.373,10	13.133.501,16	13.593.173,70	14.068.934,78
Cobrança (líquido)	44.017.811,52	45.519.452,92	47.112.633,77	48.761.575,95	50.468.231,11	52.234.619,20

Comparando a estimativa aos valores de fato arrecadados e repassados em 2024 (R\$ 1.083.422,75 na RH I e R\$ 64.122.604,26 na RH II), afere-se um repasse 36,90% maior na RH I e 45,67% na RH II. Esses recursos geram ainda rendimentos financeiros que contribuem no cálculo dos indicadores.

Esses motivos, somados, ocasionaram os baixos percentuais do indicador.



É válido ressaltar que, mesmo baixo, o desembolso na RH II foi o maior desde a implementação da cobrança no estado do RJ e que, devido ao alto valor em conta, será sempre um desafio alcançar os valores correspondentes aos percentuais previstos nas metas do Contrato de Gestão.

INDICADOR 5 – DESEMBOLSO TOTAL

Índice de recursos comprometidos totais.

Previsto – Indicador 5

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, são consideradas todas as ações, tanto aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), quanto as ações de suporte ao funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

A meta para o primeiro ano é de 30% referente ao recurso disponível no período.

Resultado – Indicador 5

Em 2024, o desembolso total da RH I foi de R\$ 1.129.261,01 (um milhão e cento e vinte e nove mil e duzentos e sessenta e um reais e um centavo) o que equivale à 12,6% dos R\$ 8.962.028,10 (oito milhões e novecentos e sessenta e dois mil e vinte e oito reais e dez centavos) disponíveis. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 35%, esta foi parcialmente atingida.

Na RH II, o desembolso total alcançou R\$ 37.203.922,60 (trinta e sete milhões e duzentos e três mil e novecentos e vinte e dois reais e seis centavos). O valor equivale à 16,4% dos R\$ 226.549.240,79 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos e quarenta e nove mil e duzentos e quarenta reais e setenta e nove centavos) em recursos disponíveis em sua



conta. Considerando que a meta estabelecida para o ano era de 35%, esta foi parcialmente atingida. O total considerado como recurso disponível para desembolso em 2024 foi calculado da mesma forma como para o Indicador 4.

Tabela 17 - Recurso total disponível

RH	Saldo em caixa de exercícios anteriores (R\$)	Recurso repassado (R\$)	Rendimentos (R\$)	Recurso total disponível (R\$)
I	7.423.310,16	1.083.422,75	455.295,19	8.962.028,10
II	149.636.222,93	64.122.604,26	12.790.413,60	226.549.240,79

A tabela 18 a seguir o descreve os valores e percentuais do desembolso total.

Tabela 18 - Indicador 5: índice de recursos comprometidos total - CG 68/2022

RH	Valor comprometido total (R\$)	Recurso total disponível (R\$)	Índice de desembolso total (%)
I	1.129.261,01	8.962.028,10	12,6%
II	37.203.922,60	226.549.240,79	16,4%

Grau de Alcance



Justificativas – Indicador 5

As justificativas são as que se aplicam ao indicador 4.

HISTÓRICO DE DESEMBOLSO

Apresentamos, a seguir, o histórico de desembolso dos recursos repassados à AGEVAP ao longo do Contrato de Gestão referente a Região Hidrográfica I:



Tabela 19 - Histórico de Desembolso da RH I

Período	Repasso AGEVAP (R\$)	Desembolso do Exercício (R\$) ²
2017	-	
2018	338.201,47	95.698,98
2019	1.401.440,62	442.495,38
2020	4.682.950,63	456.581,85
2021	1.241.605,69	646.354,70
2022	1.401.707,06	1.645.174,09
2023	849.893,94	2.090.112,41
2024	1.083.422,75	1.129.261,01
Total:	10.999.222,16	6.505.678,42

Abaixo, o histórico de desembolso dos recursos repassados à AGEVAP ao longo do Contrato de Gestão referente a Região Hidrográfica II:

Tabela 20 - Histórico de Desembolso

Período	Repasso AGEVAP (R\$)	Desembolso do Exercício (R\$) ²
2010	711.957,32	4.487,03
2011	1.618.345,26	904.485,00
2012	5.091.962,05	1.378.259,20
2013	6.438.831,50	1.952.049,57
2014	2.793.581,17	2.691.854,07
2015	6.186.101,88	3.513.186,45
2016	801.030,15	5.097.118,99
2017	15.932.775,98	5.464.033,81
2018	23.725.917,59	3.478.712,68
2019	4.295.044,66	19.574.635,88
2020	82.811.746,57	6.332.350,12
2021	32.042.676,93	14.124.398,99
2022	12.976.905,43	27.412.871,21
2023	23.705.403,60	33.793.267,83
2024	64.122.604,26	37.203.922,60
Total:	283.254.884,35	162.925.633,00

² Desembolso total



INDICADOR 6 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DELEGATÁRIA

Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA.

Previsto – Indicador 6

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo ÓRGÃO GESTOR, em programas e ações previstos no Plano de aplicação plurianual – PAP, aprovado pelo COMITÊ.

Neste indicador, é considerado o valor apropriado como custeio desembolsado e o recurso comprometido total no período. Como valor comprometido, são consideradas todas as ações, tanto aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), quanto as ações de suporte ao funcionamento do Comitê, custeio administrativo da Entidade Delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.

O recurso comprometido engloba: o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos; e o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela Entidade Delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente.

A meta para o segundo ano é de 30%.

Resultado – Indicador 6

Os valores totais apropriados como custeio, os valores comprometidos totais e a “Taxa de administração real da Entidade Delegatária (%) de cada RH, bem como a consolidação para o Contrato de Gestão, se encontram na Tabela 20.

A taxa de administração da AGEVAP em 2024, em relação a Região Hidrográfica I (CBH Baía da Ilha Grande) foi de 29,6%, e tendo em vista que a meta para esse ano é 25%, esta foi considerada parcialmente atingida.



Já a taxa de administração da AGEVAP em 2024, em relação a Região Hidrográfica II (CBH Guandu) foi de 10,0%, e tendo em vista que a meta para esse ano é 25%, esta foi considerada atingida.

Tabela 21 - Indicador 6: taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA - CG 68/2022

RH	Valor comprometido total (R\$)	Valor apropriado (investido) do custeio em 2023 (R\$)	Taxa de administração real da Entidade Delegatária (%)
I	1.129.261,01	334.711,05	29,6%
II	37.203.922,60	3.754.596,98	10,0%

As planilhas com os detalhes financeiros, inclusive por projeto, é o anexo IV deste relatório.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

INDICADOR 7 – ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CACG

Índice de atendimento às recomendações da CACG.

Previsto – Indicador 7

A ENTIDADE DELEGATÁRIA deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA)

Resultado – Indicador 7

O Relatório Final de Avaliação, referente ao atendimento às Regiões Hidrográficas I e II, através do Contrato de Gestão INEA 0068/2022, foi enviado por e-mail no dia 11 de novembro de 2024. Além dos apontamentos do documento, foi realizada uma reunião *online* de esclarecimentos e alinhamentos no dia 29 de novembro.





Figura 4 - Reunião da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão com a AGEVAP, no dia 29 de novembro de 2024.

Após a reunião, um novo relatório foi gerado e enviado, com as correções solicitadas no Relatório de Avaliação Final 2023.

O relatório trouxe cinco (5) recomendações, sendo todas elas atendidas. Assim, a meta de 100% foi alcançada. A Tabela 22 traz as informações referentes às recomendações e seus respectivos atendimentos.

Tabela 22 - Atendimento as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão - Região Hidrográfica I - CBH BIG

Nº de recomendações solicitadas	5		
Nº de recomendações atendidas	5		
#	Descrição da recomendação solicitada	Status da solicitação	Informações sobre atendimento ou não da solicitação
1	Solicita o envio das atas de reuniões, mesmo as minutas, ou seja, as atas não aprovadas, para comprovação dos eventos realizados e secretariados.	Atendida	As atas foram inseridas e enviadas no Relatório de 2023. O procedimento foi seguido o relatório 2024.

2	Inserir a justificativa da não realização da totalidade das reuniões e eventos previstos,	Atendida	As justificativas foram inseridas no Relatório de 2023 e no Relatório de 2024.
3	Inserir os comprovantes de atendimento aos encaminhamentos e requerimentos dos Colegiados atendidos.	Atendida	A documentação foi inserida no Relatório 2023. O procedimento foi seguido no relatório 2024.
4	Apresentar as justificativas pelo não desembolso do recurso total previsto na meta do CG no ano de 2024.	Atendida	As justificativas referentes a 2023 foram apresentadas na reunião do dia 29 de novembro de 2024. Para o ano II do Plano de Trabalho, foram textualizadas no Relatório de Execução.
5	Apresentar novo modelo de relatório dos desembolsos financeiros (finalístico e total), para validação da Comissão de Avaliação	Atendida	A Comissão de Avaliação estabeleceu como prazo abril de 2025.

Grau de Alcance



META ATINGIDA

NOTA FINAL POR INDICADOR

Os indicadores que constam do Programa de Trabalho, bem como a pontuação obtida pela AGEVAP são apresentados nas Tabelas a seguir:

Tabela 23 - Plano de Trabalho

Indicador	Descrição	Peso	Avaliação	Meta
Indicador 1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias	1	Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	90% - 110%
Indicador 2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades	1	Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	85%
Indicador 3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD.	1	Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ	N/A
Indicador 4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%)	2	Recurso comprometido em ações finalísticas no período / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	30%
Indicador 5	Índice de recursos comprometidos totais (%)	2	Recursos comprometidos totais / (R\$) Valor disponível no período (R\$) x 100	35%
Indicador 6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA	2	Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / Recurso comprometido total no período (R\$) x 100	25%
Indicador 7	Índice de atendimento às recomendações da CACG	1	Número de recomendações atendidas pela entidade delegatária / número de recomendações solicitadas pela CACG x 100	100%



Resultado RH I – CBH Baía da Ilha Grande

Tabela 24 - Resultado RH I – CBH Baía da Ilha Grande

Indicador	Descrição	Peso	Meta Ano 2	Índice obtido	Nota
1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias (%) Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	1	90 - 110%	105%	10,0
2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades (%) Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	1	85%	100%	10,0
3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD (%) Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ	1	100%	100,0%	10,0
4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%) Recurso comprometido em ações finalísticas no período / valor disponível no período x 100	2	30%	8,9%	3,0
5	Índice de recursos comprometidos totais (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	2	35%	12,6%	3,6
6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA (%) Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / recurso comprometido total no período (R\$) x 100	2	25%	29,6%	8,5
7	Índice de atendimento às recomendações da CACG (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	1	100%	100,0%	10,0



Resultado RH II – CBH Guandu

Tabela 25 - Resultado RH II – CBH Guandu

Indicador	Descrição	Peso	Meta Ano 2	Índice obtido	Nota
1	Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias (%) Nº de eventos realizados / nº de eventos previstos x 100	1	90 - 110%	101%	10,0
2	Nível de atendimento pela ENTIDADE DELEGATÁRIA aos encaminhamentos requeridos pelo COMITÊ e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades (%) Nº de encaminhamentos atendidos / nº de encaminhamentos requeridos x 100	1	80%	100%	10,0
3	Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo COMITÊ, prevista(s) no PAP e na PAAD (%) Ano 1: Matriz com ação(ões) priorizada(s) e meta(s) aprovada(s) pelo COMITÊ	1	100%	100,0%	10,0
4	Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas (%) Recurso comprometido em ações finalísticas no período / valor disponível no período x 100	2	30%	14,8%	4,9
5	Índice de recursos comprometidos totais (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	2	35%	16,4%	4,7
6	Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA (%) Valor apropriado como custeio desembolsado no período (R\$) / recurso comprometido total no período (R\$) x 100	2	25%	10,28%	10,0
7	Índice de atendimento às recomendações da CACG (%) Recursos comprometidos totais / valor disponível no período x 100	1	100%	100,0%	10,0

NOTA FINAL GERAL

Em 2024, a AGEVAP obteve a Nota Geral 7,5, alcançando consequentemente o conceito **BOM**.

Tabela 26 - Nota final geral CG 068/2022

PLANILHA DE AVALIAÇÃO – 2024							
INDICADORES	PESO	NOTA FINAL RH I (BIG) ¹	NOTA FINAL RH II (Guandu) ¹	NOTA FINAL CG 068/2022 ²	NOTA GERAL ³	CONCEITO GERAL	
1	Nível de organização do Planejamento Anual de Atividades	1	10	10	10	7,5	Bom
2	Nível de atendimento pela AGEVAP aos encaminhamentos solicitados pelos CBHs	1	10	10	10		
3	Índice de execução física de ações priorizadas pelos CBHs	1	10	10	10		
4	Índice de desembolso em ações finalísticas	2	6	9,6	7,8		
5	Índice de desembolso total	2	7,2	9,4	8,3		
6	Taxa de administração real da Entidade Delegatária	2	17	20	18,5		
7	Índice de cumprimento de recomendações do CA	1	10	10	10		

(1) Nota final do indicador = (Peso do indicador) x (Nota do indicador)

(2) Nota Final do CG = média simples entre as notas dos indicadores das duas RHs

(3) Nota geral = Somatório das notas finais dos indicadores / Somatório dos pesos dos indicadores

Tabela 27 - Grau de desempenho





Nota Geral	Grau de Desempenho
nota geral ≥ 9	Desempenho ótimo
7 ≤ nota geral < 9	Desempenho bom
5 ≤ nota geral < 7	Desempenho regular
nota geral < 5	Desempenho insatisfatório

HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

A Tabela 28 apresenta o histórico de pontuação do Contrato de Gestão nº 68/2022. Pode-se observar que a AGEVAP mantém historicamente seu atendimento em notas que variam entre ótimo (oito vezes) e bom (sete vezes).

Tabela 28 - Histórico da Pontuação

PONTUAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO INEA Nº 03/2010 – 2011 À 2023																			
Ótimo	10 9,9 9,9 9,6 10 10 9,4 9,0																		
Bom	8,7	8,4	7,9													8,3	8,5	8,6	7,5
Regular																			
Insuficiente																			
Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	1	2				
Contrato de Gestão	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 03/2010	CG 68/2022	CG 68/2022				
CBHs atendidos	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBH Guandu	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande				

	CG 03/2010
	CG 68/2022
	CBH Guandu
	CBHs Guandu e Baía da Ilha Grande

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

No Ano de 2024 tivemos a continuidade de importantes projetos, ações estruturantes e mais avanços na gestão dos recursos hídricos das regiões Hidrográficas I e II do estado do Rio de Janeiro.

Na Região Hidrográfica I, em atendimento ao CBH da Baía da Ilha Grande, o ano iniciou com processo eleitoral e a posse dos novos membros do Colegiado. A cerimônia de posse foi realizada durante 74ª Reunião Ordinária Plenária, na Casa da Cultura de Paraty, localizada no Centro Histórico de Paraty - RJ.



Foto 4 - Composição plenária do CBH BIG 2024-2026. 74ª Reunião Ordinária Plenária, na Casa da Cultura de Paraty, localizada no Centro Histórico de Paraty - RJ

Além do processo eleitoral, a AGEVAP realizou o suporte técnico e administrativo que resultou em grandes conquistas a entrega das obras de esgotamento sanitário ecológico na Aldeia Araponga, em Paraty.





Foto 5 - Além do sistema de esgotamento, foram construídos banheiros utilizando dos saberes locais, mantendo as tradições da comunidade.



Foto 6 – Membros do Comitê, da FIOTEC e AGEVAP com o Cacique Agostinho, na comunidade indígena Araçonga.

O projeto de Saneamento Ecológico da Aldeia Araponga foi desenvolvido através de um acordo assinado entre a AGEVAP e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), por meio da FioTEC (FIOCRUZ) e em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais. O projeto consiste na construção de banheiros com sistemas alternativos de tratamento de esgoto, que visam a melhoria nas condições sanitárias precárias encontradas atualmente na Aldeia Araponga, localizada em Paraty.

Ainda em março, o Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG) esteve presente no Encontro de saneamento do Estado do Rio de Janeiro 2024. O evento também foi realizado na Casa da Cultura de Paraty e contou com a participação de diferentes agentes envolvidos no setor – público e privado. Durante a programação foi apresentado pelo membro Tito Cals o Projeto de saneamento ecológico da Aldeia Araponga.



Foto 7 - Mesa de abertura do Encontro de Saneamento contou com a presença do diretor-presidente do CBH BIG, Luis Paulo Nascimento.

Já no mês de abril, do dia 17 a 19, os membros participaram do Encontro Estadual de



Comitês de bacias hidrográficas (ECOB RJ). O colegiado teve destaque e protagonismo em várias mesas do evento, cujo tema central foi Integração pelas águas: Governança, Planos e Territórios, discutindo a união de esforços e recursos para a gestão sustentável dos recursos hídricos das regiões hidrográficas do estado, de acordo com suas respectivas características, e do planejamento das ações previstas. Foram realizados palestras, cursos, mesas de debates com especialistas, apresentações de trabalhos e visitas técnicas destinadas a avaliar a gestão hídrica fluminense.



Foto 8 - Evento reuniu os nove Comitês Fluminenses.

A AGEVAP lançou em maio os novos módulos da plataforma SIGA-BIG. uma plataforma digital em prol da gestão e o monitoramento dos recursos hídricos e costeiros na região da Baía da Ilha Grande. O portal é uma ferramenta fundamental para a facilitação da criação e atualização de dados sobre as Bacias, para que possibilite a divulgação de informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos.





Figura 5 - Plataforma está disponível em <https://siqaaguas.org.br/home/siqaiilha grande/>

O AGEVAP e o Comitê CBH BIG seguiram com os trabalhos de implementação dos biodigestores na comunidade de Ponta Negra em Paraty. A localidade está recebendo cem (100) biodigestores, adquiridos pela AGEVAP com recursos deliberados pelo Colegiado, que estão sendo instalados através de um Acordo de Cooperação Técnica com o município, trazendo benefícios à saúde e ao meio ambiente. Em Angra dos Reis, estão sendo implementadas outras 81 soluções, além de um repasse de R\$ 760.675,03 (via Caixa Econômica Federal) para a construção de rede de esgotamento.





Foto 9 - Instalação dos Biodigestores na localidade de Ponta Negra em Paraty/RJ. Projeto contratado com recursos do FUNDRHI.



Foto 10 - Biodigestores instalados na localidade de Praia Vermelha, na Ilha Grande em Angra dos Reis/RJ. Projeto contratado com recursos do FUNDRHI.

Em agosto foi criada, através da Resolução CBH BIG N° 038/2024, a Câmara Técnica Monitoramento. O objetivo é contribuir para o planejamento referente ao Monitoramento Hidrometeorológico da Região Hidrográfica I, bem como o acompanhamento dos projetos de monitoramento. Os trabalhos já foram iniciados e culminaram na estruturação de uma rede, cujo um acordo a ser assinado em 2025, permitirá sua implementação, com recursos do FUNDRHI, deliberados pelo Colegiado.

Em outubro, o Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande marcou presença em importantes eventos, como o Green Rio, que ressaltou os impactos e avanços conquistados por importantes colegiados do Rio de Janeiro. A gestão costeira foi tema de um dos painéis do evento que ocorreu em outubro na Marina da Glória e abordou as principais questões encontradas pelos Comitês, como comunicação com a sociedade e uso correto dos recursos hídricos.

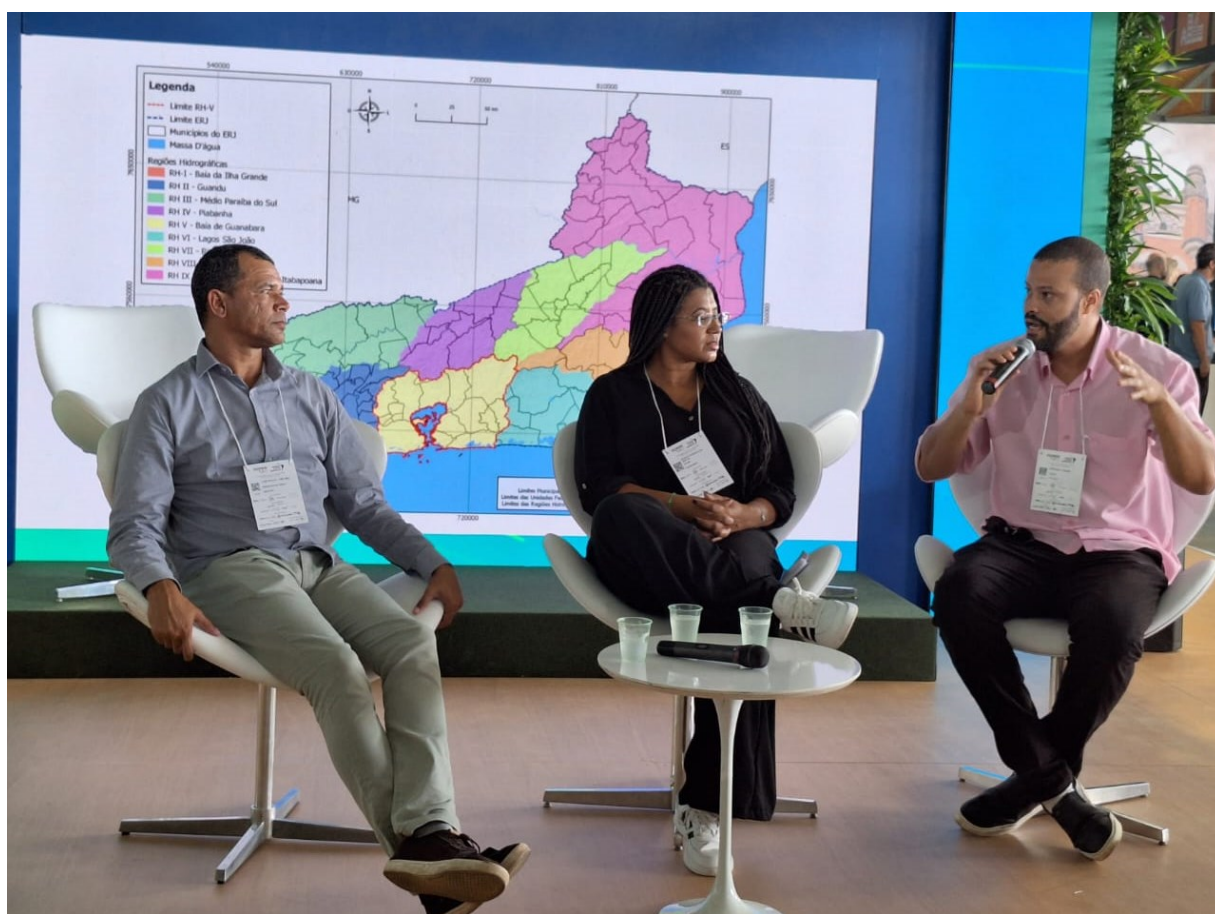


Figura 6 - O Diretor-presidente do CBH BIG, Luis Paulo do Nascimento, em mesa do evento GreenRio



Já em novembro, o Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande foi premiado pela ONU- Habitat no Concurso de Boas Práticas do Desafio dos ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). O anúncio foi feito durante o evento Conexão 2030, realizado em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na Zona Portuária do Rio. A instituição foi premiada na categoria Integração Regional pelo programa de saneamento ecológico que viabiliza o tratamento de efluentes domésticos em áreas rurais e isoladas da Baía da Ilha Grande às comunidades tradicionais.



Foto 11 - Diretor Geral do CBH BIG com o Prêmio ONU, no G20 Social no Rio de Janeiro/RJ.

Em paralelo, foram desenvolvidas ações de articulação e mobilização, de acordo com a PAAD. Esse trabalho resultou na realização do Seminário do setor usuários de água da bacia, realizado no Parque Tecnológico do Mar, Angra dos Reis – RJ, cujo objetivo foi reunir usuários dos recursos hídricos da baía da Ilha Grande para debater e a trocar conhecimento sobre novas tecnologias de prevenção de perdas no sistema de



abastecimento. Na ocasião, estiveram presentes empresas usuárias de água, como Eletronuclear, Transpetro e Águas de Paraty, os diretores do Comitê, Luiz Paulo Nascimento (diretor-geral do CBH-BIG) e Cesar Bassi (diretor do CBH-BIG), além dos palestrantes convidados, Ariane Mattos (SAAE de Volta Redonda), André Marques (AGEVAP) e Rodrigo Camões (Parque Tecnológico do Mar). O encontro trouxe reflexões sobre macro e micro medições, sistema de abastecimento e perda de água, substituição de redes antigas e ações de investigação de vazamentos, favorecendo para a transparência e potencialização dos serviços prestados.



Foto 12 - Apresentação do Diretor-Presidente da AGEVAP, André Marques, durante o Seminário de Usuários de Água, no Centro Tecnológico do Mar em Angra dos Reis.

Em dezembro de 2024, o Plano de Comunicação estabeleceu um novo Boletim para o Colegiado. A nova versão trará novo layout, novas sessões e linguagem e linha editorial mais adequado, de acordo com o prognóstico do Plano.



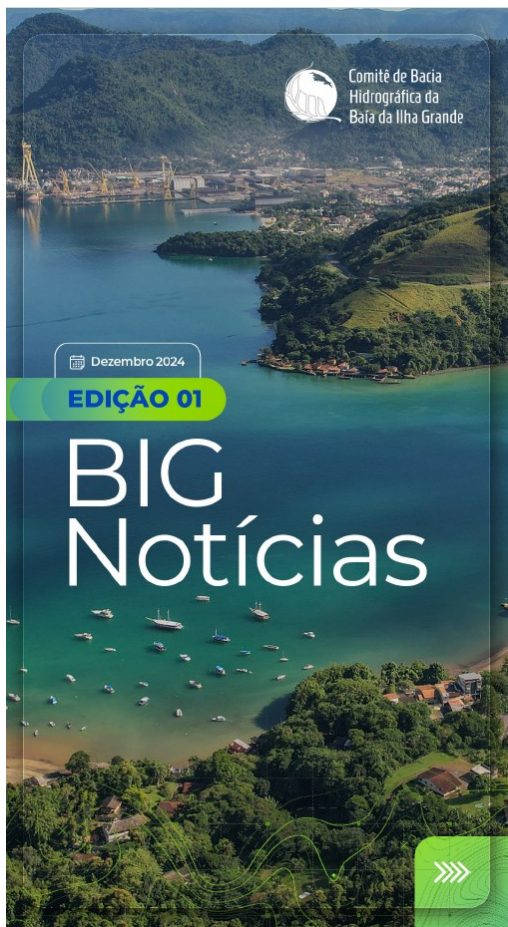


Figura 7 - Capa do boletim 2024, trazido pelo Plano de comunicação. Anexo V

O site do CBH BIG recebeu mais de trinta mil visitas em 2024, ferramenta útil à gestão, publicidade e à transparência.



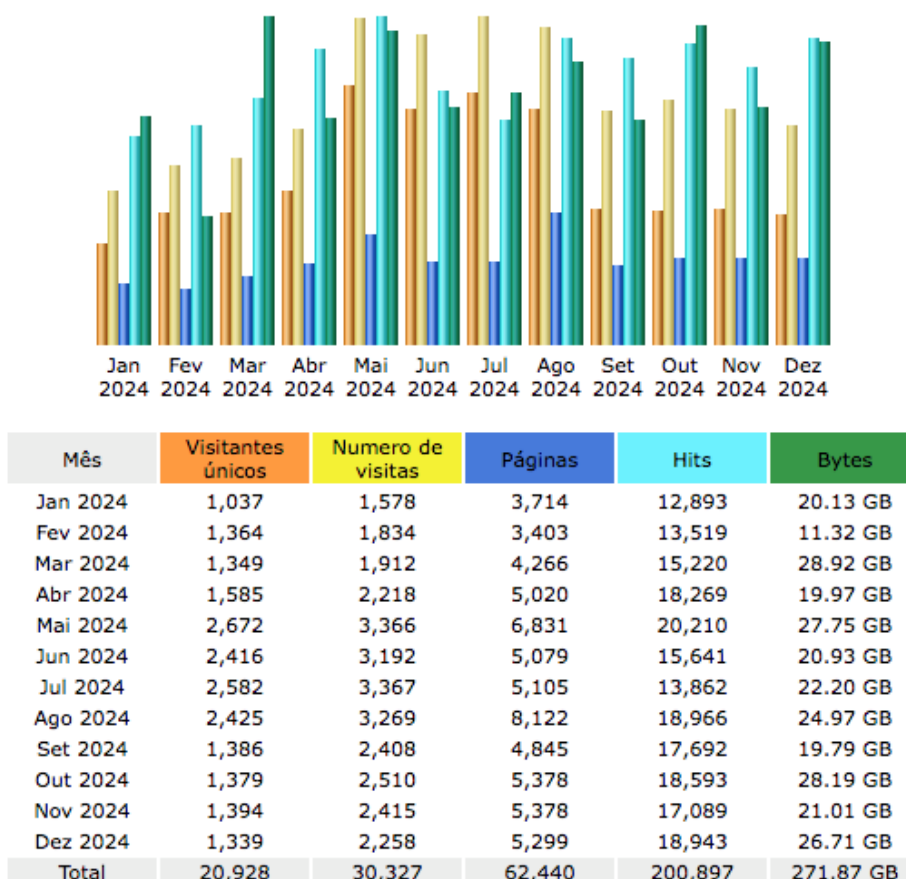


Figura 8 - Dados do site do CBH BIG em 2024 - <https://www.cbhbig.org.br/>



Figura 9 - Home Page do site do CBH BIG



Nas redes sociais, mais de 90 mil pessoas foram alcançadas em 2024. Foram estabelecidas estratégias e o CBH BIG passou a ter um identidade digital e uma presença conhecida nas redes.



Figura 10 - Publicação no Instagram do CBH BIG

Já no Comitê Guandu, mais de R\$ 36.500.000,00 foram investidos em toda RH II, o maior desembolso de recursos do FUNDRHI no estado do Rio de Janeiro. O Colegiado avançou em programas importantes como o "Sanear Guandu", o "Produtores de Água e Floresta", o Plano Diretor Florestal e os de Educação Ambiental (ProMEAS), além de campanhas e projetos de educação ambiental como o "Amigos do Guandu" e o "Fiscal das Queimadas".

No dia 3 de abril foi realizado o Seminário de Saneamento da RH II. Além de marcar o aniversário de 22 anos do Colegiado, o evento contou com a presença do Secretário Estadual do Ambiente e Sustentabilidade do RJ e outras autoridades e especialistas, e apresentou os números do programa Sanear Guandu e lançou a fase II, que irá contemplar cerca de 8 mil famílias, levando esgotamento sanitário adequado, e ainda encerrar sete lixões na RH II.



Foto 13 - Seminário de Saneamento da RH II, realizado na sede da OAB no Rio de Janeiro/RJ em abril de 2024.

As experiências, desafios e boas prática do Comitê Guandu-RJ na Região Hidrográfica II foram compartilhados no XI Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas 2024 (ECOB), que se iniciou na última quarta-feira (17), sendo encerrado neste sábado (20). Além de ter ministrado uma Oficina de Saneamento Ecológico, o Colegiado esteve presente em três Mesas de apresentação e também na solenidade de abertura no Museu do Amanhã. Um vídeo comemorativo pelos 22



anos do Comitê Guandu, completados no dia 3 de abril, mostrou ao público um pouco da trajetória do mais antigo Comitê do estado do Rio de Janeiro e os ganhos proporcionados aos 15 municípios de sua área de atuação. Organizado pelo Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH), o ECOB acontece anualmente e reuniu membros dos nove comitês do RJ, da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e outros atores importantes, como representantes do Governo do RJ.



Foto 14 - A Diretora de Saneamento do CBH Guandu, Paola Oliveira, apresenta o programa Sanear durante o ECOB.





Foto 15 - Diretores do CBH Guandu e representantes do INEA na cerimônia de abertura do ECOB 2024.

Entre as grades realizações o Sanear Guandu merece destaque. O maior projeto de execução de obras de esgotamento sanitário em áreas não urbanas do país já levou esse direito básico universal a 5500 famílias, em 12 municípios da Região Hidrográfica II do estado do Rio de Janeiro, evitando que cerca de 3 milhões de litros de *esgoto in natura* sejam despejados, por dia, na bacia responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de pessoas na região metropolitana. Em 2024 o Município de Miguel Pereira se juntou a outros 11 da RH II, e começou a receber as obras do projeto. Mais de mil famílias serão beneficiadas pelo Sanear Guandu só em Miguel Pereira/RJ.





Foto 16 - Implementação de solução de esgotamento sanitário no município de Miguel Pereira/RJ, pelo projeto Sanear Guandu.

Outro destaque é a busca da melhoria ambiental da bacia hidrográfica por meio da implementação de Soluções baseadas na Natureza (SbN). À partir desta ideia o Programa Produtores de Água e Floresta (PAF) se tornou ainda maior, com uma nova vertente: PAF Refloresta Água e Carbono. O projeto nasceu para cumprir com um novo desafio: fomentar a integração dos proprietários rurais e demais participantes do programa de Produtores de Água e Floresta no processo de preservação ambiental para além do Pagamento por Serviços Ambientais.

O programa de Produtores de Água e Floresta foi criado em 2008 pelo Comitê Guandu/RJ e instituído em 2009. O programa, que é a iniciativa de maior longevidade dentre as ações empreendidas pela instituição, começou a desenvolver suas primeiras atividades em Lídice, distrito de Rio Claro, na região do Alto Piraí. A ideia do projeto é incentivar ações de restauração e conservação florestal e dar



uma contrapartida aos proprietários e produtores rurais que participam do programa através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) projeto. Os benefícios incluem desde a remuneração financeira à adequação ambiental do imóvel rural.

Ao longo de seus 14 anos de existência, o programa já contribuiu com a restauração e conservação de mais de 5 mil hectares em propriedades rurais nos municípios de Rio Claro, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Vassouras, na Região Hidrográfica II do Estado do Rio de Janeiro.

Agora, o PAF – Guandu/RJ, se uniu ao Programa Petrobras Socioambiental, expandindo suas linhas de ação e ampliando ainda mais o seu escopo de atuação para uma perspectiva integrada aos Eixos: Educação Ambiental, Carbono e Água. Assim, nasce o projeto (Re)floresta, Água e Carbono, que é uma semente do programa Produtores de Água e Floresta. Com este projeto, o PAF ganha uma vertente socioambiental, com ações voltadas para a educação ambiental, capacitação técnica, fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de potencialidades socioeconômicas locais.

Para realizar as atividades previstas, o Programa Petrobras Socioambiental apoia financeiramente o projeto disponibilizando recursos para:

- I. Implementação de um Programa Integrado de Educação Ambiental;
- II. Quantificação dos impactos do PAF na redução das emissões Carbono e estoque de GEE na biomassa, e;
- III. Estudos sobre os impactos do PAF nas nascentes água, solo e estoque de carbono (Edital de Chamamento para universidades).

Os recursos providos pelo Programa Petrobrás Socioambiental foram empenhados na contratação de uma equipe dedicada ao projeto, bem como na aquisição de materiais, em ações de logística e viabilização de eventos e cursos.

O Pagamento por Serviços Ambientais, bem como a contratação de novas áreas de restauração e conservação continuarão sendo operacionalizados pela AGEVAP com o aporte de recursos do Comitê Guandu/RJ.



Este projeto é realizado pela AGEVAP e financiado pelo Comitê Guandu e Programa Petrobras Sociambiental.

Fazem parte do projeto um ciclo de atividades de educação ambiental com as turmas do 9º ano da Escola Municipalizada Aureliano Portugal, em Rio Claro (RJ), onde são trabalhados temas fundamentais para reforçar a importância de restaurar e preservar as florestas.

Para levar a ação além da escola, cada estudante também recebeu uma muda de espécies nativas da Mata Atlântica, que algumas foram cultivadas pelos próprios alunos a partir de sementes doadas pelo projeto Plantando Vida da Cedae e outras mudas doadas pelo Parque Estadual da Pedra Selada, para plantar e cuidar em casa.



Foto 17 - Plantio de Mudas em Rio Claro/RJ através do projeto PAF (re) Floresta





Foto 18 - O (re) Floresta conta com capacitações em escolas e centros comunitários



Foto 19 - Alunos participam de atividades de educação ambiental em Rio Claro/RJ



O PAF e o Sanear Guandu foram destaques no 1º ERCOB (Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas), que aconteceu em Belo Horizonte (MG), assim como os inéditos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs) para 12 municípios inseridos na RH II, financiados pelo Comitê Guandu.



Foto 20 - Membros do Comitê Guandu estiveram presentes no ERCOB em Minas Gerais.

Falando dos PMMAs, finalizamos o Plano Diretor Florestal. A aprovação aconteceu em maio após apresentação na 2ª Reunião Extraordinária Plenária do Comitê Guandu-RJ. O documento propõe o planejamento de uma série de ações de preservação e recuperação ambiental, aliada ao desenvolvimento econômico, além de nortear a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), deliberados pelo Comitê, na sua agenda de infraestrutura verde.

A elaboração do Plano Diretor Florestal, iniciada efetivamente em 2021 com o Projeto



Integra Guandu, reúne informações dos 15 municípios da Região Hidrográfica II, a primeira do estado do Rio de Janeiro a ter todos os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs). Em 12 das 15 cidades, o planejamento foi construído de forma inédita e participativa, sendo custeado totalmente pelo Comitê Guandu. Os PMMAs foram entregues às prefeituras no fim de setembro de 2023, normatizando elementos necessários à proteção, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica.

Os PMMAs de Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados, Seropédica, Mangaratiba, Mendes, Piraí, Barra do Piraí, Rio Claro e Vassouras foram os balizadores à elaboração do Plano Diretor Florestal, que incluiu também as cidades do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Nova Iguaçu, que já possuíam os seus Planos Municipais de Mata Atlântica. A meta do Comitê é unir todas as forças que estão na sua Região Hidrográfica para construção de soluções para a Bacia do Guandu, superimportante e estratégica para o estado, sendo responsável pelo abastecimento de cerca de 10 milhões de pessoas.

Assim como os PMMAs, com o Plano Diretor Florestal, o Colegiado quer prover a estruturação do planejamento integrado, contribuindo na tomada de decisão a respeito de ações que visem o desenvolvimento sustentável do município, o planejamento para o enfrentamento dos efeitos adversos da mudança do clima, aumento na arrecadação (ICMS Ecológico) e o cumprimento da Lei da Mata Atlântica, colaborando, ainda, ao cumprimento do Código Florestal, entre outros ganhos. A recuperação dos ecossistemas é uma meta do Colegiado, pois está diretamente ligada à produção natural de água na bacia.

Foram cinco etapas de elaboração executadas em mais de dois anos de trabalho intenso, com diversas oficinas e diagnósticos, como o mapeamento atualizado do uso do solo e a identificação dos principais vetores de desmatamento na região.

O consórcio STCP/Mater Natura foi o responsável por todas as etapas de elaboração do Plano Diretor Florestal da RH II, sob a supervisão técnica da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e deliberação do Comitê Guandu. O documento final será impresso e disponibilizado às



prefeituras por meio do site do Colegiado.

Com o Plano Diretor, os envolvidos na sua construção esperam que seja fomentada a implementação dos PMMAs, auxiliando as gestões públicas municipais nos processos necessários para a implementação das ações previstas neles.

Outra proposta do documento é contribuir na resolução dos entraves que dificultam a implementação dos instrumentos da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Código Florestal), como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

A recuperação de áreas de mananciais prioritárias para a manutenção da qualidade e disponibilidade de água, a partir de Soluções baseadas na Natureza, é um dos caminhos apontados, assim como a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis nas paisagens da RH II. Entre as propostas está a de capacitar os atores sociais envolvidos a respeito das principais práticas de conservação do solo e sistemas de produção agroecológicos, além de apoiar a conversão do sistema produtivo convencional em sistemas mais sustentáveis em pelo menos mil hectares considerados prioritários para o aumento da oferta hídrica até 2035.

Outro ponto incentivado no Plano Diretor Florestal é a ampliação do alcance do Programa Produtores de Água e Floresta (PAF), buscando otimizar os resultados potenciais relacionados ao mecanismo de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), já executado pelo Comitê há 14 anos. É sugerida a captação de parcerias para aumentar as metas associadas às diferentes modalidades do programa (conservação, restauração florestal e conversão produtiva) de forma progressiva.

Ainda entre os objetivos do Plano Diretor estão o de fortalecer a gestão das Unidades de Conservação (UC) no território, apoiando a elaboração, a revisão e implementação de Planos de Manejo delas; e o de estimular a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) na RH II.

Integra também o escopo do Plano Diretor Florestal a busca pela redução dos níveis de desmatamento na região da Bacia do Guandu. Os PMMAs elaborados com recursos do FUNDRHI e o Plano Diretor Florestal estão disponíveis no site do Comitê Guandu: <https://comiteguandu.org.br/2023/07/13/planos-municipais-para->



[conservacao-e-recuperacao-da-mata-atlantica-pmma/](#)



Figura 11 - Capa do Plano Diretor Florestal da RH II

Foram finalizados também os Programas Municipais de Educação Ambiental (ProMEAs). Inéditos para 13 municípios que estão inseridos na RH II, os programas serão os principais instrumentos de educação ambiental, com olhar de bacia hidrográfica. Em 2025 serão consolidados em um Plano de Educação Ambiental da RH II.

Em outra agenda, o Comitê Guandu-RJ, através da AGEVAP, lançou a segunda temporada do Podcast “Quanto Vale a Água?”, que estreou no ano passado. Reunindo membros do Colegiado e outros especialistas convidados, os cinco episódios tratam sobre os valores da água em diferentes espectros e como as ações conjuntas e individuais podem contribuir à preservação dos rios e toda a biodiversidade. Abordando os temas “Esgotamento Sanitário”, “Turismo Agroecológico”, “Mudança Climática”, “Restauração Florestal e Carbono”, e “Educação Ambiental”, os episódios do Podcast “Quanto Vale a Água?” estão disponíveis nas plataformas de áudios Spotify e Deezer, canal do YouTube e em todas as outras mídias digitais do Comitê.





Foto 21 - Diretor Geral do CBH Guandu, Elton Abel, e especialistas participam da gravação do Podcast do Colegiado.

Campanhas frequentes nas redes sociais, como o “Fiscal das Queimadas” e o “Parlamento das Águas”, trouxeram alertas importantes. Na sua terceira edição a campanha “Fiscal de Queimada”, os alertas contra incêndios florestais durante o inverno de 2024 receberam reforços nas parcerias feitas pelo Comitê Guandu com a Cedae, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP) e prefeituras. Vídeos publicados alcançaram mais de 260 mil pessoas.

No segundo semestre de 2024, alunos da educação infantil da Escola Municipal Professora Maria Guilhermina de Souza Freire, em Itaguaí, e da Escola Municipal Comandante Azeredo Coutinho, em Paracambi, participaram de mais uma edição do projeto “Amigos do Guandu”. Os estudantes receberam cartilhas de educação ambiental, teatro infantil com temática ambiental, conheceram o espaço Mannancial da Cedae, no Centro do Rio de Janeiro/RJ, participaram de oficinas de plantios de mudas e outras atividades de conscientização ambiental. O objetivo é fomentar o cuidado com a natureza e, em especial, os recursos hídricos.





Foto 22 - Alunos receberam cartilha do Colegiado



Foto 23 - Plantio de Mudas também fez parte da programação do Amigos do Guandu



Foto 24 - Alunos das escolas participantes, que são nas comunidades que recebem o programa Sanear Guandu, aprendem sobre saneamento básico e os cuidados necessários para manter as soluções de esgotamento sanitário funcionando.



Foto 25 - Na visita ao Espaço Manancial da CEDAE, os alunos participantes do Amigos do Guandu tem lições lúdicas e práticas sobre descarte correto de lixo e cuidados com a água.



Em 2024 tivemos lançamento de mais uma edição da Revista Guandu. Destacando o programa Sanear Guandu, a revista trouxe informações sobre projetos e ações do Colegiado, além das discussões relevantes da RH II.

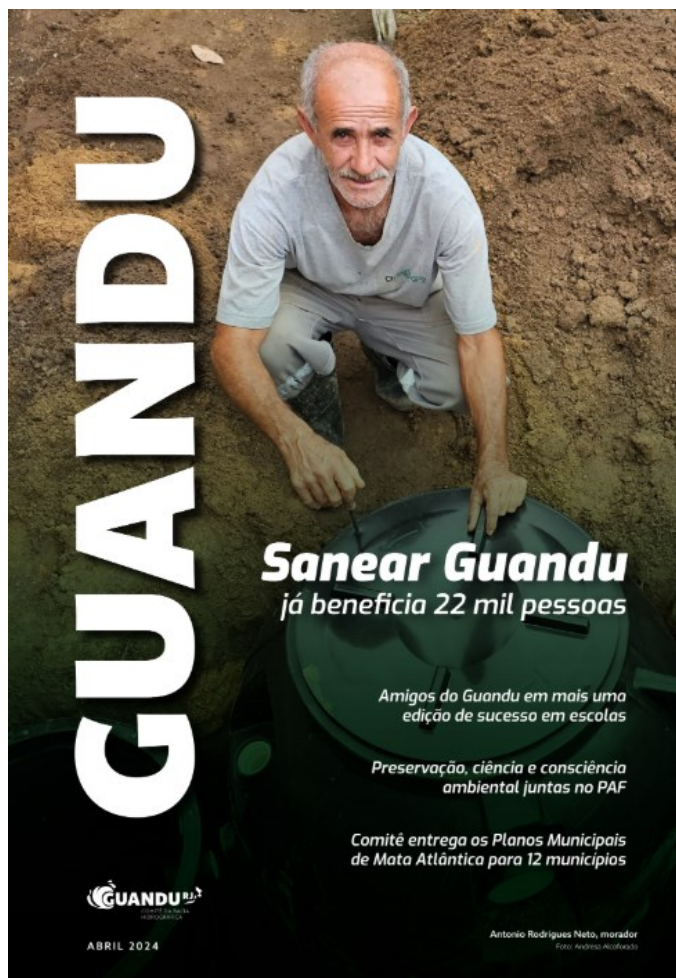
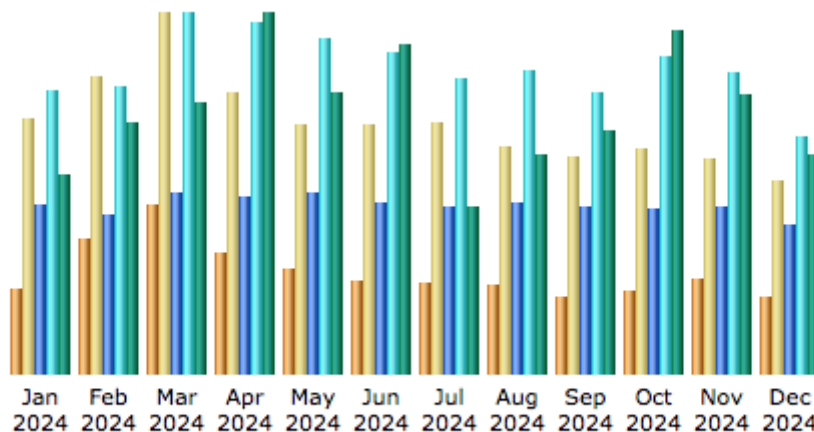


Figura 12 - Revista Guandu 2024. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/18z2KD440SX9MSVsMAZzWN2wI3-gUx7r6/view>. Anexo VI

Já o site do Comitê Guandu recebeu mais de 184 mil visitas em 2024, se consolidando como um portal de informação e apoio à gestão. Além de produtos de produtos de projetos o site foi plataforma para consultas públicas e outras ações de utilidade socioambiental.





Month	Unique visitors	Number of visits	Pages	Hits	Bandwidth
Jan 2024	5,218	15,600	134,793	224,763	171.14 GB
Feb 2024	8,275	18,108	127,069	228,098	215.96 GB
Mar 2024	10,348	21,950	144,028	286,754	233.50 GB
Apr 2024	7,357	17,097	141,538	279,242	309.34 GB
May 2024	6,379	15,217	143,907	266,520	242.26 GB
Jun 2024	5,665	15,197	135,996	255,525	282.28 GB
Jul 2024	5,510	15,364	132,671	235,086	144.02 GB
Aug 2024	5,372	13,852	136,361	241,602	188.08 GB
Sep 2024	4,669	13,234	132,308	224,494	209.05 GB
Oct 2024	5,088	13,702	131,895	252,897	295.24 GB
Nov 2024	5,777	13,120	133,036	239,629	239.58 GB
Dec 2024	4,658	11,728	118,668	188,884	187.33 GB
Total	74,316	184,169	1,612,270	2,923,494	2.65 TB

Figura 13 - Dados do site do CBH Guandu em 2024. <https://comitequandu.org.br/>



Figura 14 - Home Page do site do CBH Guandu



Já as redes sociais do Colegiado alcançaram mais de 5 milhões de usuários em 2024, fortalecendo a imagem institucional do Comitê e da gestão das águas do estado do Rio de Janeiro.



Figura 15 - Redes Sociais do CBH Guandu apresentaram grande engajamento.



RELATÓRIO SÍNTESE DOS INDICADORES

Formulário com informações básicas para o relatório de execução

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. CONTRATO DE GESTÃO

Contrato de Gestão INEA:	068/2022		
Resolução de aprovação:	Resolução 028/2020 – Dispõe sobre a prorrogação da delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do Comitê da Baía da Ilha Grande. Resolução COMITÊ GUANDU Nº150, de 09 de julho de 2020.		
Comitê de Bacia:	Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande. Comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guadu-mirim.		
Entidade Delegatária:	AGEVAP		
Período de referência (Ano do exercício):	2024	Ano de referência da meta do CG:	2

1.2. ENTIDADE DELEGATÁRIA

CNPJ:	05.422.000/0001-01
Razão Social:	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica Do Rio Paraíba do Sul.
Natureza Jurídica:	Associação de direito privado, com fins não econômicos.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADOR	META	META	META	META	META
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1	100%	100%	100%	100%	100%
2	80%	85%	90%	95%	100%
3	100%	100%	100%	100%	100%
4	25%	30%	35%	40%	45%



5	30%	35%	40%	45%	50%
6	30%	25%	20%	15%	10%
7	---	100%	100%	100%	100%

2.1. INDICADOR 1

INDICADOR 1 – CBH BIG		
<i>Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na PAAD e planejamento de atividades do comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do comitê.</i>		
<i>O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.</i>		
Nº de eventos e de reuniões realizados no período:	20	
Nº total de eventos e de reuniões planejados no período:	21	
Percentual alcançado:	105	%
Plenária de aprovação da proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias:	Resolução 035/2023 – Dispõe, sobre a aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2024	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Cronograma de eventos e de reuniões previstos no período:	Anexo:	Anexo I
Registro dos eventos e de reuniões realizados no período:	Anexo:	Anexo I
JUSTIFICATIVA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE ALGUM EVENTO OU REUNIÃO PLANEJADA:		
<i>Foi criado no decorrer do ano, por necessidade de melhor discussão de projeto da agenda de monitoramento, mais uma instância, a Câmara Técnica de Monitoramento.</i>		

INDICADOR 1 – CBH Guandu		
<i>Nível de organização do planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) e planejamento de atividades do COMITÊ e de suas instâncias</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		



<i>A entidade delegatária deverá elaborar a proposta de planejamento anual de atividades em conformidade com as ações previstas na PAAD e planejamento de atividades do comitê e de suas instâncias, com as orientações do Plenário ou da Diretoria do comitê.</i>		
<i>O planejamento deve contemplar a proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias, a serem realizadas no exercício subsequente, e deverá ser aprovada pelo plenário do Colegiado até a última reunião do exercício anterior.</i>		
Nº de eventos e de reuniões realizados no período:	55	
Nº total de eventos e de reuniões planejados no período:	57	
Percentual alcançado:	101	%
Plenária de aprovação da proposta dos eventos e das reuniões do comitê e de suas instâncias:	Resolução COMITÊ GUANDU Nº182, de 14 de dezembro de 2023. Dispõe, sobre a aprovação da Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para o ano de 2024.	
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Cronograma de eventos e de reuniões previstos no período:	Anexo:	Anexo I
Registro dos eventos e de reuniões realizados no período:	Anexo:	Anexo I
JUSTIFICATIVA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE ALGUM EVENTO OU REUNIÃO PLANEJADA:		
<i>A realização de um seminário de saneamento e de lançamento do Sanear II em abril, não previsto no planejamento e a realização de reuniões extraordinárias por conta da falta de quórum em reuniões planejadas.</i>		

2.2. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 1		
<i>Se $90 < \%alcançado < 110$: $NP = 10$.</i>	Nota do Indicador 1:	20
<i>Se $\%alcançado < 90$: $NP = 10 - (90 - \%alcançado) / 10$.</i>		
<i>Se $\%alcançado > 110$: $NP = 10 - (\%alcançado - 110) / 10$.</i>		
<i>Peso do Indicador: 1</i> <i>$NF_1 = NP * 1$</i>	Nota Final:	10

2.3. INDICADOR 2

INDICADOR 2 – CBH BIG
<i>Nível de atendimento pela entidade delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.</i>
ATRIBUIÇÃO CORRELATA



<i>A entidade delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do comitê e de suas instâncias.</i>		
<i>Organizar a "Ordem do Dia", secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do comitê e de suas instâncias.</i>		
Nº de encaminhamentos atendidos no período:	63	
Nº de encaminhamentos requeridos no período:	63	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Atas, documentos ou resoluções do comitê e de suas instâncias produzidas no período:	Anexo:	Anexo II
Registro do controle dos encaminhamentos solicitados pelo comitê no período:	Anexo:	Anexo II
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA DEMANDA DO COMITÊ:		
N/A		

INDICADOR 2 – CBH Guandu		
<i>Nível de atendimento pela entidade delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo comitê e suas instâncias de acordo com o planejamento anual de atividades.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá dar forma a toda documentação anterior e posterior às reuniões, inclusive elaboração de minutas de deliberações, moções, atas, listas de presença e toda a documentação que venha a ser objeto de apreciação e deliberação por parte do comitê e de suas instâncias.</i>		
<i>Organizar a "Ordem do Dia", secretariar, assessorar e lavrar as atas das reuniões plenárias do comitê e de suas instâncias.</i>		
Nº de encaminhamentos atendidos no período:	86	
Nº de encaminhamentos requeridos no período:	86	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Atas, documentos ou resoluções do comitê e de suas instâncias produzidas no período:	Anexo:	Anexo II
Registro do controle dos encaminhamentos solicitados pelo comitê no período:	Anexo:	Anexo II
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA DEMANDA DO COMITÊ:		
<i>Obs.: algumas das ações são contínuas e/ou levam tempo até serem finalizadas e, por isso, no anexo, constam como em andamento. Portanto, foram/estão sendo atendidas.</i>		



2.4. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 2		
Se %alcançado > Meta _{AnoIND2} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoIND2} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND2})	Nota do Indicador 2:	20
Peso do Indicador: 1 NF ₂ = NP * 1	Nota Final:	10

2.5. INDICADOR 3

INDICADOR 3 – CBH BIG		
<i>Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no PAP e na PAAD, aprovados pelo comitê.</i>		
ANO 1		
Matriz com ação(ões) e meta(s) priorizada(s):	1	
Matriz aprovada pelo comitê	1	
Percentual alcançado:	41	%
ANOS 2 A 5		
Percentual de avanço físico realizado no período:	41	%
Percentual de avanço físico previsto no período	40	%
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
ANO 1: documento formal resultante da plenária do comitê – após articulação entre a entidade delegatária, o comitê e o órgão gestor – com a priorização das ações, seu cronograma físico e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes de vigência do CG	Anexo:	Resolução 034/2023
ANOS 2 a 5: documento que comprove o atingimento do avanço físico planejado no período, conforme cronograma definido, para a execução das ações priorizadas:	Anexo:	Anexo III
JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO INTEGRAL:		
N/A		



INDICADOR 3 – CBH Guandu		
<i>Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s) pelo comitê, prevista(s) no PAP e na PAAD</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os outros recursos transferidos a partir do FUNDRHI em programas e ações previstos no PAP e na PAAD, aprovados pelo comitê.</i>		
ANO 1		
Matriz com ação(ões) e meta(s) priorizada(s):	1	
Matriz aprovada pelo comitê	1	
Percentual alcançado:	25	%
ANOS 2 A 5		
Percentual de avanço físico realizado no período:	25	%
Percentual de avanço físico previsto no período	25	%
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
ANO 1: documento formal resultante da plenária do comitê – após articulação entre a entidade delegatária, o comitê e o órgão gestor – com a priorização das ações, seu cronograma físico e as metas a serem pactuadas para os anos seguintes de vigência do CG	Anexo:	Resolução o CBH Guandu 194/2025
ANOS 2 a 5: documento que comprove o atingimento do avanço físico planejado no período, conforme cronograma definido, para a execução das ações priorizadas:	Anexo:	Anexo III
JUSTIFICATIVA EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO INTEGRAL:		
<i>O certame de contratação do serviço referente à ação anteriormente escolhida através da resolução COMITÊ GUANDU Nº183, de 14 de dezembro de 2023 foi judicializado, impossibilitando o atendimento ao cronograma. Ao fim do imbróglgio, foi aprovada nova resolução que atualiza as metas da mesma ação, dando condições ao seu cumprimento.</i>		

2.6. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 3		
ANO 1: <i>Matriz com ações priorizadas e metas aprovadas pelo comitê: NP = 10</i> ANOS 2 A 5: <i>Se %alcançado >= Meta_{ANOIND3}: NP = 10</i> <i>Se %alcançado < Meta_{ANOIND3}: NP = 10 * (%alcançado / Meta_{ANOIND3})</i>	Nota do Indicador 3:	20



Peso do Indicador: 1 NF ₃ = NP * 1	Nota Final: 10
--	-----------------------

2.7. INDICADOR 4

INDICADOR 4 – CBH BIG		
<i>Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas¹.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido² em ações finalísticas no período:	785.819,16	R\$
Valor disponível³ no período:	8.962.028,10	R\$
Percentual alcançado:	8,8	%
<p>1. Ações finalísticas são aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no PAP, exceto as ações de suporte ao funcionamento do comitê como custeio administrativo da entidade delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.</p> <p>Os valores devem ser detalhados em 2 categorias no mesmo período de medição: desembolsado e contratado.</p> <p>2. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. <p>3. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	Anexo IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nas ações finalísticas:	Anexo:	Anexo IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>Arrecadação acima do esperado e rearranjo de ações, descritas nas páginas 41 e 41 deste relatório.</i>		



INDICADOR 4 – CBH Guandu		
<i>Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas¹.</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
Recurso comprometido² em ações finalísticas no período:	32.771.048,89	R\$
Valor disponível³ no período:	226.549.240,79	R\$
Percentual alcançado:	14,5	%
<p>1. Ações finalísticas são aquelas relacionadas aos estudos, programas, projetos e obras derivados dos planos de recursos hídricos e detalhados no PAP, exceto as ações de suporte ao funcionamento do comitê como custeio administrativo da entidade delegatária, ajuda de custo, reembolso e participação em eventos.</p> <p>Os valores devem ser detalhados em 2 categorias no mesmo período de medição: desembolsado e contratado.</p> <p>2. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. <p>3. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	Anexo IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nas ações finalísticas:	Anexo:	Anexo IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>Arrecadação e repasse superior ao previsto e impossibilidades no programa sanear, descritos nas páginas 41 e 42 deste relatório.</i>		

2.8. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 4		
Se %alcançado > Meta _{AnoIND4} : NP = 10 Se %alcançado < Meta _{AnoIND4} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND4})	Nota do Indicador 4:	15,4
Peso do Indicador: 2 NF ₄ = NP * 2	Nota Final:	7,7



2.9. INDICADOR 5

INDICADOR 5 – CBH BIG			
<i>Índice de recursos comprometidos totais</i>			
ATRIBUIÇÃO CORRELATA			
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>			
Recurso comprometido¹ totais no período:	1.120.530,21		R\$
Valor disponível² no período:	8.962.028,10		R\$
Percentual alcançado:		12,6	%
<p>1. O recurso comprometido engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos. - o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente. 			
<p>2. O valor disponível engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano; - o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e - os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão. 			
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA			
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV	
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos programas e nas ações previstos no PAP:	Anexo:	IV	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:			
<i>As justificativas são as mesmas aplicadas ao indicador 4.</i>			

INDICADOR 5 – CBH Guandu			
<i>Índice de recursos comprometidos totais</i>			
ATRIBUIÇÃO CORRELATA			
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>			
Recurso comprometido¹ totais no período:	36.561.751,36		R\$
Valor disponível² no período:	226.549.240,79		R\$
Percentual alcançado:		16,2	%



1. O recurso comprometido engloba:		
- o valor desembolsado, pago, transferido ou descentralizado através de contratos administrativos ou de transferência, convênios e acordos.		
- o valor contratado através de atos convocatórios, editais de chamamento ou outros processos pela entidade delegatária, valor este que deve corresponder obrigatoriamente ao respectivo exercício vigente.		
2. O valor disponível engloba:		
- o saldo em caixa de exercícios anteriores estabelecido para cada ano;		
- o valor repassado, no exercício, à entidade delegatária, pelo órgão gestor, desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração, dentro do período avaliado; e		
- os recursos anteriores ao repasse automático referentes às parcelas do valor disponível, aplicados conforme parágrafo 11 da cláusula quarta do Contrato de Gestão.		
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos programas e nas ações previstos no PAP:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
As justificativas são as mesmas aplicadas ao indicador 4.		

2.10. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 5		
Se %alcançado > Meta _{AnoIND5} : NP = 10	Nota do Indicador 5:	16,4
Se %alcançado < Meta _{AnoIND5} : NP = 10 * (%alcançado / Meta _{AnoIND5})		
Peso do Indicador: 2	Nota Final:	8,2
NF ₅ = NP * 2		

2.11. INDICADOR 6

INDICADOR 6 – CBH BIG		
<i>Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.		
Observação:		
Os gastos com custeio administrativo, a partir da receita da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual não poderão ultrapassar os limites definidos pelo CERHI-RJ.		
Valor apropriado como custeio desembolsado no período:	334.711,05	R\$
Recurso comprometido total no período:	1.120.530,21	R\$



Percentual alcançado:	29,8	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos custeios administrativos:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>As justificativas do indicador 4 também se aplicam a este indicador.</i>		

INDICADOR 6 – CBH Guandu		
<i>Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá administrar e aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e os demais recursos transferidos pelo órgão gestor, em programas e ações previstos no PAP, aprovado pelo comitê.</i>		
<i>Observação:</i>		
<i>Os gastos com custeio administrativo, a partir da receita da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual não poderão ultrapassar os limites definidos pelo CERHI-RJ.</i>		
Valor apropriado como custeio desembolsado no período:	3.754.596,98	R\$
Recurso comprometido total no período:	226.549.240,79	R\$
Percentual alcançado:	10,2	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):	Anexo:	IV
Relatório específico com descrição sucinta do projeto, valores contratados e desembolsados nos custeios administrativos:	Anexo:	IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PERTINENTES AOS VALORES INDICADOS:		
<i>As justificativas do indicador 4 também se aplicam a este indicador.</i>		

2.12. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 6		
<i>Se %alcançado < Meta_{AnoIND6}: NP = 10</i> <i>Se %alcançado > Meta_{AnoIND6}: NP = 10 - (%alcançado - Meta_{AnoIND6}) / (100 - Meta_{AnoIND6})</i>	Nota do Indicador 6:	36,8
<i>Peso do Indicador: 2</i> <i>NF₆ = NP * 2</i>	Nota Final:	18,4



2.13. INDICADOR 7

INDICADOR 7 – CBHs BIG e Guandu		
<i>Índice de cumprimento das recomendações da CACG</i>		
ATRIBUIÇÃO CORRELATA		
<i>A entidade delegatária deverá atender as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, que considerará os relatórios elaborados pelos Grupos de Acompanhamento dos Comitês (GACG) e a Comissão Interna de Acompanhamento do INEA (CIA).</i>		
Nº de recomendações atendidas pela entidade delegatária no período:	5	
Nº de recomendações solicitadas pela CACG no período:	5	
Percentual alcançado:	100	%
DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
Documentação comprobatória:	Anexo:	Página 49
JUSTIFICATIVA PELO NÃO ATENDIMENTO A ALGUMA RECOMENDAÇÃO DO CACG:		
N/A		

2.14. NOTA PARCIAL

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA PARCIAL PARA O INDICADOR 7		
<i>Se %alcançado >= Meta_{AnoIND7}: NP = 10</i> <i>Se %alcançado < Meta_{AnoIND7}: NP = 10 * (%alcançado / Meta_{AnoIND7})</i>	Nota do Indicador 7:	20
<i>Peso do Indicador: 1</i> <i>NF₇ = NP * 1</i>	Nota Final:	10

3. NOTA GERAL E CONCEITO DA AUTOAVALIAÇÃO

AUTOAVALIAÇÃO DA NOTA GERAL PARA O INDICADORES		
$\sum NF / 10$	Nota Geral:	7.4
AUTOAVALIAÇÃO DO CONCEITO DE GRAU DE DESEMPENHO		
<i>NG >= 9: Ótimo</i> <i>9 < NG <= 7: Bom</i> <i>7 < NG <= 5: Regular</i> <i>NG < 5: Insatisfatório</i>	Grau de desempenho:	Bom



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AGEVAP trabalhou de forma contínua com o intuito de atender às novas metas previstas no Contrato de Gestão INEA Nº 068/2022, desenvolvendo importantes projetos deliberados pelos Colegiados. Reafirmamos o nosso compromisso de atender ao Contrato de Gestão e nosso papel na Política Estadual de Recursos Hídricos, de forma transparente, ética e responsável, visando à melhoria contínua para atingimento das metas nos próximos anos.

Os resultados das ações são visíveis, em ambas as Regiões Hidrográficas. Destaque para as obras de saneamento ecológico. Através deste contrato de gestão, levamos esgotamento sanitário para uma população que não tinha previsão de atendimento deste direito básico e universal, sejam em comunidades indígenas, caiçaras ou em localidades rurais e periurbanas, afastadas dos grandes centros.

Em processo de evolução, o desembolso 2024 superou o 2023, sendo o maior da série histórica e o maior desembolso do FUNDRHI-RJ, ou seja, do estado do Rio de Janeiro, via Delegatária, desde a implementação da cobrança.

Sendo assim, este relatório expressa a convicção de que a AGEVAP vem cumprindo da melhor forma possível a missão da qual foi incumbida.

Informamos, por fim, que este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração da AGEVAP e pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, formado por membros dos CBHs BIG e Guandu.

Resende, 31 de janeiro de 2025.

(assinado eletronicamente)

Aline Raquel Alvarenga

Diretora-Presidente interina da AGEVAP



LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Detalhamento de Reuniões e Eventos

Anexo II - Encaminhamentos

Anexo III - Detalhamento - Indicador 3

Anexo IV - Detalhamento Financeiro

Anexo V - Boletim CBH BIG

Anexo VI - Revista Guandu



ANEXO I – Reuniões e eventos

Detalhamento de reuniões (indicador 1) referente a RH I (CBH Baía de Ilha Grande)

Nº previsto	20
Nº realizado	22

Nº	Data	Instância	Registro
1	17/01/2024	1ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
2	19/01/2025	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
3	25/01/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata

4	21/02/2024	74ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
5	04/03/2024	2ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
6	13/03/2024	25ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
7	10/04/2024	75ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
8	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
9	26/04/2024	3ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
10	14/05/2024	4ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
11	13/06/2024	76ª Reunião Ordinária Plenária	Ata

Anexo I

12	03/07/2024	4ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
13	05/07/2024	26ª Reunião Ordinária Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
14	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
15	11/09/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata
16	18/09/2024	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
17	03/10/2024	27ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Ata
18	07/10/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata
19	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Ata

Anexo I

20	26/11/2024	6ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Ata
21	09/12/2024	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento	Ata
22	10/12/2024	79ª Reunião Ordinária Plenária	Ata

Detalhamento de reuniões (indicador 1) referente a RH II (CBH Guandu):

Nº previsto	55
Nº realizado	57

Nº	Data	Instância	Registro
1	09/01/2024	1ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Ata

2	19/01/2024	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH do Guandu	Ata
3	19/01/2024	1ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
4	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
5	25/01/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
6	01/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
7	01/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
8	07/02/2024	1ª Reunião Extraordinária da Plenária	Ata
9	08/02/2024	2ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Ata

Anexo I

10	08/02/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Ata
11	27/02/2024	Oficina de Construção do Plano Diretor Florestal	Ata
12	01/03/2024	2ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Ata
13	01/03/2024	1ª Reunião Ordinária Plenária	Ata
14	07/03/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
15	03/04/2024	Seminário de Saneamento - Aniversário 22 anos CBH Guandu	site do Comitê Guandu - RJ
16	24/04/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
17	24/04/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais - Gestão	Ata

Anexo I

18	26/04/2024	3ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
19	06/05/2024	3ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Ata
20	09/05/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
21	09/05/2024	2ª Reunião Extraordinária da Plenária	Ata
22	14/05/2024	4ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Ata
23	23/05/2024	2ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
24	11/06/2024	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
25	11/06/2024	3ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata

26	13/06/2024	4ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
27	17/06/2024	3ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Ata
28	20/06/2024	1ª Reunião Extraordinária de Câmaras Técnicas de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
29	27/06/2024	3ª Reunião Extraordinária da Plenária	Ata
30	02/07/2024	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
31	04/07/2024	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
32	04/07/2024	2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
33	25/07/2024	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata

Anexo I

34	25/07/2024	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica	Ata
35	01/08/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
36	01/08/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
37	05/08/2024	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
38	19/08/2024	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
39	21/08/2024	3ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Ata
40	22/08/2024	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
41	28/08/2024	Workshop do Comitê Guandu-RJ sobre crise climática e queimadas	site do Comitê Guandu - RJ

42	04/09/2024	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
43	05/09/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
44	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Ata
45	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
46	09/10/2024	8ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
47	10/10/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Ata
48	10/10/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Ata
49	14/10/2024	1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Juventude	Ata

50	15/10/2024	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
51	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Ata
52	07/11/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Ata
53	19/11/2024	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Ata
54	26/11/2024	Oficina Programação Anual de Atividades e Desembolsos 2026	Ata
55	25/11/2024	9ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Ata
56	12/12/2024	4ª Reunião Ordinária da Plenária	Ata
57	13/12/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica	Ata



ANEXO II

Detalhamento de encaminhamentos (indicador 2) referente a RH I (CBH Baía da Ilha Grande):

Nº requerido	63
Nº atendido	63

Nº	Data da demanda	Fonte da demanda	Descrição da Demanda / Encaminhamento	Link de acesso à ata ou registro da reunião que originou a demanda	Status da demanda	Comprovante
1	17/01/2024	1ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Envio de Carta em resposta ao FFCBH para apoio ao ECOB-RJ	Ata	Atendida	Atendida
2	17/01/2024	1ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 74ª Reunião Ordinária Plenária	Ata	Atendida	Atendida
3	17/01/2024	1ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Inscrição no CERHI	Ata	Atendida	Atendida
4	21/02/2024	Carta CBH-BIG nº 02/2024 – Convocatória para 74ª Reunião Ordinária Plenária	Homologação dos novos membros da Plenária	Documento de Origem	Atendida	Atendida

5	21/02/2024	Carta CBH-BIG nº 02/2024 – Convocatória para 74ª Reunião Ordinária Plenária	Eleição da Diretoria Colegiada	Documento de Origem	Atendida	Atendida
6	21/02/2024	Carta CBH-BIG nº 02/2024 – Convocatória para 74ª Reunião Ordinária Plenária	Composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos	Documento de Origem	Atendida	Atendida
7	21/02/2024	Carta CBH-BIG nº 02/2024 – Convocatória para 74ª Reunião Ordinária Plenária	Composição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Documento de Origem	Atendida	Atendida
8	21/02/2024	Carta CBH-BIG nº 02/2024 – Convocatória para 74ª Reunião Ordinária Plenária	Apresentação das principais ações no biênio 2022-2024	Documento de Origem	Atendida	Atendida
9	28/12/2023	E-mail Fórum Fluminenses de CBHs	Atendimento a solicitação do CERHI para publicidade do processo eleitoral	Documento de Origem	Atendida	Atendida
10	14/03/2024	E-mail Fórum Fluminenses de CBHs	Convocatória - Evento de celebração da conclusão do projeto Aldeia Araponga	Documento de Origem	Atendida	Atendida
11	28/03/2024	2ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 75ª Reunião Ordinária Plenária	Ata	Atendida	Atendida
12	28/03/2024	Carta CBH-BIG nº 08/2024 – Convocatória para 75ª Reunião Ordinária Plenária	Apresentação da finalização do Projeto de Saneamento ecológico da Aldeia Araponga	Documento de Origem	Atendida	Atendida

Anexo II

13	10/04/2024	Carta CBH-BIG nº 08/2024 – Convocatória para 75ª Reunião Ordinária Plenária	Apresentação do Subprograma 3.1 Articulação para mitigação de impactos	Documento de Origem	Atendida	Atendida
14	28/03/2024	AGEVAP	Encaminhar Relatório de Contas - Prestação de Contas CG INEA 068.2022 - BIG e Guandu - Ano 1 2023 para a Diretoria Colegiada do CBH-BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
15	11/04/2024	CBH-BIG	Encaminhar informações referentes aos palestrantes do ECOB-RJ	07 - Gmail - Palestrantes ECOB CBH-BIG.pdf	Atendida	Atendida
16	04/04/2024	75ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta para deliberação de recursos para viabilizar a participação dos membros e convidados no XI ECOB-RJ.	Ata	Atendida	Atendida
17	22/05/2024	75ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta ao presidente do INEA sobre o repasse automático dos valores relacionados à cobrança dos recursos hídricos na Região Hidrográfica – I (Baía da Ilha Grande)	Ata	Atendida	Atendida
18	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 76ª ROP	Ata	Atendida	Atendida
19	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Elaboração de carta resposta ao Ministério Público	Ata	Atendida	Atendida
20	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Agendamento das oficinas de Educação Ambiental para Comitês de Bacia Hidrográfica do estado do Rio de Janeiro	Ata	Atendida	Atendida

21	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Aprovação do Edital do SANEAR BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
22	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Referendo a Resolução nº 036/2024 - Dispõe sobre ajudas de custo à convidados do CBH-BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
23	15/05/2024	3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Repasse sobre o os projetos da ETE Praia Grande e Rede de Coleta de Esgoto de Japariz	Documento de Origem	Atendida	Atendida
24	13/06/2024	76ª Reunião Ordinária Plenária	Encaminhar resolução nº 31/2022 Plano de Aplicação Plurianual 2023-2026 CBH-BIG ao CERHI	Ata	Atendida	Atendida
25	13/06/2024	76ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta com solicitação de recursos para viabilizar a participação dos membros e convidados no ERCOB Sudeste Belo Horizonte/MG	Ata	Atendida	Atendida
26	13/06/2024	76ª Reunião Ordinária Plenária	Envio do relatório de execução do MOP do BIG referente ao ano de 2023 ao INEA.	Ata	Atendida	Atendida
27	13/06/2024	76ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta ao Município de Bananal para tratar sobre Monitoramento hidrometeorológico na Bacia da Baía da Ilha Grande	Ata	Atendida	Atendida
28	03/07/2024	4ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 77 ROP	Ata	Atendida	Atendida

29	03/07/2024	4ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Envio de carta ao INEA para tratar sobre Monitoramento hidrometeorológico na Baía da Baía da Ilha Grande	Ata	Atendida	Atendida
30	03/07/2024	4ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Envio de carta ao CERHI para indicação de inscrições em Câmaras Técnicas	Ata	Atendida	Atendida
31	24/07/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Referendo da Resolução nº 37 – Atualização do PAP do CBH-BIG 2025-2026	Documento de Origem	Atendida	Atendida
32	24/07/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Aprovação da Resolução de criação da Câmara Técnica de Monitoramento;	Documento de Origem	Atendida	Atendida
33	24/07/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Deliberação sobre a solicitação do FFCBH dos recursos remanescentes da realização do ECOB	Documento de Origem	Atendida	Atendida
34	24/07/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Apresentação do Programa de Água e Floresta (PAF) Guandu	Documento de Origem	Atendida	Atendida
35	24/07/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Apresentação Monitoramento Hidrológico da Bacia	Documento de Origem	Atendida	Atendida
37	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Agendamento de reunião IC 69-16 - MPRJ 2016.00747648	Documento de Origem	Atendida	Atendida
38	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta a SUPBIG solicitando a atuação na bacia da Banqueta	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II

39	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta ao IMAAR solicitando a atuação na bacia da Banqueta	Ata	Atendida	Atendida
40	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta em resposta ao FFCBH sobre saldo remanescente do ECOB-RJ	Ata	Atendida	Atendida
41	08/08/2024	77ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta a ANA sobre Monitoramento hidrológico na Bacia Hidrográfica do rio Bracuí - UHP 8	Ata	Atendida	Atendida
42	18/09/2024	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 78ª ROP	Ata	Atendida	Atendida
43	18/09/2024	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Envio do questionário do Plano de Comunicação	Ata	Atendida	Atendida
45	18/09/2024	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Atualização sobre ação de Monitoramento da BIG	Documento de Origem	Atendida	Atendida
46	18/09/2024	5ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Informes sobre a crise hídrica em Angra dos Reis	Documento de Origem	Atendida	Atendida
48	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de cartas convite para o Seminário dos Usuários da Baía da Ilha Grande	Ata	Atendida	Atendida
49	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Realização da Oficina de construção da PAAD 2025	Ata	Atendida	Atendida

50	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Convite a oficina de mentoria de educação ambiental para CBHs	Ata	Atendida	Atendida
51	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de agenda dos próximos eventos do CBH-BIG	Ata	Atendida	Atendida
52	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Solicitação de reunião de Monitoramento com INEA	Ata	Atendida	Atendida
53	10/10/2024	78ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta resposta ao Ministério Público	Ata	Atendida	Atendida
54	26/11/2024	6ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Envio da minuta da PAAD BIG para os membros do CBH-BIG	Ata	Atendida	Atendida
55	26/11/2024	6ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Convocatória da 79ª ROP	Ata	Atendida	Atendida
56	26/11/2024	6ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada	Indicação do eleitor do FFCBH	Ata	Atendida	Atendida
57	26/11/2024	Ordinária de Diretoria Colegiada	Realização do Seminário dos Usuários da Baía da Ilha Grande	Ata	Atendida	Atendida
58	26/11/2024	Ordinária de Diretoria Colegiada	Aprovação da Resolução da PAAD 2025;	Documento de Origem	Atendida	Atendida

59	26/11/2024	Ordinária de Diretoria Colegiada	Apresentação do Projeto de Pesquisa do CEFET;	Documento de Origem	Atendida	Atendida
60	10/12/2024	79ª Reunião Ordinária Plenária	Relatos da Câmara Técnica de Monitoramento;	Documento de Origem	Atendida	Atendida
61	10/12/2024	79ª Reunião Ordinária Plenária	Aprovação do calendário de 2025;	Documento de Origem	Atendida	Atendida
62	10/12/2024	79ª Reunião Ordinária Plenária	Envio de carta ao CEFET para projeto de captação de água de chuva	Ata	Atendida	Atendida
63	20/12/2024	79ª Reunião Ordinária Plenária	Celebração do Termo Aditivo do ACT nº 4.103.14021.3.05.04421.02.2024	Ata	Atendida	Atendida

Detalhamento de encaminhamentos (indicador 2) referente a RH II (CBH Guandu):

Nº requerido	86
Nº atendido	85

Nº	Data da demanda	Fonte da demanda	Descrição da Demanda / Encaminhamento	Link de acesso à ata ou registro da reunião que originou a demanda	Status da demanda	Comprovante
1	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar as minutas de atas referentes ao item 2 da pauta, por e-mail, para aprovação da diretoria colegiada (atas de 08/05, 04/08, 05/09, 11/09, 30/10, 06/11; 16/11; 27/11);	Ata	Atendida	Atendida
2	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar quinzenalmente as informações do PAF Refloresta à diretoria colegiada;	Ata	Atendida	Atendida
3	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Solicitar ao FFCBH o envio de mais informações sobre a participação do Comitê Guandu no ECOB 2024, quais seriam as contrapartidas e sugerir uma reunião;	Ata	Atendida	Atendida
4	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Solicitar a diretoria, com prazo de 3 dias, a manifestação de indicação do representante na Comissão Científica do FFCBH para o ECOB 2024;	Ata	Atendida	Atendida

5	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar carta à ABES solicitando informações sobre a programação e o nível de participação do Comitê Guandu no evento da BWW 2024, e sugerindo uma reunião para apresentação. E após, apresentar uma contraproposta de R\$ 20 mil, sendo o máximo que se pode contribuir;	Ata	Atendida	Atendida
6	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar à diretoria, com prazo de uma semana (até 30/01), para manifestação à inscrição do Comitê Guandu no processo eleitoral do CERHI-RJ mandato 2024/2027;	Ata	Atendida	Atendida
7	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Agendar reunião presencial com a assessoria jurídica para discutir os pontos dos pareceres referentes à falta de decoro em reuniões;	Ata	Atendida	Atendida
8	23/01/2024	1ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Enviar os materiais dos itens 12, 13, 14 (pautas das reuniões Plenárias e Relatório de Atividades 2023) à diretoria, por e-mail, para contribuições e decisões.	Ata	Atendida	Atendida
9	01/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Enviar a ata de 09/11/2023 para contribuições do representante da P.M. Nova Iguaçu, para complemento de falas inaudíveis do mesmo. Adiar a aprovação para a próxima reunião.	Ata	Atendida	Atendida

10	01/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Enviar o Regimento Interno para estudo dos membros e apontamento das propostas numa próxima Reunião	Ata	Atendida	Atendida
11	01/02/2024	1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Enviar a Res 119 para estudo dos membros e apontamento das propostas numa próxima Reunião	Ata	Atendida	Atendida
12	08/02/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Inserir detalhamentos do que não pôde ser executado e das metas do MOP e da PAAD em um anexo do relatório.	Ata	Atendida	Atendida
13	08/02/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Enviar a primeira versão do relatório para contribuições dos membros até 16/02. E solicitar que enviem suas contribuições até 26/02.	Ata	Atendida	Atendida
14	08/02/2024	2ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Apresentar a nova versão do relatório anual na próxima reunião Plenária, ficou de definir em qual Plenária será apresentado	Ata	Atendida	Atendida
15	08/02/2024	2ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Dar andamento aos editais de saneamento, levando para as instâncias;	Ata	Atendida	Atendida
16	08/02/2024	2ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Agendar Oficina de apresentação e aprovação do Plano Diretor Florestal para 27 de fevereiro de 2024;	Ata	Atendida	Atendida
17	08/02/2024	2ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Solicitar à empresa executora do Plano Diretor adiantar a entrega dos produtos para março, que seja viabilizado entregar os Planos	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II

			Diretores no evento de aniversário do Guandu, dia 03 de abril de 2024;			
18	08/02/2024	2ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Enviar os demais itens de pauta (2, 5, 6 e 7) por e-mail aos diretores.	Ata	Atendida	Atendida
19	01/03/2024	2ª Reunião Extraordinária Diretoria Colegiada	Encaminhar a inscrição do Comitê Guandu para o processo eleitoral do CERHI/RJ.	Ata	Atendida	Atendida
20	01/03/2024	1ª Reunião Ordinária Plenária	Adiar a aprovação das minutas de atas para próxima reunião ordinária (atas de 05/12 e 14/12/2023)	Ata	Atendida	Atendida
21	01/03/2024	1ª Reunião Ordinária Plenária	Adiar o item 8, referente à minuta de resolução de ajudas de custo para uma próxima reunião de plenária	Ata	Atendida	Atendida
22	24/04/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Convidar o INEA para realizar uma apresentação geral sobre a APA Guandu.	Ata	Atendida	Atendida
23	24/04/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Apresentar minuta de instrumento de parceria com o Inea para desenvolvimento das ações relacionadas à Subagenda de Unidades de conservação.	Ata	Atendida	Atendida
24	06/05/2024	3ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Responder ao IZMA e à P.M. Vassouras, oferecendo serviço de buffet e materiais do Comitê (revista e folder) e solicitando a participação do Comitê Guandu em mesas de discussão;	Ata	Atendida	Atendida

25	06/05/2024	3ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Solicitar à ABES a apresentação sobre o BWW, para análise do apoio/patrocínio e apresentar proposta de data à diretoria para discussão e decisão;	Ata	Atendida	Atendida
26	06/05/2024	3ª Reunião Ordinária Diretoria Colegiada	Convidar para a participação de membros das Câmaras Técnicas nos episódios do POD CAST 2024, de acordo com o conhecimento e os temas, para a mediação	Ata	Atendida	Atendida
27	09/05/2024	2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Encaminhar à Plenária a situação de falta de resposta do INEA à carta Guandu 037/2022, apresentando as sugestões de procedimentos da CTSB: solicitar à Plenária inserção no site com a cronologia histórica do envio da Carta Guandu nº 037/2022; Envio de comunicação ao MPRJ, por ausência de dever do servidor público, com a cronologia histórica do envio da Carta Guandu nº 037/2022;	Ata	Atendida	Atendida
28	14/05/2024	4ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão	Minutar as recomendações feitas ao parecer e enviar o link para o grupo acrescentar suas contribuições	Ata	Atendida	Atendida
29	23/05/2024	2ª Reunião Ordinária da Plenária	Publicar no site do Comitê as atas de Grupos de Trabalho e de Diretoria Colegiada	Ata	Atendida	Atendida
30	23/05/2024	2ª Reunião Ordinária da Plenária	Publicar no calendário do site do Comitê as datas de reuniões dos Grupos de trabalho e de diretoria colegiada	Ata	Atendida	Atendida

31	11/06/2024	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Repetir as minutas de atas das reuniões de 09/11/2023, 01/02/2024 e 24/04/2024 na próxima pauta da CTEG, já atualizadas com as contribuições recebidas nesta reunião.	Ata	Atendida	Atendida
32	11/06/2024	3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Realizar reunião conjunta com a CTIL-G para aprovação do ACT e Plano de Trabalho, em atendimento à pauta "Apresentação de minuta de instrumento de parceria com Inea para o desenvolvimento das ações relacionadas ao Programa de Unidades de Conservação"	Ata	Atendida	Atendida
33	11/06/2024	3ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	E-mail pedindo desculpas aos membros da CTIL-G pelas cenas compartilhadas em reunião, informando que o comitê já está tomando todas as medidas cabíveis.	Ata	Atendida	Atendida
34	11/06/2024	3ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Enviar o vídeo para o TI, e tentar identificar o IP do usuário que compartilhou a cena durante a reunião.	Ata	Atendida	Atendida
35	11/06/2024	3ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Tomar atitudes cabíveis, junto às autoridades, com apoio da assessoria jurídica.	Ata	Atendida	Atendida
36	02/07/2024	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Solicitar apresentação (da Office International de l'Eau – OIEau) sobre o Projeto Maru à diretoria colegiada. Pois, já avançaram bastante com o projeto de monitoramento na RHII;	Ata	Não atendida	Reunião a ser agendada

37	02/07/2024	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Verificar possibilidades para participação do Comitê na Reunião da Rede Internacional de Organizações de Bacia, assembleia geral que acontecerá 06 a 09 de outubro, na França. Com participação de representações de comitês do mundo inteiro;	Ata	Atendida	Atendida
38	02/07/2024	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Incluir na próxima pauta a aprovação para divulgação no site do trabalho acadêmico do Sr. Clayton Bonfim intitulado "LEVANTAMENTO DE MEDIDAS DE REDUÇÃO DE USO DE ÁGUA POR INDÚSTRIAS HIDROINTENSIVAS LOCALIZADAS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA II (RHII - GUANDU) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PARTIR DA CRISE HÍDRICA DE 2014-2015");	Ata	Atendida	Atendida
39	02/07/2024	5ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Inserir como pauta permanente de diretoria colegiada os relatos sobre as reuniões externas, que possuem representação do Comitê Guandu.	Ata	Atendida	Atendida
40	04/07/2024	2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Encaminhar à Plenária, com relato do ocorrido na reunião de 11/06/2024, para solicitar que a participação do público externo seja realizada, via de regra, através do Youtube. A participação presencial de não membros, com apresentação de conteúdo, será permitida mediante inscrição prévia através de formulário específico disponibilizado pela secretaria, observados os critérios	Ata	Atendida	Atendida

			e prazos definidos pela organização;			
41	01/08/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Pauta próxima CTEG: Discutir a ampliação do CINE GUANDU para a comunidade/população. Proposta de revisão do Projeto Cine Guandu	Ata		Atendida Atendida
42	01/08/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Realizar o workshop sobre combate a incêndios florestais no formato: Evento online em agosto e workshop presencial em início de novembro	Ata		Atendida Atendida
43	05/08/2024	1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Agendar próxima reunião para 10/09/2024	Ata		Atendida Atendida
44	19/08/2024	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Reenviar o trabalho acadêmico do Sr. Clayton Bonfim intitulado: "LEVANTAMENTO DE MEDIDAS DE REDUÇÃO DE USO DE ÁGUA POR INDÚSTRIAS HIDROINTENSIVAS LOCALIZADAS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA II (RHII - GUANDU) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PARTIR DA CRISE HÍDRICA DE 2014-2015)" à diretoria para leitura, num prazo de 10 dias. Sendo aprovado, solicitar que enviem o link oficial da publicação. E sempre publicar trabalhos através de link oficial, ao invés do arquivo.	Ata		Atendida Atendida
45	19/08/2024	6ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Viabilizar a viagem das diretoras Paola e Cristiane ao IV CEMEIA 2024, em Maceio/AL em setembro, para representar e apresentar pelo Comitê Guandu.	Ata		Atendida Atendida

46	21/08/2024	3ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do PERH - Guandu	Agendar reunião com a diretoria colegiada para discutir a estrutura de pessoal que atende o Guandu	Ata	Atendida	Atendida
47	22/08/2024	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Providenciar a participação do público externo (não membros de qualquer instancia do Comitê) seja realizada, via de regra, através do Youtube. A participação de não membros, com apresentação de conteúdo, será permitida mediante inscrição prévia através de formulário específico disponibilizado pela secretaria, observados os critérios e prazos definidos pela organização;	Ata	Atendida	Atendida
48	22/08/2024	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Retornar para a CTIL-G a discussão sobre a minuta de resolução para viagens internacionais, por conta do baixo valor de cotas de traslado	Ata	Atendida	Atendida
49	22/08/2024	3ª Reunião Ordinária da Plenária	Reabrir o prazo de inscrições para a composição do GT Juventude	Ata	Atendida	Atendida
50	04/09/2024	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Encaminhar ao GTIV que seja estabelecida uma hierarquização para contemplar as UCs da RH II com plano de manejo;	Ata	Atendida	Atendida
51	04/09/2024	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Montar carta em resposta ao Mauro com as justificativas das áreas, destacando a aprovação dos membros nas instancias, e submeter à aprovação da diretoria colegiada;	Ata	Atendida	Atendida

52	04/09/2024	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Envio de carta ao Município de Miguel Pereira, ao INEA e ao Ministério Público solicitando apoio com ações em contribuição à problemática apresentada pelo ITERJ. Mencionar na carta o Edital do PAF incentivando o município a participar;	Ata	Atendida	Atendida
53	04/09/2024	7ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Publicar o link do trabalho acadêmico no site do Comitê	Ata	Atendida	Atendida
54	05/09/2024	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico	Inserir, na íntegra, as falas de ataque do Sr Gilvoneick contra a membra Adriana Sotero (FIOCRUZ) na reunião de 04/07/2024, e adiar a aprovação da ata para próxima reunião	Ata	Atendida	Atendida
55	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Montar um grupo de WhatsApp do GTEA;	Ata	Atendida	Atendida
56	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Montar o calendário de reuniões, com presenciais;	Ata	Atendida	Atendida
57	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Escopo do Plano de Educação Ambiental da Bacia;	Ata	Atendida	Atendida
58	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Escopo definido do Amigos do Guandu;	Ata	Atendida	Atendida

59	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Cronograma e Edital do Cine Guandu;	Ata	Atendida	Atendida
60	09/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental	Trabalhar ampliação do Amigos do Guandu.	Ata	Atendida	Atendida
61	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Agendar próxima do GTIV reunião para o dia 15/10	Ata	Atendida	Atendida
62	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Discutir na reunião do dia 15/10 a aprovação das atas das 2 primeiras reuniões;	Ata	Atendida	Atendida
63	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Discutir na reunião do dia 15/10 a definição de proposta da PAAD 2025 para as agendas de Infraestrutura verde e Agropecuária, incluindo ações previstas no Plano Diretor Florestal;	Ata	Atendida	Atendida
64	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Discutir na reunião do dia 15/10 a atualização sobre andamento das ações de Infraestrutura Verde;	Ata	Atendida	Atendida
65	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Discutir na reunião do dia 15/10 a apresentação de proposta para hierarquização de Unidades de Conservação para elaboração de Planos de Manejo	Ata	Atendida	Atendida
66	10/09/2024	2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Encaminhar previamente MOP, Plano Diretor Florestal e PAAD para apreciação do grupo.	Ata	Atendida	Atendida

67	10/10/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Estudos Gerais	Realização do Workshop para o Enquadramento em fevereiro de 2025.	Ata	Atendida	Atendida
68	10/10/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Atualizar o valor da cota de traslado, solicitar um Parecer jurídico sobre a possibilidade de balizar os valores de acordo com a tabela utilizada pela ANA e estruturar uma proposta balizada nos valores de diárias por grupo de países, verificando também as possibilidades legais para tal.	Ata	Atendida	Atendida
69	10/10/2024	5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão	Realização do Workshop de para o Enquadramento em fevereiro de 2025.	Ata	Atendida	Atendida
70	15/10/2024	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Enviar arquivo Excel da PAAD e dos critérios de hierarquização	Ata	Atendida	Atendida
71	15/10/2024	3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Anexar proposta da PAAD na ata da Reunião	Ata	Atendida	Atendida
72	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Realizar o evento de entrega e assinatura do Observatório de Bacia, lançamento do Plano Diretor Florestal e anunciar finalização dos PROMEAs.	Ata	Atendida	Atendida
73	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Realização da oficina PAAD 2025 em 26/11/2024	Ata	Atendida	Atendida

74	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Realizar Workshop Fiscal de Queimadas entre fevereiro e março de 2025.	Ata	Atendida	Atendida
75	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Realizar reunião ampliada com o GAP em 25/11/2024 para discussão de estrutura de equipe técnica para atendimento às ações da RH II	Ata	Atendida	Atendida
76	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Ver a disponibilidade de um representante de instituição membro do GTJ para participação no evento da Prefeitura de Seropédica – 1º Fórum da Juventude e Sustentabilidade da Baixada Fluminense, dia 31/10/2024, às 09h30, junto a um representante da Secretaria Executiva.	Ata	Atendida	Atendida
77	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Definir no âmbito da Diretoria Colegiada um representante do Comitê Guandu/RJ para participar da Audiência Pública sobre avaliação do atendimento à Lei nº 9.370/2021, na ALERJ, no dia 11/11/2024, às 10h	Ata	Atendida	Atendida
78	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Encaminhar o convite do evento da Supesus/SEAS – I Conferência Estadual de Educação Ambiental, no dia 13/11/2024, para os membros do GTEA, para participação. Necessário enviar e-mail confirmando a participação, para envio do link de inscrição	Ata	Atendida	Atendida
79	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Inscrever o CBH Guandu para a Coordenação do Fórum Fluminense de Comitês de bacias hidrográficas - FFCBH, em chapa	Ata	Atendida	Atendida

Anexo II

			junto ao CBH BG, indicando o Diretor Geral como representante.			
80	25/10/2024	4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada	Responder ao FFCBH sobre a aprovação do uso do saldo remanescente do XI ECOB para a realização do próximo ECOB, em 2025.	Ata	Atendida	Atendida
81	19/11/2024	4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde	Solicitar a inclusão do GTIV na reunião do GAP com a diretoria sobre a ampliação da equipe para atendimento do Comitê Guandu	Ata	Atendida	Atendida
82	25/11/2024	9ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Providenciar participação do Comitê no SANEARio em 04.12.2024. Propor 200 copos ecológicos e 200 ecobags;	Ata	Atendida	Atendida
83	25/11/2024	9ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Verificar valores e condições para submeter o Programa SANEAR no Congresso ABES e apresentar para aprovação da diretoria colegiada;	Ata	Atendida	Atendida
84	25/11/2024	9ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada	Propor à Plenária e providenciar 1 matriz de camisa com 150 e 3 banners 90 x 150cm, para apoio ao evento da P.M. Nova Iguaçu	Ata	Atendida	Atendida
85	26/11/2024	Oficina Programação Anual de Atividades e Desembolsos 2025	Inserir no PAAD 2025 as discussões sobre custeio da ligação intradomiciliar de esgotamento sanitário	Ata	Atendida	Atendida
86	26/11/2024	Oficina Programação Anual de Atividades e Desembolsos 2026	Retirar a priorização do PAF das ações de incêndios e queimadas	Ata	Atendida	Atendida

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO - INDICADOR 3

A ação prioritária definida pelo CBH-BIG, constante no Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos, está especificada no anexo I da [Resolução CBH BIG Nº 34/2023](#), é a que segue:

Ação:	8.1.3 – Comunicação e Mobilização do CBH-BIG
Subprograma:	8.1 – Educação e comunicação
Programa:	8 – Programa de Educação e Comunicação
Macrodiretriz	Empoderamento, Cooperação e Gestão
Meta:	Plano de comunicação e mobilização elaborado e revisado a cada 5 anos
Orçamento	R\$ 3.690.424,00

A resolução estabelece ainda as metas de execução da atividade, da forma que segue:

Atividade	Percentual anual
2024	
Contratação de instituição para atualização e execução do plano de comunicação do CBH BIG	25%
Emitir Ordem de Serviço para início da execução do Contrato	15%
Atualização do Plano de ação com ênfase em educação ambiental	30%
Execução física de 40% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	30%
2024 (%) 100%	

O contrato foi assinado em 11 de setembro de 2024, sendo o documento equivalente também a ordem de serviço para o início da execução do objeto. O Plano de Comunicação foi atualizado e segue ao final deste anexo.

Ao final de 2024, foram implementados/executados 41% do previsto para o projeto e a contratação, de acordo com a [Ficha SIGA](#):

PAP Online

Relatório de Ficha do Projeto

Projeto: **Comunicação BIG 2024**
 Processo: **086/2024 - BIG**
 Gestor(es): **Matheus Miguel**

SINTESE DO PROJETO



PAP - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

- Baía de Ilha Grande**
 Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
 Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
 Programa: 8.1.3 Comunicação e mobilização do CBH-BIG (BIG)
- Baía de Ilha Grande**
 Componente: 8. Programa de educação e comunicação (BIG)
 Subcomponente: 8.1 Educação e comunicação (BIG)
 Programa: 8.1.5 Conscientização ambiental (BIG)

Portanto, o **resultado alcançado do indicador 3 na RH I, CBH BIG**, é o que segue:

Atividade	Percentual previsto	Percentual atingido
2024		
Contratação de instituição para atualização e execução do plano de comunicação do CBH BIG	25%	25%
Emitir Ordem de Serviço para início da execução do Contrato	15%	15%
Atualização do Plano de ação com ênfase em educação ambiental	30%	30%
Execução física de 40% do 1º ano do contrato (conforme consta na Ficha do Projeto no SIGA)	30%	30%
2024 (%)	100%	100%

Ao final do anexo, o Plano de Ação com ênfase em educação ambiental do Colegiado. O Boletim (anexo V) deste relatório, também é fruto dessa execução e plano.

Já o CBH Guandu aprovou no dia 14 de dezembro de 2023 a [Resolução COMITÊ GUANDU-RJ no 183/2023](#), durante a 4ª Reunião Ordinária do Plenário, a que dispõe sobre a aprovação dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região Hidrográfica II, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA no 68/2022.

Ação: 4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA - Pagamento por Serviços Ambientais	
Programa:	4.1.2 - Restauração e Conservação de Áreas prioritárias para os recursos hídricos
Subagenda:	4.1 - Restauração e conservação
Agenda:	4 - Infraestrutura Verde
Metas:	Implantar projetos PSA na RH II a partir do 1º ano até o final da execução do PERH

Inicialmente, a resolução previa para 2024 a execução das seguintes etapas da elaboração:

Tabela 1 - Metas do indicador 3 na RH II - CBH Guandu

Atividade	Percentual anual	Percentual total
2024		
Contratação da executora do PAF	10%	3%
Abertura de edital de seleção dos produtores	10%	3%
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	15%	4%
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	20%	5%
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	15%	4%
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	20%	5%
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	10%	3%
	2024 (%) 100%	25%

Infelizmente, por conta de uma das concorrentes cujo coordenador não cumpria as exigências estabelecidas no edital, o certame foi judicializado.

O edital do referido Ato Convocatório foi publicado em 19 de maio de 2023, com a sessão de abertura dos envelopes de documentação de habilitação ocorrendo em 27 de julho de 2023, conforme registrado na ata do certame. Após a abertura

das propostas técnicas apresentadas pelas empresas participantes, a Comissão de Julgamento decidiu suspender a sessão para análise detalhada das mesmas.

Tendo como base a Nota Técnica (NT) n.º 166/2023/CG68, a comissão decidiu habilitar as empresas Água e Solo Estudos e Projetos Ltda., Plural Cooperativa e Aplicar Engenharia Ltda. Em seguida, recursos administrativos foram interpostos pelas empresas Água e Solo Estudos e Projetos Ltda. e Plural Cooperativa, que manifestaram inconformidade com o resultado do certame.

A empresa Água e Solo Estudos e Projetos pleiteou: (i) a desclassificação da empresa Plural Cooperativa, sob o argumento de que o coordenador indicado pela mesma não atendia aos critérios do edital; (ii) a reavaliação do Quesito C da sua proposta técnica em comparação à proposta da Plural Cooperativa; e (iii) a revisão e ajuste da nota atribuída ao Engenheiro Agrônomo/Zootecnista (Quesito B2) da proposta da Aplicar Engenharia. Por sua vez, a empresa Plural Cooperativa solicitou que os atestados de capacidade técnica apresentados para o cargo de Coordenador/Engenheiro Florestal fossem considerados, alegando excesso de formalismo por parte da comissão. Ambas as empresas apresentaram contrarrazões aos recursos interpostos.

A assessoria jurídica manifestou-se pela manutenção da decisão da Comissão de Julgamento, mantendo a nota atribuída à empresa Plural Cooperativa e, conseqüentemente, sua habilitação no certame. Em razão disso, a empresa Plural Cooperativa impetrou o Mandado de Segurança nº 0807657-14.2023.8.19.0045.

Em 6 de fevereiro de 2024, a AGEVAP publicou comunicado revogando o Ato Convocatório n.º 12/2023. Essa decisão levou a empresa Água e Solo Estudos e Projetos Ltda. a impetrar o Mandado de Segurança n.º 0801872-37.2024.8.19.0045.

Após a sentença que denegou a segurança pleiteada pela empresa Plural Cooperativa, a Água e Solo Estudos e Projetos Ltda. entrou em contato com a AGEVAP para discutir a possibilidade de formalização de um acordo visando ao

encerramento do processo e à contratação da empresa após a homologação do Ato Convocatório.

Em 5 de junho de 2024, foi realizada uma reunião entre a AGEVAP e a empresa Água e Solo, com a participação da assessoria jurídica. Como desdobramento, a Água e Solo enviou uma minuta de proposta de acordo, que foi revisada pela assessoria jurídica e devolvida à empresa com as alterações sugeridas.

Após a assinatura do acordo, a petição foi protocolada pela Água e Solo em 19 de junho de 2024. Em 5 de julho de 2024, o juiz despachou os autos ao Ministério Público para manifestação. Subsequentemente, o processo foi remetido ao juiz, que prolatou a sentença em 28 de agosto de 2024 com base no acordo celebrado entre as partes, homologando e julgando extinta a lide, em razão da desistência da impetrante.

Após o trabalho da justiça, norteado por diligências do CREA (RJ e SP), houve decisão favorável à sua continuidade, constante no final deste anexo. Com isso, o contrato foi assinado no dia 22 de novembro de 2024. A questão ocasionou atrasos, alheios ao trabalho da delegatária. Atrasos esses que desencadeariam atrasos e desordem também nos anos seguintes, já que as ações são encadeadas e dependente cronologicamente.

Frente à isso, considerando que as ações e questões judiciais impediram a execução prevista, a diretoria do Comitê Guandu, o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão concordaram em estabelecer uma nova proposta de cronograma, da mesma ação, com prazos adequados a realidade imposta pelo imbróglio. Importante lembrar que a ação tem em seu escopo a restauração florestal, que tem seu tempo natural e não pode ser acelerada para adequações a cronogramas estabelecidos. Após considerações, foi aprovada a resolução CBH Guandu 194/2025 que estabelece um novo cronograma, que segue:

Atividade	Percentual anual	Percentual total	2024	2025	2026	2027
2024						
Contratação da executora do PAF	100%	25%				
2024 (%)						
2025						
Abertura de edital de seleção dos produtores	20%	7%				
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	30%	6%				
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	30%	6%				
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	20%	6%				
2025 (%)						
2026						
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	20%	5%				
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	10%	1%				
Contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	10%	3%				
Conservação de 75% das áreas, de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%				
Conversão produtiva de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	15%	3%				
Restauração de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	15%	4%				
Monitoramento de 75% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%				
Monitoramento de 75% das áreas destinadas a restauração e conversão produtiva	10%	3%				
2026 (%)						
2027						
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	10%	4%				
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	5%	1%				
Abertura de edital de seleção dos produtores	5%	1%				
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	10%	3%				
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	10%	3%				
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	10%	3%				
Conservação de 100% das áreas, de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Conversão produtiva de 100% das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Restauração de 100% das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%				
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a restauração e conversão produtiva	10%	2%				
2027 (%)						
2027 (%)						

Atividade	Percentu al anual	Percentu al total	2024	2025	2026	2027
	400%	100%				

Legenda:



Desta forma, o previsto para o ano de 2024 foi executado.



Número: **0801872-37.2024.8.19.0045**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Resende**

Última distribuição : **02/04/2024**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA. (IMPETRANTE)	MARIO ROBERTO ARANTES DUBEUX (ADVOGADO)
HORÁCIO REZENDE ALVES (AUTORIDADE)	EDSON BRASIL DE MATOS NUNES (ADVOGADO)
ASSOCIACAO PRO GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRA (IMPETRADO)	EDSON BRASIL DE MATOS NUNES (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13928 8629	28/08/2024 14:18	Sentença	Sentença

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Resende

1ª Vara Cível da Comarca de Resende

Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, 517, Comercial, RESENDE - RJ - CEP: 27510-060

SENTENÇA

Processo: 0801872-37.2024.8.19.0045

Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

IMPETRANTE: AGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA.

AUTORIDADE: HORÁCIO REZENDE ALVES

IMPETRADO: ASSOCIACAO PRO GESTAO DAS AGUAS DA BACIA HIDROGRA

HOMOLOGO por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos a desistência manifestada pela parte impetrante, que contou com a concordância da parte impetrada.

HOMOLOGO ainda a desistência do prazo recursal.

Via de consequência, JULGO EXTINTO a presente lide, sem a resolução de seu mérito.

Sem despesas processuais. Dê-se vista ao Ministério Público.

Publique-se e intemem-se, dando-se baixa e arquivando-se o feito.

RESENDE, 28 de agosto de 2024.

MARVIN RAMOS RODRIGUES MOREIRA

Juiz Titular







Resolução COMITÊ GUANDU-RJ nº 194 de 28 de janeiro de 2025.

“Dispõe, Ad referendum, sobre a atualização dos percentuais a serem alcançados pela Ação Estratégica da Região Hidrográfica II, referente ao Indicador 3 – Índice de execução física de ação priorizada pelo COMITÊ, prevista no PAP e na PAAD, conforme Contrato de Gestão INEA nº 68/2022”

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu-RJ, criado pelo Decreto Estadual no 31.178, de 03 de abril de 2002, com área de atuação ampliada através da Resolução CERHI nº 18, de 08 de novembro de 2006, no uso de suas atribuições e,

Considerando os indicadores estabelecidos no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022 firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, com interveniência dos Comitês de Bacia das Regiões Hidrográficas Guandu e Baía da Ilha Grande, em dezembro de 2022;

Considerando o Indicador 3 – Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelo Comitê, previstas no PAP e na PAAD;

Considerando a necessidade de elaboração de um documento formal decorrente da reunião plenária do Comitê Guandu, que englobe a definição das ações estratégicas prioritárias, juntamente com suas premissas, objetivos e recursos financeiros; as metas, programas e ações prioritárias; a alocação dos recursos financeiros para estudos e projetos considerados prioritários; os critérios de distribuição de recursos; os critérios empregados para a hierarquização dos estudos, projetos e ações; a proposta da





AGEVAP em relação à estratégia de contratação dos estudos, projetos e ações; e um cronograma físico que abranja os investimentos prioritizados.;

Considerando a Resolução COMITÊ GUANDU-RJ Nº 160, de 27 de maio de 2021, que aprovou a criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - Produtores de Água e Floresta (Programa PAF), com o objetivo principal de promover a restauração do ciclo hidrológico por meio do aumento da cobertura florestal na Região Hidrográfica II;

Considerando os recursos financeiros destinados a essa linha, conforme estabelecido na Resolução COMITÊ GUANDU-RJ Nº 160, de 27 de maio de 2021, que determina que o Programa Produtores de Água e Floresta funcionará em ciclos bianuais, destinando, no mínimo, 3,5% dos recursos financeiros disponíveis;

Considerando a judicialização do Ato Convocatório número 12/2023, decorrente do processo AGEVAP 00001.000066/2023, cujo o objeto é a contratação de Instituição especializada para execução do Programa Produtores de Água e Floresta (PAF) do Comitê Guandu-RJ, que ocasionou atrasos a execução do cronograma previsto;

Considerando que o Comitê e a AGEVAP não têm ou tiveram governança do tempo após a judicialização do certame de contratação da empresa;

Considerando o decisão judicial favorável à continuidade do certame, publicada somente em 28 de agosto de 2024 (documento número 0801872-37.2024.8.19.0045);

Considerando que só após a homologação da sentença foi possível assinar o contrato com a empresa executora, em 22 de novembro de 2024.

Resolve:

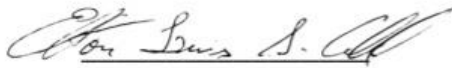
Art. 1º. Atualizar os percentuais a serem contabilizados no alcance da execução física da ação estratégica “Execução do Programa Produtores de Água e Floresta”, conforme o Indicador 3 – Índice de Execução Física das Ações, na forma apresentada no Anexo I desta Resolução.



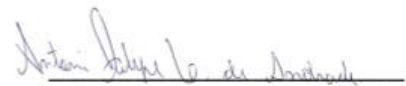


Art. 2º. Esta resolução revoga e substitui as metas estabelecidas pela Resolução 183/2023.

Seropédica, 28 de janeiro de 2025.



Elton Luis da Silva Abel
Diretor-Geral



Antoni Felipe Oliveira de Andrade
Diretor Executivo





ANEXO I- Resolução COMITÊ GUANDU-RJ nº 183/2023

1. Premissas, objetivos e recursos financeiros

Florestas e áreas naturais manejadas de modo sustentável desempenham um papel crucial na gestão das bacias hidrográficas por proverem serviços essenciais, como controle e filtragem de sedimentos, melhoria no fluxo hídrico, mitigação de riscos de inundações e revitalização do meio rural. Por essa razão, o Comitê Guandu realiza ações voltadas para o uso das soluções baseadas na natureza (como a infraestrutura verde) com o objetivo de promover a segurança hídrica desta região hidrográfica com enorme importância para o abastecimento público.

Nesse contexto, como estratégia para a gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, foi implementado em 2009, na Região Hidrográfica II – Guandu (RH II), um projeto-piloto de PSA denominado Produtores de Água e Floresta (PAF). Desenvolvido no município de Rio Claro/RJ, o PAF foi uma das primeiras iniciativas no país a utilizar o PSA como instrumento de gestão diretamente relacionado à oferta de serviços hidrológicos, os quais são entendidos como os benefícios produzidos pelos ecossistemas terrestres no que tange aos processos hidrológicos.

Em 2018, um segundo projeto de PSA foi iniciado em outros três municípios da RH II (Mendes, Vassouras e Engenheiro Paulo de Frontin), sendo este denominado Produtores de Água e Floresta da sub-bacia hidrográfica do rio Sacra Família (PAF – Sacra Família).

Com base na experiência adquirida com os projetos PAF Rio Claro e PAF Sacra Família, e ainda em outras iniciativas desenvolvidas em diferentes partes do país, o grupo de trabalho de Infraestrutura Verde do Comitê Guandu elaborou a atualização do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais. O Programa, denominado Produtores de Água e Floresta, foi aprovado através da Resolução COMITÊ GUANDU-RJ Nº 160, de 27 de maio de 2021.





O programa objetiva valorizar a conservação ambiental e incentivar a mudança de uso do solo a partir da restauração florestal e da conversão de áreas de baixa produtividade em sistemas de maior funcionalidade ecoidrológica e econômica. Assim, busca-se demonstrar ao produtor rural que é possível gerar renda na propriedade de forma sustentável, a partir do uso de arranjos florestais que conciliem a conservação dos recursos naturais com a produtividade e ganhos econômicos.

As metas do programa incluem: i) restauração de 100 hectares de florestas a cada dois anos; ii) conservação de 800 hectares a cada dois anos; e iii) implementação de práticas conservacionistas em 50 hectares de áreas produtivas a cada dois anos. Essas metas serão alcançadas por meio de etapas contínuas e frequentes de prospecção, mobilização, assessoria técnica aos proprietários rurais, publicação de editais de chamamento e implantação das ações previstas nas propriedades selecionadas.

De acordo com a Resolução COMITÊ GUANDU-RJ Nº 160, de 27 de maio de 2021, a partir do ano de 2022, no mínimo, 3,5% da arrecadação na Região Hidrográfica II – Guandu deverá ser aplicada anualmente no Programa Produtores de Água e Floresta.

2. Metas, programas e ações prioritárias

O Programa Produtores de Água e Floresta está relacionado a **ação 4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA - Pagamento por Serviços Ambientais** do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu (PERH GUANDU, conforme consta o detalhamento da Tabela 1.

Tabela 1. Metas, programas e ações prioritárias conforme PERH GUANDU

Ação:	4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
Programa:	4.1.2 - Restauração e Conservação de Áreas prioritárias para os recursos hídricos
Subagenda:	4.1 - Restauração e conservação
Agenda:	4 - Infraestrutura Verde
Metas:	Implantar projetos PSA na RH II a partir do 1º ano até o final da execução do PERH





Ressalta-se que o PAF também está relacionado a outras ações da Agenda de Infraestrutura Verde (4.1.2.2 - Elaboração de projetos de restauração nas Áreas de Preservação Permanente definidas como prioritárias e 4.1.2.3 - Implantação dos projetos de recuperação nas Áreas de Preservação Permanente definidas como prioritárias para a RH II) e, ainda, abarca Programas da Agenda de Agropecuária (Agenda 7), a saber:

- Programa 7.1.1 - Redução de cargas poluidoras do setor agropecuário, que define como ações a identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origem agrícola e animal, e a implantação de ações de melhoria na gestão das cargas poluidoras do setor agropecuário, incluindo ações relacionadas ao manejo sustentável na agricultura.
- Programa 7.2.1 - Eficiência Hídrica na Agropecuária, que define como ações a implantação de ações de melhoria de eficiência hídrica no uso da água no setor agropecuário.

3. Alocação dos recursos financeiros na ação considerada prioritária

Conforme Resolução Comitê Guandu nº 160/2021, no mínimo 3,5% da arrecadação na Região Hidrográfica II – Guandu devem ser aplicados anualmente no PAF, a partir de 2022.

Todavia, de acordo com a atualização do Plano de Aplicação Plurianual - PAP, aprovada através da Resolução COMITÊ GUANDU-RJ nº 177 de 23 de junho de 2023, durante o período de 2023 a 2026 será destinado um montante de R\$ 14.731.231,58 (quatorze milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos) para a ação 4.1.2.4 - Implantação de Projetos PSA. Estima-se que em 2027 seja aportado, pelo menos, R\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), considerando uma arrecadação prevista de cerca de R\$ 50 milhões de reais.





4. Critérios de alocação dos recursos

O Plano de Aplicação Plurianual - PAP é o instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos, compreendendo os recursos comprometidos e a previsão de arrecadação na Região Hidrográfica II no período de 2023 a 2026. Portanto, tem por objetivo o planejamento de curto prazo para alocação de investimentos em ações estruturais e estruturantes com vistas à otimização da aplicação dos recursos voltados para a melhoria hídrica.

As ações previstas no PAP estão de acordo com os investimentos previstos no Plano Estratégico de Recursos Hídricos, detalhados em seu manual operativo (MOP) e com os indicadores do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022.

5. Critérios utilizados para a hierarquização das ações

Considerando o escopo do Indicador 3 – Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelo Comitê Guandu previsto no Contrato de Gestão nº 068/2022, para hierarquização das ações foram analisados os seguintes critérios:

- a) Ações apontadas no Plano Estratégico de Recursos Hídricos (PERH GUANDU) aprovado em 2018 e priorizadas no Manual Operativo (MOP) para o período de 2023 a 2026;
- b) A importância das florestas e de áreas naturais manejadas de modo sustentável no fornecimento de serviços ecossistêmicos e, conseqüentemente, na gestão de recursos hídricos;
- c) O histórico do PAF e sua crescente importância na valorização da conservação ambiental, no incentivo da mudança de uso solo a partir da restauração florestal e da conversão de áreas de baixa produtividade em sistemas de maior funcionalidade ecológica e econômica;
- d) A Resolução COMITÊ GUANDU-RJ nº 160, de 27 de maio de 2021, que “dispõe sobre a criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - Produtores de Água e Floresta” e define objetivos e metas serem cumpridos;





- e) Ações que possuem sua execução dentro da Governança da AGEVAP/Guandu, a fim de não correr o risco de ter o cumprimento da meta comprometido em função da participação de agentes externos no processo.

Com base nessas informações, a AGEVAP apontou o Programa Produtores de Água e Floresta como uma ação adequada para acompanhamento através do Indicado 3.

6. Proposta de estratégia de contratação das ações

O Programa Produtores de Água e Floresta funcionará em ciclos bianuais, ou seja, a cada dois anos serão abertas seleções públicas de PSA para contratação de novos prestadores de serviços ambientais. A contratação ocorrerá mediante a formalização de um ajuste de PSA, que consiste em um negócio jurídico, caracterizado pelo acordo de vontades entre as partes, a ser firmado entre o prestador de serviço ambiental e o agente contratante que deverá estabelecer e definir as condições, os direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Os ajustes de PSA terão duração de 5 anos e a quantidade de produtores contemplados a cada ciclo dependerá da disponibilidade de recursos no período.

Para atingir as metas do Programa serão necessárias etapas continuadas e frequentes de prospecção, mobilização e assessoria técnica aos proprietários rurais, o que torna indispensável a contratação de uma instituição capaz de desenvolver todas as atividades inerentes à realização do programa.

A contratação supramencionada será realizada pela AGEVAP, através de Seleção de Propostas na modalidade Coleta de Preços, de acordo com as disposições contidas na Resolução INEA nº 160/2018, Norma Interna nº 166/2013/AGEVAP e, quando couber, a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. O critério de seleção será o de melhor Técnica e Preço.





7. Cronograma físico contemplando os investimentos priorizados

De acordo com o Artigo 3º da Resolução COMITÊ GUANDU-RJ nº 160/2021, o PAF funcionará em **ciclos bianuais**, ou seja, a cada dois anos serão abertas seleções públicas de PSA para contratação de prestadores de serviços ambientais. A duração do contrato firmado com os produtores rurais habilitados na seleção pública será de 5 anos e espera-se que a cada 2 anos, novos beneficiados se insiram no programa.

Conforme previsto no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022, deverá ser definido o cronograma físico para a execução da ação priorizada para os anos 2 a 5 (2024 a 2027), o que será utilizado como referência para a medição do indicador 3.

Considerando a estrutura do PAF e as exigências do Contrato de Gestão INEA nº 068/2022, ao longo do período são previstas três contratações:

1. Uma instituição que gerencie o projeto por 60 meses;
2. Uma instituição para execução das ações de restauração florestal previstas para as propriedades que ingressarem no primeiro ciclo do programa; e
3. Uma instituição para execução das ações de restauração florestal previstas para as propriedades que ingressarem no segundo ciclo do programa.

A primeira contratação já está em andamento, com previsão de conclusão até abril de 2024. A contratada irá realizar o processo de seleção das áreas, elaboração dos projetos individuais das propriedades, indicação da metodologia de restauração e conversão produtiva, monitoramento, articulação para o pagamento aos produtores beneficiados e avaliação e comunicação dos resultados.

A execução da restauração florestal previstas nos projetos individuais das propriedades será de responsabilidade de outra instituição, sendo prevista uma contratação para o primeiro ciclo em 2025 e a outra para 2027.





O cronograma físico e as metas pactuadas para os anos de 2024 a 2027 estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Cronograma Físico-financeiro.

Atividade	Percentual anual	Percentual total	2024	2025	2026	2027
2024						
Contratação da executora do PAF	100%	25%	█			
Total 2024 (%)	100%	25%				
2025						
Abertura de edital de seleção dos produtores	20%	7%		█		
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	30%	6%		█		
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	30%	6%		█		
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal (ciclo 1)	20%	6%		█		
Total 2025 (%)	100%	25%				
2026						
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	20%	5%			█	
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	10%	1%			█	
Contratação de empresa especializada em restauração florestal	10%	3%			█	
Conservação de 100% das áreas, de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%			█	
Conversão produtiva de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	15%	3%			█	
Restauração de, no mínimo, 50%, das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	15%	4%			█	
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	3%			█	
Monitoramento de 100% das áreas executadas de restauração e conversão produtiva	10%	3%			█	





Total 2026 (%)	100%	25%	
2027			
Pagamento anual dos beneficiados com o PSA	10%	4%	Ciclo 1
Realização eventos anuais de resultados parciais do PAF	5%	1%	Ciclo 1
Abertura de edital de seleção dos produtores	5%	1%	Ciclo 2
Seleção das propriedades de acordo com os critérios descritos na Res. 160/2021	10%	3%	Ciclo 2
Elaboração dos Projetos Individuais das Propriedades (PIPs)	10%	3%	Ciclo 2
Elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada em restauração florestal	10%	3%	Ciclo 2
Conversão produtiva de 100% das áreas destinadas a tal finalidade de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%	Ciclo 1
Restauração de 100% das áreas destinadas a tal finalidade, de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%	Ciclo 1
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a conservação de acordo com os PIPs aprovados	10%	2%	Ciclo 1
Monitoramento de 100% das áreas destinadas a restauração e conversão produtiva	10%	2%	Ciclo 1
Total 2027 (%)	100%	25%	
	400%	100%	

Legenda:

	Ciclo 1
	Ciclo 2



Plano de Comunicação

Comitê da Bacia Hidrográfica da Ilha Grande

Cenário

Em 2024, o CBH-BIG completou 13 anos de atuação, tendo como foco gerenciar o uso dos recursos hídricos de forma integrada e descentralizada com a participação da sociedade civil. Antes de sua criação, o gerenciamento da água era feito de forma isolada por municípios e pelo Estado, o que dificultava a gestão dos recursos hídricos.

O Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) é composto por representantes do Poder Público, da sociedade civil e de usuários de água. Esta composição tem o objetivo de garantir a todos os integrantes o mesmo poder de deliberação na tomada de decisões que influenciarão na melhoria dos recursos hídricos, na qualidade de vida da região e no desenvolvimento sustentável da bacia.

Nos últimos anos, o Comitê vem trabalhando ativamente em ações e projetos de melhorias no abastecimento dos territórios que englobam a região da Bacia de Ilha Grande e Paraty, atuando por meio de parcerias com diversos órgãos municipais e estaduais, pelo desenvolvimento sustentável, a preservação e a disseminação de ações educacionais para a população.

Além disso, tem desenvolvido importantes trabalhos para ampliar a rede sanitária, levando alternativas sustentáveis para diversas comunidades da região, garantindo qualidade de vida e saúde a esses territórios.

Sumário

- Objetivos e Estratégias ----- 4 a 7
- Imprensa | Diagnóstico e Benchmark -----8 e 10
- Imprensa | Planejamento -----11 a 22
- Boletim | Diagnóstico e novos formatos ----- 23
- Imprensa e Redes | Calendário Integrado ----- 24 a 28
- Digital | Diagnóstico e Planejamento ----- 29 a 40
- Fluxo de Trabalho ----- 41
- Moodboard e Enxoval visual para as redes ----- 42 a 47
- Cronograma de Ações ----- 48 a 57
- Sugestão de kits e ativações ----- 58 a 59
- Anexo I – Campanhas | Conscientização ambiental ----- 60 a 68
- Anexo II – Lista de projetos de educação ambiental e reflorestamento --69 e 70

Objetivos e Estratégia

O objetivo principal deste documento é apresentar estratégias para redes sociais e imprensa que possam posicionar o BIG como uma importante instituição em prol das águas. Todas as ações terão enfoque em educação ambiental, sensibilizando a população, empresas e autoridades sobre o uso correto dos recursos hídricos.

Objetivos macros:

- Fortalecimento e posicionamento institucional
- Divulgação da importância da gestão participativa e do Comitê
- Estimular a adoção das boas práticas relativas à utilização e conservação dos recursos hídricos
- Estimular o interesse de instituições da região em participar no Comitê e potencializar o interesse público em participar da gestão dos recursos hídricos
- Estruturar campanhas e ações de conscientização e educação ambiental

Fases da Estratégia:

1. Apresentar o BIG
2. Desafios e soluções
3. Tornar o BIG autoridade no assunto

Pesquisa Digital

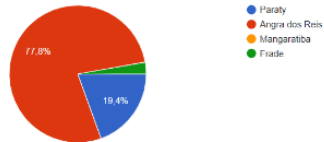
Principais achados:

- 37 pessoas foram ouvidas, sendo a maioria de Angra dos Reis (**77,8%**);
- O e-mail aparece como melhor canal para envio de informações (**54,1%**).
Acreditamos na estratégia de criar um canal por WhatsApp para tirar dúvidas e enviar informações oficiais do Comitê. A ferramenta aparece em segundo lugar quando questionado o melhor canal de comunicação (**37,8%**);
- O Instagram é a rede mais acessada pelos entrevistados (**73%**);
- A maioria se informa por emissoras de rádio (**56,6%**);
- A maioria acredita que a sociedade não conhece o CBH- BIG (**65,5%**).
- Foram apresentados diversos programas de conscientização ambiental, que foram incluídos na planilha que seguirá anexa ao plano.

Gráficos

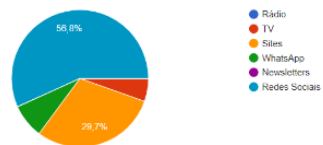
1. Marque o município que você mora ou trabalha.

36 respostas



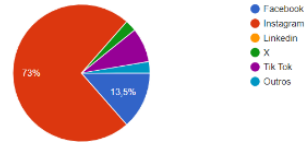
2. Como você costuma se informar prioritariamente?

37 respostas



3. Qual rede social você costuma usar com mais frequência?

37 respostas



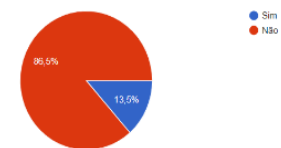
4. Caso tenha marcado "outros" na questão anterior, coloque aqui a sua resposta.

2 respostas

Whatsapp
Páginas de canais de jornalismo

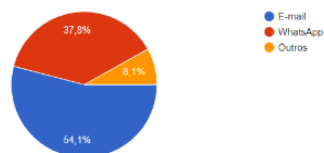
6. Você acha que a sociedade em geral conhece o Comitê Bacia da Ilha Grande?

37 respostas



5. Como você gostaria de receber os comunicados do Comitê BIG?

37 respostas



Nuvem de palavras*



**Formada com base em palavras mencionadas pelos membros durante a fase de imersão.*

Análise:

- É nítida a admiração que todos os entrevistados possuem pela entidade, ressaltando a importância da instituição, a sua organização administrativa e o cuidado com a participação democrática.
- Não foram computadas palavras negativas sobre o CBH-BIG, mostrando satisfação em fazer parte do Comitê e o quanto querem contribuir para o seu crescimento. Este espírito de pertencimento e admiração são essenciais e contribuem para o pleno desenvolvimento das ações.

Diagnóstico de imprensa e Benchmark

Análise

- A atuação do CBH- BIG na imprensa ainda é tímida, com inserções pontuais e locais, mesmo com grande potencial técnico e instituições renomadas envolvidas, como a UFF e a Fiocruz.
- Percebemos que o Comitê precisa se tornar fonte da imprensa para assuntos ligados à bacia, fornecendo números, análises e dados relevantes, que contribuam para as narrativas.
- Os projetos realizados, conquistas e a forma como as informações serão passadas trarão ainda mais destaque para as nossas narrativas, mostrando o impacto e a relevância de tudo que é realizado.
- Em um primeiro momento, identificamos que a imprensa em geral ainda não conhece o Comitê. Precisamos intensificar as conversas de apresentação, por meio de encontros de relacionamento, e proposta de pautas que falem sobre temas que tenham sinergia com a atuação do colegiado.
- A imprensa local precisa de uma aproximação maior, com releases enviados com frequência e avaliação de parcerias.

Exemplo de matéria que impactaria positivamente a nossa reputação

O GLOBO 100 Rio

Rio

Pressão sobre o paraíso da Baía da Ilha Grande: Censo mostra aumento de 36,6% nas construções na Costa Verde do RJ em 12 anos

Em Angra, Paraty e Mangaratiba há uma queda de braço entre a necessidade de preservar a natureza e a voracidade de quem quer ocupar áreas ainda livres

Por **Luiz Ernesto Magalhães**
22/09/2024 04h30 - Atualizado há 2 semanas

[Presentear matéria](#) [f](#) [t](#) [s](#)



Instituições ouvidas nesta matéria

- IBGE
- Prefeitura de Angra
- UFF
- ICMBio

O que se tem feito por aí



Coletiva de imprensa para falar de pontos importantes sobre a Bacia e que são de interesse público.

Entendemos que o Comitê de Bacia Hidrográfica de São Francisco tenha um apelo midiático maior, neste momento, mas com números relevantes e apresentação constante, poderemos mudar este cenário a longo prazo.



Divulgação de editais



Projetos



Projetos / investimentos

- Os projetos realizados, investimentos, análises sobre a região e entregas serão sempre o foco das matérias. É importante que a agência de comunicação contratada tenha sempre uma lista atualizada sobre as ações e entregas previstas (valor do investimento e número de pessoas impactadas são sempre relevantes nas matérias).

Recomendações:

- A contratação de uma empresa de clipping, para que possamos ter conhecimento sobre as matérias publicadas diariamente sobre a bacia, se faz necessária. Recomendamos a contratação de uma empresa de clipping para os próximos anos.
- A criação de um banco de imagens também se faz necessária. As imagens serão utilizadas para divulgação na imprensa, campanhas e redes sociais.

Imprensa | Planejamento

Segmentos e sinergia

- O conteúdo gerado pelo CBH-BIG abre uma gama de possibilidades na imprensa, com matérias que passam por temas como sustentabilidade, Inovação, Terceiro Setor, Povos Indígenas, Turismo e Educação. Outros espaços e editorias também podem ser mapeados ao longo do trabalho, aumentando o nosso leque de possibilidades.
- A relevância já conquistada pelas instituições e empresas que compõem o CBH-BIG também podem nos auxiliar neste primeiro momento, consolidando a marca ao lado de importantes instituições e empresas do mercado, como Fiocruz, UFF, Águas de Paraty e Eletronuclear.
- Todas as agendas de eventos devem ser compartilhadas com a agência contratada, para que sejam elaboradas estratégias, textos e materiais imagéticos que possam complementar o conteúdo.



Overview | Pilares táticos

1

Conteúdo e Dados

para gerar notícias e conferir autoridade

Levantamento de dados para divulgação de estudos proprietários e conteúdos informativos que gerem interesse da imprensa e de formadores de opinião

2

Autoridade

dos porta-vozes na mídia

Produção de artigos para imprensa. Espaço para análise setorial e de temas estratégicos.

3

Relacionamento

diretor-presidente + jornalistas

Cronograma de cauda longa com editorias estratégicas e de acordo com os territórios mapeados.

4

Humanização

dos conteúdos

Mapeamento de "personagens" para ilustrar reportagens envolvendo o BIG, tornando o conteúdo mais atrativo e conectado com as pessoas.

5

Ativações

de campanhas ou assuntos estratégicos

Criação de eventos proprietários, ações sociais e parcerias para ampliar conhecimento sobre o BIG junto aos públicos de interesse.

Ações táticas | Periodicidade

O que recomendamos:

- Atuação proativa com a imprensa por meio de encontros de relacionamento

Periodicidade: Bimestral

- Divulgação de dados proprietários sobre a situação da Bacia.

Periodicidade: Trimestral

- Desenvolvimento de artigos.

Periodicidade: Bimestral

- Workshop de comunicação/ media training para os principais diretores.

Sugestão: Dez-2024 / Jul - 2025

- Mapeamento dos principais projetos do BIG para oferecermos para mídias específicas. Exemplo: Biodigestores para mídia especializada em infraestrutura/ saneamento/sustentabilidade / social;

Periodicidade: mensal



**exemplos de espaços que podemos conquistar.*

E quem fala?

Os membros do Comitê personificam o BIG. Eles têm o poder de fortalecer as mensagens-chave e reverberar assuntos importantes para o negócio.

Por isso, a estratégia de comunicação envolve a participação ativa desses profissionais em diferentes frentes. Seja como porta-vozes em reportagens ou usando seu conhecimento técnico para produção de artigos de opinião ou participação em eventos segmentados.

De toda forma, em matérias institucionais, quem fala é o diretor-presidente.

Algumas sugestões:

- Sugestão de pauta mostrando como a água flui pela bacia, a importância das nascentes, a conexão entre as bacias, o quanto uma ação que acontece em um ponto pode impactar no outro. Precisaremos de números, principais desafios e personagens;
- Crise Hídrica em Angra - Avaliação técnica sobre o assunto para que possamos sugerir o tema à imprensa, em forma de artigo ou através de uma pauta baseada em outros dados;
- Biodigestores - Finalização do projeto em Ponta Negra;
- Sanitários para tribo indígena - Curiosidades do projeto, cidadania promovida e pessoas impactadas;
- Turismo e mercado imobiliário predatórios - Atitudes que podem melhorar a qualidade da água e diminuem o impacto das novas construções e aumento da circulação de pessoas na cidade.

Projetos que estão no radar:

- Seminário – novembro
- Projeto com o Bacia escola – novembro
- Aldeia Sapukai - três banheiros, diagnóstico e um curso de saneamento - dezembro
- CEFET – Captação de água de chuva – dezembro
- Sanear BIG
- Monitoramento Hidrológico- Convênio com o INEA
- Maior investimento na história do Comitê (R\$ 3,5 milhões)

****Rotina: Reunião de pauta toda 1ª terça-feira do mês.***

Artigos e dados

Vamos estimular que a empresa consolide dados próprios e/ou de pesquisas de terceiros que deem sustentação aos argumentos que serão trabalhados na mídia e em artigos técnicos e de opinião.

Os dados, acompanhados de análises qualificadas, vão demonstrar a capacidade técnica, e são essenciais para posicionar a empresa e seus porta-vozes como especialistas e lideranças em suas áreas de atuação.

Dinâmica sugerida: Para a confecção dos artigos, recomendamos que a ideia principal, termos técnicos, explicações e números sejam passados para a agência, que desenvolverá o texto e encaminhará para as devidas aprovações.

Alguns artigos propostos:

- **Crise hídrica:** O desafio urgente de preservação e tratamento para as bacias hidrográficas. Foco na crise hídrica enfrentada por Angra dos Reis.
- **Pequenas ações e grandes impactos:** como a consciência coletiva pode preservar a biodiversidade.
- **Qualidade de vida:** Como os sanitários construídos na Aldeia Sapucaia podem impactar na qualidade da água e na saúde desta população indígena.

Relacionamento

Estabelecer um bom relacionamento com formadores de opinião é fundamental para a construção e fortalecimento da imagem da companhia. Essa aproximação gera empatia, estimula a credibilidade e minimiza efeitos de uma eventual crise de reputação.

Propomos a criação de uma rotina de encontros de relacionamento com a grande imprensa, veículos especializados e formadores de opinião, a fim de estreitar o contato, amplificar o conteúdo e criar boa vontade.

Encontros estratégicos e pontuais com diretoria e editores de redação: média de um encontro por mês, a partir de março.

Pauta dos encontros:

- Apresentação do BIG
- O que faz um Comitê de Bacia
- Sanar principais dúvidas, como quem precisa de outorga
- O que podemos gerar de informação sobre a Bacia.
- Visão, desafios e oportunidades
- Foco social: promover acesso à água e saneamento / projetos sociais em andamento / entregas.

Nomes prioritários:



Luiz Ernesto
Repórter
O Globo



Bruno Ferreira
Diretora de redação
O Dia e Meia Hora



Klauber Valente
Editor
Tribuna Livre - Angra



André Trigueiro
Repórter
TV Globo



Sonia Araripe
Diretora de redação
Plurale



Rodolfo Schneider
Diretor geral de conteúdo
Grupo Band (TV e rádio)



Guilherme Calil
Chefe de Reportagem
GloboNews



Roberto Silva
Locutor e comercial
Rádio Nova FM



Guilherme Almeida
Produtor TV Rio Sul



Advocacy (defesa das nossas mensagens)

É essencial conquistar o apoio de formadores de opinião de diversos nichos: grupos de mídia tradicional, Universidades, Associações e Federações, meio político e cultural etc.

Para preservar a imagem e a reputação do CBH BIG diante de temas mais delicados e aumentar a capacidade de escuta dos públicos-alvo, podemos desenvolver um trabalho de advocacy para temas estratégicos, como desafios regulatórios, discussões de legislações, etc. Ter uma entidade setorial como parceira é fundamental.

Vamos identificar os porta-vozes externos que tenham conexão com a pauta e se interessem em produzir/assinar artigos e dar entrevistas sobre os assuntos de interesse do CBH BIG. O trabalho consiste em mapear oportunidades e espaço na mídia para que essas pessoas possam criar um ambiente favorável e estimular a discussão de pautas importantes para o setor e as empresas associadas.

Mapeamento final

A partir da indicação dos membros do CBH BIG, fecharemos uma lista de especialistas por tema estratégico para usar em pautas da imprensa, artigos e advocacy; sempre conectando com o CBH BIG

Humanização

Para conquistar os veículos de comunicação de massa, especialmente rádios e TVs, é preciso contar histórias. Para isso, precisamos de personagens. É assim que a imprensa chama os entrevistados que ilustram as reportagens. Em grande parte das vezes, pautas de saúde são definidas pelos jornalistas a partir de histórias de casos individuais que representam a realidade de muitas outras pessoas.

Por isso, é imprescindível que o BIG crie um mecanismo interno, seguindo a LGPD, para que a comunicação possa conhecer histórias de pacientes e ter acesso a eles para a construção de conteúdos de interesse jornalístico.

Por isso, criaremos um banco de personagens dinâmico.

Construção das narrativas

Algumas sugestões:

- Parcerias para desenvolvimento de **programas de educação ambiental** nas escolas. As próprias empresas que fazem parte do Comitê podem apoiar a iniciativa e permitir que o projeto ganhe escala;
- Promover sinergia entre os **projetos realizados pelas empresas e instituições** que fazem parte do Comitê.

Exemplos: Palestras dos nossos técnicos na UFF, por exemplo. Semana do meio ambiente na Eletronuclear com palestras do Comitê da Bacia da Ilha Grande com sorteio para a expedição “Caminho das águas”, onde vamos percorrer toda a bacia;

- Colocação de placas nas cachoeiras com dicas sobre uso correto e QR code para o site do BIG.
- Gincana das águas - Monitoramento dos rios - Que rio passa perto de você? Fotos antigas/ novas que ajudem a contar a história dos rios da região. As escolas vencedoras podem receber alguma premiação, que pode ser oferecida pelas empresas que são membros do Comitê, caso não tenhamos liberação jurídica para premiações;
- Placas nas cachoeiras. As crianças colocarão as placas com orientações que aprenderam durante as aulas. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paraty já demonstrou interesse no projeto durante a imersão;

Ativações: utilidade pública

Promover ativações midiáticas, em locais de grande circulação de pessoas, é um caminho para obter mais espaço na mídia e fazer parte do dia a dia das pessoas. Para que a imprensa não veja a nossa ação como uma “simples” ação de marketing, precisamos ter sempre em mente que nossas ativações precisam ser de utilidade pública. Precisam entregar algo gratuitamente à população. De preferência, informação com algum serviço.

Nosso time trabalha em parceria com as equipes do cliente para buscar contribuir com análises e sugestões de ações que possam ter impacto na mídia. Assim, a ação é desenvolvida desde o início com o olhar do que rende pauta para a imprensa.

Sugestão de campanhas:

- **Seja membro do BIG** - Campanha para incentivar a participação de novos membros;
- **As Águas que vi** - Cartilhas para uso correto dos recursos naturais em Angra e Paraty. Falar sobre nascentes, como as construções devem respeitá-las. Lixo nas cachoeiras e praias;
- **Quem paga pela água?** - Campanha para mostrar a importância das outorgas e quem deve regularizar a sua situação.

**O detalhamento das ações de educação ambiental pode ser encontrado anexo ao plano.*

Construção de narrativas | Imprensa + Digital

O que mais podemos fazer

Sugestões:

- Criação de **boletins técnicos** trimestrais sobre a situação da bacia;
- **Press-trip** - Convidar jornalistas estratégicos para conhecerem pontos e projetos importantes da Bacia da Ilha Grande, com experiências imersivas e transformadoras;
- Aproveitar **eventos locais e do setor** para desenvolver narrativas de interesse público, como utilização correta das cachoeiras durante a Flip, e fazer ativações com a marca do CBH BIG, atraindo a atenção do público qualificado para a questão da sustentabilidade, que é transversal a qualquer setor;
- **Campanhas digitais de mobilização da juventude**, conectando os jovens às ações desenvolvidas pelo Comitê. Ex: Gincana Verde, com perguntas e respostas sobre sustentabilidade, enquetes sobre educação ambiental;

Ferramentas complementares

O que recomendamos:

- Glossário: Algumas palavras podem parecer distantes da realidade de muitas pessoas, afastando a população das nossas narrativas. Recomendamos a criação de um glossário para as redes, por meio de enquetes e editoria.
- Desenvolvimento da cartilha - Guardiões da água: normas de boas práticas e instrução de preservação de recursos hídricos.
- Criação de infográficos - O que um hábito constante de desperdício pode gerar em X anos. Criar correlações binárias com o cotidiano. Ex: Uma pessoa ao tomar 2 banhos de 20 minutos por dia, em X anos terá utilizado a quantidade de água suficiente para encher x piscinas Olímpicas.

Relatórios mensais | Imprensa

Análise quantitativa

- Número de matérias publicadas mês a mês
- Segmentação por temas e territórios
- Publicações proativas e reativas
- Valoração

Análise qualitativa

- Segmentação por *Tiers* 1, 2 e 3
- Tom (positivo, neutro ou negativo)
- Exposição da marca
- Conteúdo alinhado aos objetivos de comunicação

Boletim

Diagnóstico Boletim

O boletim atual não possui editorias definidas e conta com uma quantidade significativa de texto, sendo pouco visual. Recomendamos a criação de editorias e formato mais leve, que aproxime os leitores do conteúdo apresentado. Este conteúdo pode ser distribuído também no Canal de WhastApp.

Sugestões para o novo boletim:

- Periodicidade semestral
- Participação dos membros e sociedade para a escolha de novo nome do boletim (Interação via redes sociais, com campanha e impulsionamento)
- Envio da versão final por WhatsApp e e-mail (seguindo regras da LGPD)
- Atualização do projeto gráfico

Editorias definidas:

- **Com a palavra o presidente** - Semestralmente, o diretor-presidente pode fazer um balanço das conquistas do período e próximos passos. O texto conta com uma lauda;
- **Por dentro da Bacia** - Notícias, conquistas, projetos e tudo o que possamos passar de informação relevante sobre o período. O formato é de matéria e contará com fotos e infográficos. O texto conta com duas laudas;
- **O Rio que eu vi** - Moradores, membros e autoridades contam histórias de rios que não existem mais ou que marcaram a sua vida de alguma forma. O texto fotos e texto de uma lauda;
- **Povos da Bacia** - Quilombolas, indígenas, caiçaras... em cada boletim conheceremos importantes atores da bacia e suas histórias com os rios. O texto terá uma foto e formato de entrevista ping pong;
- **Você sabia** - Curiosidades sobre a Bacia (monumentos históricos, pessoas, fatos relevantes...);

Fique atento! - Espaço para contatos do comitê e comunicados.

Comunicação Integrada

Imprensa + Digital

Agenda sazonal | mês a mês

Janeiro

6 de janeiro: Aniversário de Angra

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo em homenagem à cidade, trazendo curiosidades sobre a Bacia de Angra.

Cuidados com o desperdício de água no verão

TÁTICO DIGITAL: produção de uma série de posts com dicas e cuidados que a população deve ter nesta época do ano, em que devido ao forte calor, o consumo de água tende a aumentar.

TÁTICO DIGITAL: produção de uma série de posts com dicas e cuidados que a população deve ter nesta época do ano, em que devido ao forte calor, o consumo de água tende a aumentar.

Férias

Como o turismo na região impacta diretamente no abastecimento de água ?

TÁTICO DIGITAL: Post trazendo especialistas para falar sobre alternativas para driblar problemas ocasionados ao aumento da população flutuante.

Fevereiro

6 - Dia do Agente de Defesa Ambiental

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo enfatizando a importância do trabalho desses profissionais para a preservação do Meio Ambiente. Trazer um personagem que atue na região de Paraty/Ilha Grande.

Carnaval

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo enfatizando a importância do trabalho desses profissionais para a preservação do Meio Ambiente. Trazer um personagem que atue na região de Paraty/Ilha Grande.

28 - Aniversário de Paraty

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo parabenizando a cidade que é Patrimônio Mundial pela ONU, mostrando suas belezas e atrações.

Março

Dia Internacional da Mulher

TÁTICO DIGITAL: mapeamento de personagens - mulheres - que fazem parte do comitê para contarem suas histórias e sua relação com o trabalho desenvolvido na região.

Águas de Março

Impacto provocado pelo aumento de temporais, chuvas e enchentes nesse período do ano.

TÁTICO DIGITAL: levantamento de trabalhos realizados na região para evitar que ocorram enchentes nessa época do ano. O que muda nesse período? Ações realizadas?

Encontro Nacional de Municípios com o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável

TÁTICO PR: Propor pauta sobre a relevância e importância da atuação do comitê e sua relevância na preservação da BIG, e a função da sociedade neste universo.

01 – Dia Mundial do Turismo Ecológico

Conteúdo sobre ecoturismo da região.

6 - Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo Educativo

16 - Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo Educativo

22 - Dia Mundial da Água

Mostrar a importância da relação da população com a água e seu valor em nosso dia a dia.

TÁTICO DIGITAL: uma série de conteúdos mostrando a relação dos diferentes povos da região - quilombolas, indígenas, caiçaras, com a água. Sua relação cultural e econômica.

Abril

7 - Dia Mundial da Saúde

Como o fato da água chegar limpa à torneira impacta na qualidade de vida e na saúde da população? Raio-x da saúde das populações que recebem as ações do comitê, e como isso impactou na qualidade de vida dessas pessoas.

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo educativo mostrando a importância do tratamento de esgoto e o impacto desse serviço na qualidade de vida da população:

- Passo a passo do tratamento de esgoto
- Imagens mostrando cada etapa do processo
- Reels com porta-voz/especialista do Comitê que atue no tratamento, mostrando o caminho que a água faz até chegar limpa às torneiras das casas e um profissional da saúde falando da importância do saneamento básico.

Mai

11- Dia das Mães

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo de efeméride fazendo uma homenagem às mães.

Exemplo: Os cuidados com a preservação e o meio ambiente também são valores que passam de mãe para filho

22- Dia Internacional da Biodiversidade

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo mais leve e interativo, incluindo enquete nos stories, trazendo curiosidades sobre a biodiversidade da região.

Junho

Mês do Meio Ambiente

TÁTICO DIGITAL:

- Mitos e Verdades: enquetes e reels no Instagram.
- Criação da série “O Rio que eu vi”, com personagens contando histórias de rios que não existem mais. Trazendo a importância da preservação ambiental.

17 - Dia Mundial de Combate à Desertificação e à seca e Desertificação e à seca

TÁTICO DIGITAL: trazer um conteúdo educativo mostrando como as alterações climáticas podem afetar o clima e ocasionar problemas como as secas severas.

Julho

Julho amarelo: mês de luta contra as hepatites virais

TÁTICO DIGITAL: conteúdo sobre as formas de transmissão, que incluem água contaminada, cuidados e a importância do acesso da população ao esgoto tratado.

Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande

TÁTICO DIGITAL: Tentar uma collab com o festival para a divulgação das ações do comitê. Possível ativação durante o festival, com cartilhas e palestras educacionais.

28 - Dia da Sustentabilidade

TÁTICO DIGITAL: trazer um conteúdo educativo mostrando como as mudanças climáticas são responsáveis por problemas como as secas severas.

Agosto

5 - Dia Nacional da Saúde

TÁTICO DIGITAL: Ação no Instagram do BIG, pedindo para as pessoas enviarem suas principais dúvidas em relação aos problemas de saúde causados pela água sem tratamento. Pediremos a um profissional de saúde para responder

6 - Dia do Caiçara de Paraty

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo em homenagem aos caiçaras, trazendo números sobre as ações do comitê realizadas nos últimos anos nesse território.

9 - Dia Internacional dos Povos Indígenas

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo em formato de vídeo sobre como o trabalho realizado pelo comitê tem trazido mudanças importantes para os povos indígenas da região. Mostrar as principais mudanças, com depoimentos dos próprios indígenas.

Setembro

3 - Dia do Biólogo

TÁTICO PR/DIGITAL: trazer pautas e conteúdos mostrando como esses profissionais atuam no dia a dia do Comitê e como são importantes aliados nas ações realizadas.

19 – Dia Mundial pela Limpeza da Água

Importante efeméride para promover a consciência ambiental e preservação das águas

21. Dia da Árvore

TÁTICO PR: Aferição de dados e estudos , que oportunize a participação do CBH- BIG para a participação em pautas sobre a conscientização de preservação a natureza.

Outubro

Qual é o perfil das mulheres que morrem de câncer de mama no Brasil: há um número maior entre mulheres em situação de vulnerabilidade? É possível pesquisar dados para levantar um alerta sobre a importância do cuidado para todas, explorando as possibilidades de ampliação do acesso à saúde preventiva?

TÁTICO DIGITAL: conteúdo trazendo dados e personagens da região.

FLIP – Festa Literária Internacional de Paraty

TÁTICO DIGITAL: Desenvolver ações que relacionem o evento aos debates trazidos pelo Comitê. Tentar possíveis participações em rodas de conversas, ativações durante a Feira.

TÁTICO PR: Prospectar espaço de fala e apresentação no evento, sobre o CBH e a importância de convidar atores da sociedade, como escritores, a espalharem a mensagem da preservação da BIG.

Novembro

Festival da Cultura Caiçara da Ilha Grande

TÁTICO DIGITAL: Conteúdo apresentando a cultura caiçara e mostrando a relação da comunidade com a água da região (pescadores, histórias, mudanças no território)

Dia da Consciência Negra e Dia do Quilombola

Saúde e racismo estrutural: pessoas negras estão mais vulneráveis à falta de condições básicas?

TÁTICO DIGITAL: Levantamento de dados e apuração de informações sobre a região. Explorar pauta com o tema e desdobramento para as redes.

Dezembro

Grandes Números

TÁTICO DIGITAL: compilado com as principais ações e um resumo da atuação do Comitê ao longo do ano.

TÁTICO PR: Iremos trabalhar esses números em notas e releases sobre o ano que passou, com projeções e estudos do ano que virá.

CEFET - projeto de captação da água de chuva

TÁTICO DIGITAL: conteúdos que mostrem o projeto, trazendo informações sobre como ele funciona e mostrando seu viés educativo.

TÁTICO PR: Elaboração de pauta para a TV e Imprensa, sobre o projeto, com a participação de personagem local, e como a união faz a força. Trazendo a importância da coletividade para a execução do projeto.

Digital

Propostas 2024 / 2025

Diagnóstico

Benchmark | Concorrentes

Instagram Facebook

CBH Guandu CBH Baía de Guanabara Comitê Piabanha



TOTAL DE SEGUIDORES INSTAGRAM	2,7 mil	1,6 mil	935	834
TOTAL DE SEGUIDORES FACEBOOK	4 mil	-	1,8 mil	1,9 mil
FREQUÊNCIA DE POSTAGEM	6/semana	2/semana	2/semana	2/semana

Benchmark | Concorrentes

Instagram Facebook

CBH Rio das Velhas CBH Rio São Francisco Agência das Bacias PCJ



TOTAL DE SEGUIDORES INSTAGRAM	24,9 mil	44,8 mil	2.357	834
TOTAL DE SEGUIDORES FACEBOOK	44 mil	139 mil	5,2 mil	1,9 mil
FREQUÊNCIA DE POSTAGEM	3/semana	5/semana	3/semana	2/semana

Benchmark | Concorrentes

Instagram Facebook

AEGEA IGUÁ Águas do Brasil



TOTAL DE SEGUIDORES INSTAGRAM	25,2 mil	15,5 mil	14,6 mil	834
TOTAL DE SEGUIDORES FACEBOOK	7,5 mil	7,1 mil	1,9 mil	1,9 mil
FREQUÊNCIA DE POSTAGEM	2/semana	3/semana	5/semana	2/semana

O que sugerimos:

- Criação de moodboard para aplicação de uma identidade única e alinhada à marca em todos os conteúdos de redes sociais.
- Investir em conteúdos humanizados, com linguagem mais acessível e atrativa, de forma a estreitar cada vez mais o relacionamento com o público.
- Produzir conteúdos educativos, posicionando BIG como referência no setor.
- Incentivar o engajamento, por meio de *trends* e formatos que aproveitem o algoritmo, como vídeos curtos.
- Aproveitar os colaboradores nos conteúdos, humanizando o feed e apresentando os funcionários como uma fortaleza da empresa.
- Interagir com os usuários e perfis estratégicos, conhecendo suas preferências, expectativas e sanando dúvidas.

O que se fala sobre os temas estratégicos

Período analisado – 01/01/24 a 30/09/24



10.619 menções sobre conteúdos envolvendo a BIG – sendo 1.427 publicações originais e 9.193 compartilhamentos – média de 1.061 menções por mês.

Alcance potencial estimado de 85,4 milhões de perfis nas redes sociais.

Repercussão de 222.972 interações atingindo uma média de 21 interações por post original

O cenário analisado entre janeiro e setembro de 2024 na Costa Verde destaca a relevância dos temas de saneamento básico, crise hídrica e saúde pública, além da forte relação entre turismo e meio ambiente. Em Angra dos Reis, especialmente, a balneabilidade da Praia do Anil e a crise hídrica foram tópicos centrais. As campanhas de preservação ambiental e as medidas emergenciais para combater a seca demonstram a necessidade de soluções sustentáveis para proteger os recursos hídricos e garantir a qualidade de vida da população.

Este diagnóstico foi elaborado a partir de uma análise de social listening realizada nas redes sociais entre janeiro e setembro de 2024, com foco nos temas relacionados à hidrografia e sua interação com as questões ambientais, saneamento e turismo na

região da Costa Verde. A coleta de dados abrangeu discussões, reclamações, elogios e eventos importantes, fornecendo um panorama das principais preocupações e narrativas sociais sobre a região.

Principais Temas Identificados:

Principais Narrativas

Crise Hídrica e Estiagem

Racionamento de água: A seca severa de 2024, a pior dos últimos 17 anos, levou ao racionamento de água em diversas áreas de Angra dos Reis, como Japuíba e Bracuí. O uso de caminhões-pipa foi uma medida emergencial adotada para evitar maiores transtornos.

Impacto nas áreas periféricas: Regiões mais afastadas de Angra dos Reis, como o Parque Mambucaba, enfrentaram até 10 dias sem água. Isso gerou críticas e demandas por soluções mais efetivas por parte do governo municipal.

Campanhas de uso consciente: Redes sociais foram usadas para promover campanhas de economia de água, com dicas para reduzir o tempo de banho e reaproveitar água em áreas como Mangaratiba.

Falta de infraestrutura: A crise hídrica evidenciou a falta de investimentos em infraestrutura adequada para captação e armazenamento de água nas quatro cidades da Costa Verde, resultando em diversas reclamações da população.

Conflitos sobre o uso da água: Em Paraty, houve discussões sobre o uso de fontes hídricas para fins turísticos versus abastecimento da população, destacando o conflito entre os interesses econômicos e as necessidades básicas da comunidade.

Saneamento Básico e Despoluição

Obras de saneamento: As obras de saneamento, como a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e estações elevatórias na Praia do Anil (em Angra dos Reis), foram promovidas como grandes avanços. Essas obras são vistas como um marco na despoluição de áreas como a Praia do Anil, que sofreu com a poluição por muitos anos.

Recuperação da balneabilidade: A balneabilidade da Praia do Anil, imprópria para banho por 30 anos, foi restaurada. Esse fato foi amplamente celebrado, tanto pelos moradores de Angra dos Reis quanto pelos turistas.

Expansão da rede de esgoto: A expansão do sistema de esgoto para áreas mais afastadas de Angra dos Reis, como Japuíba e Frade, foi vista como uma melhoria significativa, levando à redução de problemas de saúde pública e aumento da qualidade de vida.

Denúncias de despejo de esgoto: Mesmo com os avanços, ainda há relatos de despejo ilegal de esgoto no mar em locais como a Praia do Anil, gerando insatisfação entre os moradores de Angra dos Reis.

Projetos de educação ambiental: Diversas campanhas de educação ambiental foram lançadas para conscientizar a população de Angra dos Reis sobre a importância da correta destinação de resíduos e do uso eficiente da água.

Turismo e Balneabilidade

Promoção de praias paradisíacas: Locais como Ilha Botinas e Praia do Laboratório (ambos em Angra dos Reis) e a Praia de Lopes Mendes (na Ilha Grande) foram promovidos como pontos turísticos de destaque, atraindo grande número de visitantes.

Recuperação ambiental: A despoluição da Praia do Anil foi vista como uma vitória para o turismo de Angra dos Reis, com eventos esportivos sendo realizados para atrair mais visitantes.

Turismo sustentável: Em Paraty e Mangaratiba, o turismo sustentável ganhou destaque, com campanhas incentivando a contratação de empresas credenciadas para passeios ecológicos, o que fortaleceu a preservação ambiental.

Impactos ambientais do turismo: A pressão turística sobre áreas naturais, como a Ilha Grande, gerou preocupações sobre o equilíbrio entre o turismo e a preservação ambiental, com chamadas à ação para controlar o número de visitantes.

Balneabilidade de áreas populares: Locais turísticos em Paraty, como a Praia do Pontal, foram alvo de críticas devido à poluição, destacando a necessidade de melhorias nas condições ambientais.

Gestão de Recursos Hídricos

Manutenção de barragens: A manutenção das barragens em áreas como Sertãozinho do Frade (em Angra dos Reis) foi destacada como essencial para assegurar o abastecimento de água durante a crise hídrica.

Captação de água da chuva: Projetos de captação de água da chuva foram promovidos em áreas rurais de Paraty e Ilha Grande como soluções sustentáveis para o uso da água em serviços públicos.

Reuso de água em serviços públicos: A água da chuva foi usada para irrigação de jardins e lavagem de ruas em áreas como o centro de Mangaratiba, reforçando a importância de tecnologias sustentáveis.

Impacto das obras de desassoreamento: O desassoreamento do Rio Bracuí, em Angra dos Reis, foi um tema controverso, com moradores destacando seus benefícios, enquanto o Ministério Público Federal cobrou mais rigor no licenciamento ambiental.

Tecnologias sustentáveis: Novas estações de tratamento de água em Angra dos Reis, construídas com materiais duráveis, foram promovidas como uma solução eficiente para garantir a sustentabilidade do sistema hídrico.

Panorama – Públicos de interesse

Grande Imprensa Nacional	Imprensa Regional	Instituições	Políticos
<p>A imprensa nacional destacou duas principais narrativas relacionadas ao setor hídrico na região da Costa Verde. A primeira envolve a estígia, que afeta gravemente o abastecimento de água em Angra dos Reis e outros municípios do Rio de Janeiro, como mencionado pela CNN Brasil e Jornal O Globo.</p> <p>O racionamento foi adotado pela Prefeitura de Angra, uma medida vista como necessária diante da crise hídrica, a mais severa dos últimos 17 anos. A segunda narrativa diz respeito à despoluição e saneamento, com ênfase no monitoramento ambiental, principalmente em relação a projetos como o da Baía da Ilha Grande, conforme relatado pela Folha de S.Paulo e VEJA Rio.</p> <p>A mídia também ressalta os esforços de preservação ambiental, com destaque para as ações voltadas à recuperação de áreas e à fiscalização de crimes ambientais.</p> <p>A percepção geral é de preocupação com a gestão de recursos hídricos e a proteção ambiental, equilibrando desenvolvimento e sustentabilidade.</p>	<p>A cobertura da imprensa regional possui grande relação com a cidade de Angra dos Reis, representada por veículos como A Voz da Cidade, Diário de Angra, Diário do Vale, Jornal A Cidade, Angra da Deprê e Angra de Verdade, foca predominantemente na crise hídrica e nas questões de saneamento.</p> <p>As duas principais narrativas giram em torno da falta de água nos bairros periféricos, como Japuíba, Nova Angra e Parque Mambucaba, e na insatisfação dos moradores com o SAAE, que é criticado pela precariedade dos serviços de abastecimento. Além disso, há suspeitas de que essa deterioração nos serviços seria uma estratégia para justificar a privatização do órgão, o que tem gerado debates e críticas.</p> <p>Paralelamente, a despoluição da Praia do Anil é tratada como um avanço, principalmente na mídia regional, destacando sua importância para o turismo e o meio ambiente. No entanto, veículos independentes e ambientalistas demonstram ceticismo quanto à eficácia dessas ações.</p> <p>De forma geral, as narrativas refletem insatisfação com a gestão pública no que tange ao saneamento e à distribuição de água, embora reconheçam avanços pontuais, especialmente em relação à balneabilidade das praias.</p>	<p>As instituições e organizações que atuam na bacia hídrica da Ilha Grande, como Eletronuclear, o Ministério Público Federal (MPF) e o Disque Denúncia, têm gerado narrativas relevantes no cenário ambiental da região.</p> <p>A Eletronuclear, multada pelo Ibama após um acidente em Angra 1, está no centro de uma discussão sobre a segurança de suas operações, enquanto o MPF busca frear intervenções que alterem o curso natural do Rio Bracuí, enfatizando a necessidade de preservar os recursos hídricos.</p> <p>Já o Disque Denúncia tem desempenhado um papel fundamental, incentivando a população a reportar crimes ambientais, como construções ilegais e derramamento de óleo, o que reforça uma vigilância constante sobre as ações humanas que impactam a hidrografia local.</p> <p>Essas narrativas reforçam a crescente preocupação com a proteção dos recursos hídricos da Ilha Grande, evidenciando tanto o papel das instituições em monitorar e fiscalizar quanto o ativismo ambiental da população local.</p>	<p>Políticos e partidos políticos com atuação na bacia hídrica da Ilha Grande têm gerado narrativas que abordam questões ambientais, com destaque para o saneamento e a crise hídrica.</p> <p>A Deputada Célia Jordão tem enfatizado reuniões com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para avançar em projetos de saneamento, como a instalação de biodigestores nas praias da Ilha Grande, promovendo o desenvolvimento com responsabilidade ambiental.</p> <p>Por outro lado, figuras como Fernando Jordão, prefeito de Angra dos Reis, celebram a despoluição da Praia do Anil como um marco de sua gestão, reforçando o compromisso com a melhoria da qualidade de vida através de obras de saneamento.</p> <p>Paralelamente, políticos do PCdoB, como Ventosius, utilizam a falta de água e a má gestão dos recursos hídricos como elementos centrais de suas campanhas, criticando o atual governo e prometendo mudanças significativas.</p> <p>Essas narrativas políticas refletem uma crescente atenção ao tema da água e saneamento, demonstrando que as políticas públicas ligadas à hidrografia da região são foco de disputas eleitorais e promessas de gestão.</p>

SWOT

Strengths (Forças):

- Obras de saneamento e despoluição
- A promoção de turismo sustentável está ganhando espaço, fortalecendo a economia local e a preservação das áreas naturais.

Weaknesses (Fraquezas):

- Persistem denúncias de poluição e má gestão de recursos hídricos, com impactos diretos na qualidade de vida dos moradores e no turismo.
- Falta de investimentos em infraestrutura adequada para armazenamento e distribuição de água em áreas afastadas.

Opportunities (Oportunidades):

- O desenvolvimento de projetos sustentáveis, como a captação de água da chuva, pode trazer soluções de longo prazo para a gestão de recursos hídricos.
- A promoção de praias recuperadas, pode revitalizar o turismo e atrair mais eventos esportivos e culturais.

Threats (Ameaças):

- A crise hídrica pode se agravar com a falta de investimentos em infraestrutura e a estiagem prolongada, afetando a capacidade dos rios e o abastecimento de água em toda a região.
- O impacto ambiental do turismo descontrolado e das construções irregulares pode comprometer a preservação das áreas protegidas.

**Conteúdo de Oportunidade
Saneamento básico**

Expansão da rede de esgoto: A expansão do sistema de esgoto para áreas mais afastadas de Angra dos Reis, como Japuíba e Frade, foi vista como uma melhoria significativa, levando à redução de problemas de saúde pública e aumento da qualidade de vida.

O que propomos: mostrar como as ações implementadas pelo comitê, como a chegada de sanitários a dezenas de comunidades, têm levado qualidade de vida e saúde a centenas de pessoas.

Educação ambiental

Campanhas lançadas: Campanhas de educação ambiental foram lançadas para conscientizar a população de Angra dos Reis sobre a importância da correta destinação de resíduos e do uso eficiente da água.

O que propomos: Parcerias com as secretarias envolvidas para divulgar as ações educativas e de preservação encabeçadas pelo comitê.

Crise Hídrica

Racionamento de água: campanhas de economia de água, com dicas para reduzir o tempo de banho e reaproveitar a água.

O que propomos: divulgar ações como o projeto de captação de água de chuva, em parceria com o CEFET.

No meio de tanto conteúdo e informação, como vamos nos destacar?



Dados de mercado

Qual é a Rede Social que as pessoas mais gastam tempo?



Rede social é a porta entrada dos usuários

Além disso, a presença nas redes sociais oferece outros benefícios significativos para as empresas, como aumento da visibilidade da marca, construção de um relacionamento mais próximo com o público, melhoria do posicionamento da marca no mercado, construção de uma base de consumidores fiéis, e a possibilidade de acompanhar os indicadores das redes sociais.

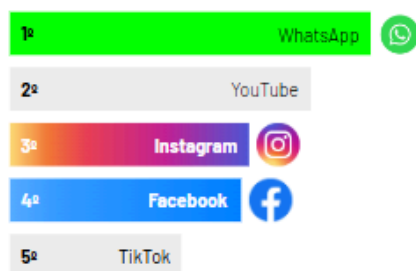
Outro ponto relevante é o papel das redes sociais em gerar tráfego para o site da empresa e aumentar as vendas.

Rede social é a porta entrada dos usuários

Além disso, a presença nas redes sociais oferece outros benefícios significativos para as empresas, como aumento da visibilidade da marca, construção de um relacionamento mais próximo com o público, melhoria do posicionamento da marca no mercado, construção de uma base de consumidores fiéis, e a possibilidade de acompanhar os indicadores das redes sociais.

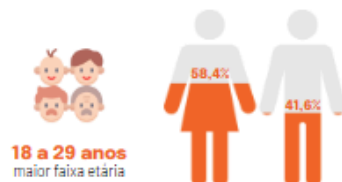
Outro ponto relevante é o papel das redes sociais em gerar tráfego para o site da empresa e aumentar as vendas.

Redes Sociais mais usadas entre os brasileiros



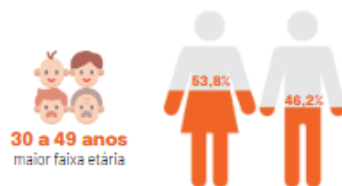
Instagram - 134 milhões de usuários

Brasil é o segundo país com mais usuários no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. No tempo gasto diariamente, o Instagram ultrapassa todas as plataformas, sendo responsável por 36% do tempo gasto com celulares em um só dia.



Facebook - 111 milhões de usuários

O Facebook continua sendo um destino para armazenar e compartilhar conteúdos, e as comunidades permitem conexões em grupos que variam de hobbies a causas sociais.



Campanhas pagas



A taxa de conversão para campanhas pagas nas mídias sociais varia significativamente de plataforma para plataforma. **Instagram e Facebook lideram o jogo com 17,9% e 13%, respectivamente.**

Cada plataforma serve a um propósito distinto e pode valer a pena explorar o valor de cada conversão. Na Meta cada vez mais o Advantage, IA de anúncios, está assumindo as rédeas ajudando a diminuir o CPL e aumentar a taxa de conversão.

Instagram

O Instagram é o app de plataforma social mais popular do Brasil. Está instalado em **92% dos smartphones** nacionais. Sua utilização é equilibrada quando analisada por classe social. Mas há uma diferença por gênero e por idade, o que já havia sido revelado anteriormente nesta pesquisa. O Instagram está instalado em **95% dos smartphones de mulheres** e em **88% dos smartphones dos homens**.

Na análise por faixa etária, nota-se uma penetração maior em dispositivos de jovens de **16 a 29 anos (95%)**, em comparação com os grupos de **30 a 49 anos (92%)** e com mais de **50 anos (86%)**.

Facebook

O Facebook é a segunda plataforma social mais popular em mobile no Brasil, instalado em **85% dos smartphones nacionais**.

Sua distribuição é equilibrada por gênero e classe social. Contudo, é o único dos seis apps analisados que **apresenta uma proporção crescente conforme a idade**.

Entre as pessoas de 16 a 29 anos, 82% têm o Facebook instalado no smartphone. O percentual sobe para 85% no grupo de 30 a 49 anos e chega a 86% entre aqueles com 50 anos ou mais.

O que queremos nas redes?

Educação

Explicar sobre o comitê, suas funções e atividades para a sociedade entender a complexidade e importância do órgão

**Exposição**

Com as estratégias combinadas, ampliar a presença digital da CBH BIG, garantindo uma maior comunicação com a população local

**Conexão**

Ampliar o relacionamento digital com a sociedade e com os diversos *stakeholders*, mostrando como o comitê está presente na vida dos moradores da região

**Credibilidade**

Mostrando expertise e sendo transparente nas comunicações, apresentar o comitê como referência em gestão de recursos hídricos

**Conteúdo****Entregar conhecimento, criar conexões e paixões****Aproveitar temas e conectar**

Conectar assuntos que intuitivamente não parecem ter uma forte relação é uma forma de escapar do “mais do mesmo”. Saber adaptar as trends e assuntos em alta ao seu conteúdo customiza estratégias para produção de conteúdo que captem a atenção da comunidade.

Calendário além do óbvio

As estratégias criativas precisam transcender o calendário já estabelecido e se conectar com as paixões individuais. Ao alinhar uma mensagem ou campanha a essas paixões, as marcas podem criar conexões mais profundas e autênticas com o público alvo, gerando maior engajamento e identificação.

Bastidores

Dar destaque a conteúdos que mostram os bastidores do Comitê geram aproximação e conexão genuína com a audiência.

Trabalhando a favor do algoritmo

Diversificação de formatos

Usar diferentes tipos de posts, como fotos, carrosséis, vídeos, Stories, pode ajudar a alcançar diferentes segmentos do público e manter seu conteúdo interessante.

Conteúdo original e consistência nas postagens

Uma das principais mudanças no algoritmo do Instagram em 2024 é o foco aumentado no conteúdo original. Isso significa que, se você criar algo novo e exclusivo, terá mais chances de ser recomendado e de alcançar um público mais amplo. Além disso, manter uma frequência regular de postagens, sugestão mínimo três vezes na semana, é crucial para manter sua audiência engajada e aumentar suas chances de ser favorecido pelo algoritmo.

Incentivo ao engajamento

Posts que geram likes, comentários, compartilhamentos e salvamentos tendem a performar melhor no algoritmo. Incentivar seu público a interagir com suas postagens através de perguntas, enquetes e chamadas para ação (CTAs) pode aumentar significativamente o engajamento.

Propostas

Editorias fixas

BIG Comunidade - mostrar comunidades indígenas, quilombolas, população e a relação com o Comitê, além das realizações para avanço e recuperação

Nossa Água- Explicar o trajeto desde as nascentes para contar histórias importantes, explicar a relação da cultura indígena com a água, fazer alertas etc

Não vem da torneira - mostrar todo o fluxo da água até chegar à torneira das casas para mostrar a complexidade do desse caminho e importância do uso consciente

Conscientização e educação ambiental - estimular a sociedade a adotar boas práticas na utilização e conservação dos recursos hídricos e ambientais

Somos BIG – apresentar o comitê, seus membros, suas funções, atividades e importância

BIG Educa – divulgação dos projetos realizados pelo BIG (*exemplo: conteúdos em parceria com a secretaria de educação*)

Por dentro da Bacia – notícias institucionais sobre o comitê

Essa curiosidade é BIG - ex.: Barragem da Água (o que é, como funciona?)

Editorias Sazonais

Outorga – Quem precisa, para onde vão os recursos

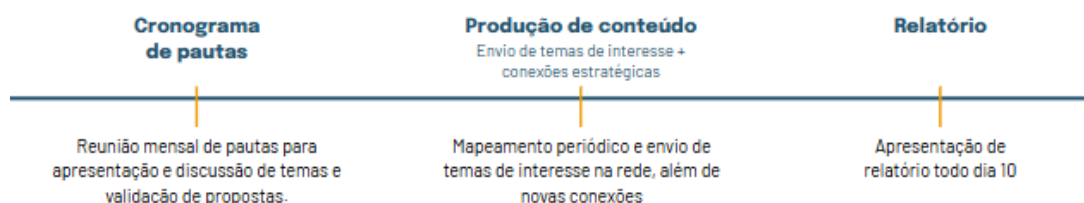
Turista Legal - uma série de conteúdos nas férias e feriados com dicas para os visitantes usufruírem o local (meio ambiente) de forma consciente

Estações do ano - o que cada estação traz de recomendação e orientações para o meio ambiente

Novos membros - conteúdos para estimular adesão ao comitê.

Glossário - conteúdos que “traduzam” termos técnicos utilizados pelo Comitê. A ideia é gerar aproximação com a audiência.

Fluxo de trabalho



Como vamos medir nossos resultados?



Moodboard e enxoval

O que é levado em consideração na elaboração desse documento?



Identidade Visual de sua marca

Buscamos na sua própria identidade visual inspirações para nos guiar. A ideia do moodboard não é propor algo que não esteja coerente com a sua marca, mas sim, observar e replicar em uma linguagem visual dentro de suas redes sociais.

Público-alvo que queremos atingir

É importante salientar que diferentes públicos demandam diferentes estratégias, inclusive visuais. Depois da etapa de análise de sua identidade visual, é alinhado também com o público que sua comunicação deseja atingir.

Identidade Visual de sua marca

Cada rede social possui sua própria dinâmica e estilo, e buscamos traduzir isso também na elaboração desse documento. É levado em consideração cada formato proposto, para chegarmos em uma solução visual bem resolvida.

Um panorama sobre o projeto

Nesta nova proposta, apresentamos um layout que reflete as cores, a tipografia e os elementos distintivos da marca.

Utilizamos grafismos orgânicos que remetem às ondas e ao mar em relação às ilhas, gráficos cartográficos que ilustram os relevos, alinhando-se às representações visuais comumente encontradas em pesquisas de campo.

A combinação de formas circulares e quadradas com bordas arredondadas sugere uma estética equilibrada entre formalidade e modernidade. Uma transição da biologia e geografia para a tecnologia.

Tipografia

Utilizamos a família Montserrat, prevista na identidade, por ser uma fonte sofisticada com traços limpos e formas equilibradas, que proporciona uma leitura fácil e agradável.

Com uma variedade grande de pesos, possibilita trabalhar a hierarquia da informação, sendo ideal tanto para títulos em destaque quanto para textos corridos.

Tipografias escolhidas

Montserrat

The quick brown fox jumps over the lazy dog.

The quick brown fox jumps over the lazy dog.

The quick brown fox jumps over the lazy dog.

The quick brown fox jumps over the lazy dog.

Cores

Respeitamos a paleta de cores da marca



Gráficos de apoio

Utilizamos grafismos orgânicos que remetem às ondas e ao mar em relação às ilhas.

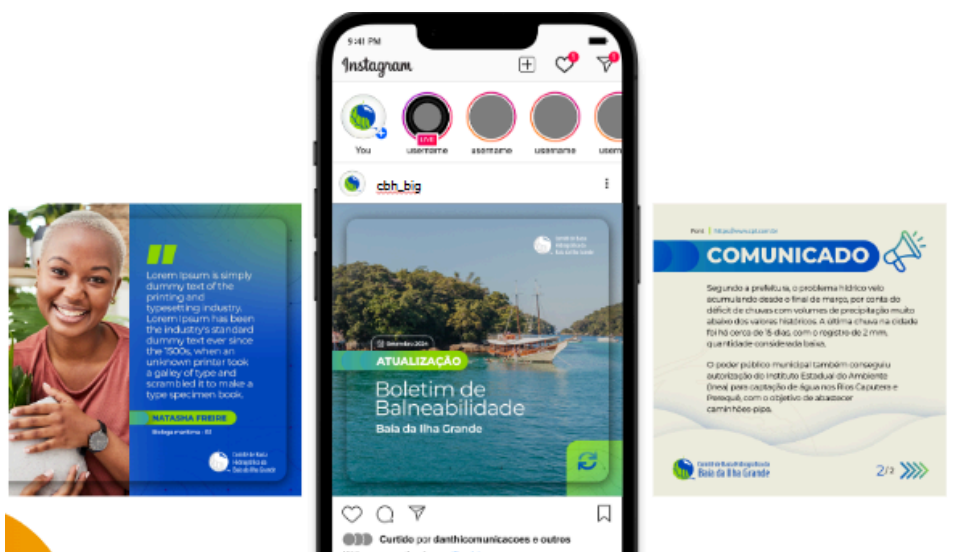
Incluimos gráficos cartográficos que ilustram os relevos, alinhando-se às representações visuais comumente encontradas em pesquisas de campo.



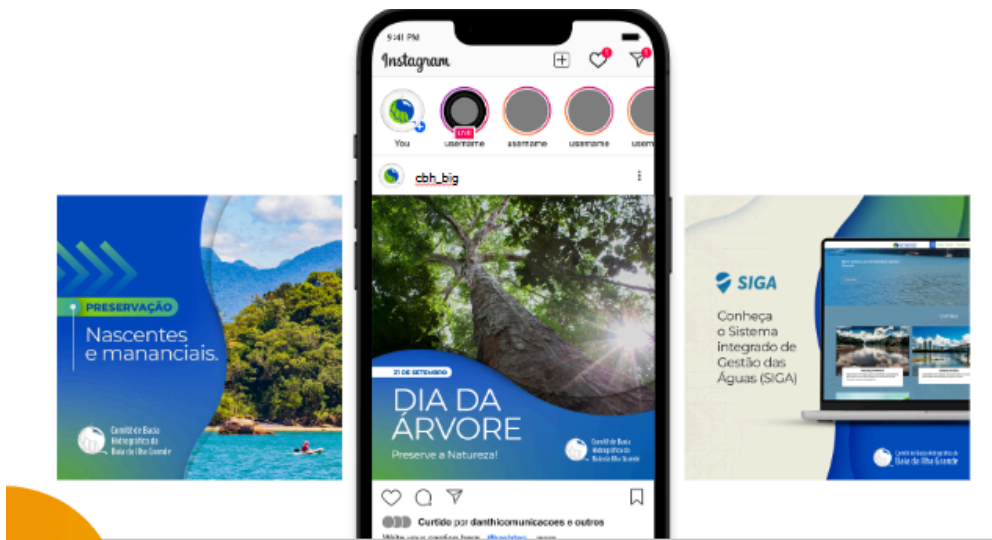
Exemplos aplicados

A partir daqui você irá acompanhar algumas simulações de como os conteúdos funcionarão dentro das redes sociais. Por se tratar de um documento de validação visual, os conteúdos apresentados não necessariamente refletem o trabalho final.

Card Feed



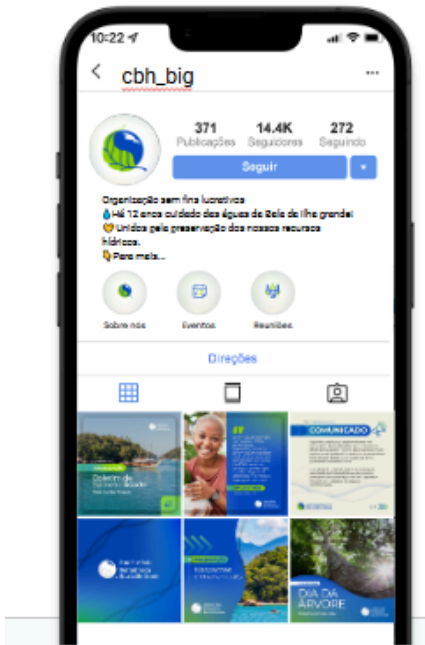
Feed



Story

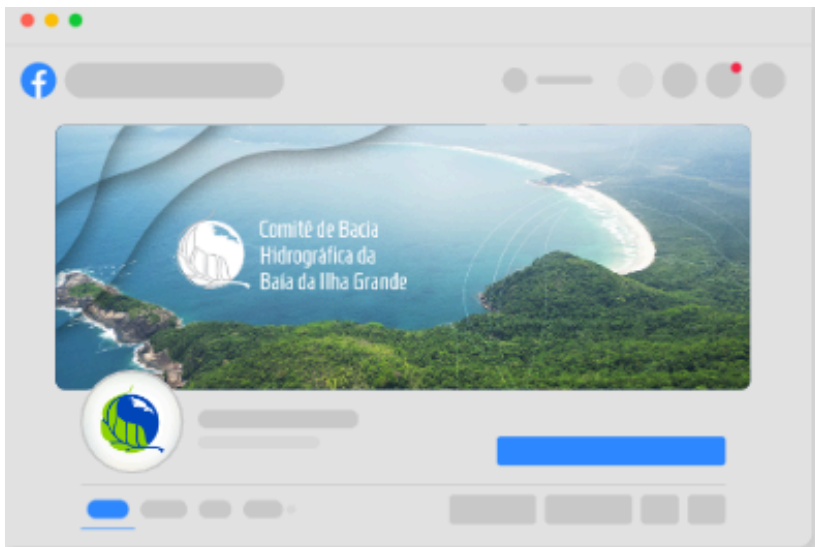


Destaques



Capa





WhatsApp



Cronograma de ações

Abaixo, detalhamos como as ações de comunicação devem ser desenvolvidas para que possamos auxiliar nos objetivos do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, levando em consideração os três objetivos principais apontados no documento:

1. Conscientização para usos rurais;
2. Educação e Comunicação;
3. Uso Racional da Água.

Ações, campanhas, cronograma e responsabilidades definidas.

Imprensa

Período: 2024/2025

Ação	Objetivos macros	Oportunidade	Link com o PRH - BIG	Orçamento	Público- alvo	Resultados esperados
Entregas (projetos e conquistas)	Mostrar a relevância do BIG	Tornar o BIG fonte da imprensa	Educação e comunicação	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Ampliar conhecimento sobre a atuação do Comitê; Prestar contas sobre entregas realizadas; Trazer relevância para as ações desenvolvidas;
Crise hídrica e realidade da Banqueta	Estimular a adoção das boas práticas relativas à utilização e conservação dos recursos hídricos	Aproximação com os moradores Apresentação da realidade local, onde o rio está secando a cada dia.	Educação e comunicação Uso racional da água	Dentro do escopo da agência contratada.	Moradores locais, sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Criação de novas parcerias para solução do caso; Atenção dos Governos e sociedade para a situação da banquetta;
Matéria explicando o porquê da cobrança da água	Estimular o interesse de instituições da região em participar no Comitê e potencializar o interesse público em participar da gestão dos recursos	Apresentar o BIG Mostrar de onde vem a água e que os recursos são finitos.	Educação e comunicação Uso racional da água	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Aumentar o número de usuários de água cadastrados; Ampliar conhecimento sobre a atuação do Comitê; Trazer relevância para as ações desenvolvidas;

	hídricos					
Divulgação de campanhas e ações de conscientização e educação ambiental	Estimular a adoção das boas práticas relativas à utilização e conservação dos recursos hídricos;	Apresentar o BIG Mostrar de onde vem a água e que os recursos são finitos;	Educação e comunicação Uso racional da água	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Ampliar o alcance do CBH-BIG; Trazer novos atores para o debate, ampliando para escolas e moradores locais;
Turismo e mercado imobiliário predatórios	Trazer soluções, colocando o BIG como consultor;	Abrir diálogo com o mercado de turismo e imobiliário;	Educação e comunicação Uso racional da água	Dentro do escopo da agência contratada.	Mercado de turismo e sociedade em geral	Mudar pequenos hábitos e sistemas utilizados pela rede hoteleira local e que impactam na qualidade e quantidade de água.
Projeto com o Bacia escola	Apresentar a parceria e mostrar como é desenvolvido o projeto	Apresentar como case e aproximar o CBH-BIG cada vez mais da comunidade acadêmica	Educação e comunicação Uso racional da água	Dentro do escopo da agência contratada.	Acadêmicos, sociedade em geral e moradores	Mostrar o conceito de Bacia escola para mais pessoas. Incentivar pesquisas científicas e educação ambiental.
Banheiros para a Aldeia Sapucaia	Saneamento Básico e Despoluição	Mostrar a realidade local e como o saneamento pode impactar na qualidade de vida das pessoas que ali vivem e da própria água.	Educação e comunicação	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Trazer reconhecimento ao Comitê e credibilidade para as ações desenvolvidas.
CEFET – Captação de água de chuva	Estimular a adoção das boas práticas relativas à utilização e conservação dos recursos hídricos	Associação à uma instituição conceituada. Inovação	Educação e comunicação	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, mercado hoteleiro, imprensa, governos e formadores de opinião.	Trazer reconhecimento ao Comitê e credibilidade para as ações desenvolvidas.
Sanear BIG	Reduzir o impacto da poluição oriunda de efluentes domésticos afluentes às principais captações de água da	Apresentar o Comitê Falar sobre a seriedade dos projetos existentes	Educação e comunicação Uso racional da água conscientização para usos rurais	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Trazer reconhecimento ao Comitê e credibilidade para as ações desenvolvidas.

	BIG;					
Turismo e Balneabilidade	Mostrar o quanto o turismo impacta na qualidade da água	Apresentar soluções para a questão e o que acontecerá a longo prazo, caso medidas não sejam tomadas	Educação e comunicação Uso racional da água e conscientização para o uso correto	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, mercado hoteleiro, imprensa, governos e formadores de opinião.	Levar conhecimento Apresentar dados relevantes que potencializem o debate Alertar para a questão.
Balanços	Apresentar dados relevantes sobre a bacia	Visibilidade	Educação e comunicação	Dentro do escopo da agência contratada.	Sociedade em geral, mercado hoteleiro, imprensa, governos e formadores de opinião.	Levar conhecimento Apresentar dados relevantes que potencializem o debate Alertar para a questão.
Como o solo impacta na qualidade da água	Apresentar dados ou estudo sobre o assunto e que mostrem este impacto na bacia.	Alertar sobre o impacto de queimadas, uso de agrotóxicos e outros fatores impactam na qualidade da água.	Educação e comunicação. Conscientização para usos rurais;	Dentro do escopo da agência contratada.	Comunidade rural, sociedade em geral, imprensa, governos e formadores de opinião.	Diminuir o impacto no solo; Levar conhecimento sobre o assunto para mais pessoas;

*Os assuntos apresentados são macros e mapeados para o período de um ano. Como a comunicação não é estática, as pautas podem sofrer alterações, mas é importante que os objetivos macros deste período sejam mantidos e estimulados.

Campanhas

Ação	Objetivo	Atores envolvidos	Link com o PRH - BIG	Orçamento	O que será feito?	Resultados esperados	Período de realização
------	----------	-------------------	----------------------	-----------	-------------------	----------------------	-----------------------

Seja membro do CBH-BIG	Campanha para incentivar a participação de novos membros	Sociedade em geral Universidades Imprensa Agência contratada CBH-BIG (administrativo e parte técnica)	Educação e comunicação	Artes previstas no contrato com a agência de comunicação. Impressão das peças contratada pelo CBH-BIG;	Produzir enxoval da campanha (folder, arte para WhatsApp e selo para os usuários); Contato prévio com a comunicação dos usuários, para propor uma campanha conjunta e que mostre a importância da instituição; Selo para os usuários que	Maior entendimento sobre as ações do BIG Interação com mais usuários e, consequentemente, crescimento da arrecadação e conscientização sobre o uso da água;	Março/2025
-------------------------------	--	---	------------------------	---	--	--	------------

					<p>fazem parte do BIG (propor que incluam no avatar das suas redes no dia 22 de março, Dia Mundial da Água) e publicações conjuntas;</p> <p>Figurinha para envio no WhatsApp</p> <p>Cards e vídeos para as redes;</p>		
As águas que vi	<p>Mostrar a realidade dos corpos hídricos da região e trazer mais pessoas para o debate e solução dos problemas enfrentados.</p>	<p>Escolas</p> <p>Prefeituras</p> <p>Sociedade em geral</p> <p>Universidades</p> <p>Imprensa</p> <p>Agência contratada</p> <p>CBH-BIG (administrativo e parte técnica)</p>	Educação e comunicação	<p>Artes previstas no contrato com a agência de comunicação;</p> <p>Impressão das peças contrada pelo CBH-BIG;</p>	<p>Reunião interna para definição dos locais que participarão da campanha, como a barragem da Banqueta. Na ocasião, também definiremos os membros que teriam disponibilidade para palestrarem em universidades e que tenham maior contato com as comunidades definidas;</p> <p>Contato com a Secretaria Municipal de Educação e associação de moradores, para amarrarmos as melhores formas de impactarmos os moradores e alunos;</p> <p>Confecção de cartilhas para uso correto dos recursos naturais em Angra e Paraty. Falar sobre nascentes, construções em locais incorretos, lixo nas cachoeiras e praias. Adaptar o material para uso das escolas, com material que pode ser utilizado nas aulas e também de forma recreativa, como material para pintar e jogo dos sete erros e</p>	<p>Envolvimento dos moradores da região;</p> <p>Aumento do alcance de pessoas impactadas;</p>	Março a outubro de 2025

					<p>cruzadinhas;</p> <p>Produzir enxoval da campanha (folder, arte para WhatsApp e selo para os usuários);</p> <p>Colocação de placas nas cachoeiras com nome daquele corpo hídrico e como utilizá-lo da melhor forma. Incluir, se possível, QR code para site do CBH- BIG com mais informações sobre a campanha (parceria com as prefeituras locais);</p>		
Quem paga pela água?	mostrar transparência, quem deve pagar, porque cobrar e para onde vai o dinheiro	<p>Universidades</p> <p>Imprensa</p> <p>Agência contratada</p> <p>CBH-BIG (administrativo e parte técnica)</p>	Educação e comunicação	<p>Artes previstas no contrato com a agência de comunicação;</p> <p>Impressão das peças contratada pelo CBH-BIG;</p>	<p>Contato prévio com universidades parceiras para propor uma aproximação maior das equipes de comunicação. Nosso intuito é produzir, por exemplo, palestras em universidades propondo debate sobre crise hídrica, outorgas, uso correto da água;</p> <p>Produzir enxoval da campanha;</p> <p>Desenvolvimento de vídeo e infográfico mostrando como é feita a arrecadação e o que foi feito com esse valor;</p> <p>Card compartilhável e explicativo sobre o tema;</p> <p>Colher depoimentos de usuários de água e membros do Comitê falando sobre a importância desta arrecadação;</p>	Aumentar o conhecimento da sociedade em geral sobre o assunto;	janeiro e fevereiro /2025

<p>Água limpa!</p> <p>Turismo</p>	<p>Mostrar como pequenas mudanças podem impactar na qualidade e quantidade de água</p>	<p>Rede hoteleira</p> <p>Imprensa</p> <p>Agência contratada</p> <p>Turistas</p> <p>Instituições técnicas e de pesquisa</p> <p>Governos</p> <p>CBH-BIG (administrativo e parte técnica)</p>	<p>Educação e comunicação</p>	<p>Artes previstas no contrato com a agência de comunicação;</p> <p>Impressão das peças contratada pelo CBH-BIG;</p>	<p>Reunião com rede hoteleira local para colher as principais questões dos empreendimentos ligados à água. Trazer outros interlocutores e parceiros para a conversa, como CEFET e secretarias de turismo;</p> <p>Propor melhorias simples e utilizar recursos do Comitê, se possível, para solucionar questões que tragam melhorias para a bacia.</p> <p>Criar selo de empresa participante e que se preocupa com as águas locais;</p> <p>Desenvolver cartazes e folders que podem ser colocados nos espaços turísticos falando sobre a utilização correta dos corpos hídricos da região (lixo no local correto, perigos..).</p> <p>Desenvolver vídeos de boas práticas feitas por hotéis e pousadas da região.</p> <p>Desenvolver kit turista legal, com sacos recicláveis</p>	<p>Aproximar o CBH-BIG da rede hoteleira local.</p> <p>Fazer com que os turistas tenham conhecimento sobre os hotéis e pousadas que participam da campanha;</p>	<p>Janeiro a outubro de 2025</p>
---	--	--	-------------------------------	--	---	---	----------------------------------

Digital

Período 2024/2025

Ação	Objetivo	Oportunidade	Link com o PRH - BIG	Orçamento	Público- alvo	Resultados esperados
Apresentação do BIG	Mostrar o que faz o comitê e suas conquistas	aumentar o interesse da audiência das redes pelo tema	Educação e Comunicação	Escopo da agência contratada	público em geral, seguidores, formadores de opinião.	aumentar o interesse da audiência pelo tema Aumento da base de seguidores nas redes sociais Apresentar o trabalho do comitê
Esclarecer as principais dúvidas da audiência	aproximar o trabalho do CBH BIG da população	relacionar a atuação dos comitês às necessidades da população da região.	Educação e comunicação	Escopo da agência contratada	público em geral, população das regiões atendidas pelo comitê	trazer o tema "Gestão de Recursos Hídricos" para o dia a dia da população, através de conteúdos lúdicos e que conversem com as necessidades reais da população local
Seja membro do BIG	incentivar e atrair novos membros	promover ativações de utilidade pública em locais de grande circulação de pessoas, é um caminho para obter mais espaço na mídia e na memória das pessoas	Educação e comunicação	Escopo da agência contratada	população local	Entregar informação de valor e gerar serviço à população
Quem paga pela água?	campanha para mostrar à população a importância das outorgas e quem deve regularizar a sua situação	Conscientização através da geração de conteúdo de valor .	Aprimoramento dos instrumentos de gestão - Outorga	Escopo da agência contratada	moradores da região, usuários de água, empresas baseadas na região.	regularizar o maior número possível de usuários de água na região.
Infográficos mensais de utilidade pública	Criar correlação entre o trabalho do comitê e o cotidiano	O que um hábito constante de desperdício pode gerar em 10 anos / Você sabia que o seu desperdício de água	Educação e comunicação	escopo da agência contratada	público em geral	Conscientização e uso racional da água na região

		mensal pode encher X piscinas olímpicas?				
Série digital sobre o desperdício de água no verão	produção de série digital com dicas e cuidados que a população deve ter nesta época do ano	aproveitar o período de calor, em que o consumo de água aumenta, para trazer dicas e informações para reforçar as mensagens de cuidados	Uso racional da água	escopo da agência contratada	população local, turistas, hotelaria da região	Conscientização da população e dos turistas a respeito do desperdício de água nesta época do ano, em que o consumo tende a aumentar
Desenvolvimento de conteúdos voltados para o mês de março, período de enchentes	mostrar o impacto provocado por temporais e enchentes neste período do ano	levantamento e divulgação de trabalhos realizados pelo comitê e parceiros, na região, para evitar que ocorram enchentes.	Articulação para mitigação de impactos	escopo da agência contratada	população em geral	mostrar o que muda nesse período e o que pode ser feito para evitar enchentes e tragédias locais. Conscientização mitigação de impactos
Saúde x água	mostrar a importância dos cuidados com a água para a manutenção da boa saúde da população	apresentar um raio x da saúde das populações que receberam ações do comitê, apresentar dados que mostrem a melhoria nos serviços locais e nos índices de saúde	Educação e comunicação	escopo da agência contratada	população em geral	Mostrar o impacto das ações realizadas pelo comitê na qualidade de vida das populações atendidas pelos projetos.
Criação da série digital "O Rio que eu vi"	Criação de série digital, trazendo personagens da região contando histórias de rios que não existem mais	aproveitar histórias e personagens da região para reforçar os cuidados com a preservação ambiental	Educação e comunicação	escopo da agência contratada	população em geral, audiência das redes, formadores de opinião	Preservação ambiental

Collabs com eventos, indústrias e parceiros da região	divulgar parcerias, entregas e eventos realizados com outros órgãos, empresas e projetos parceiros	ampliar a audiência e o conhecimento a respeito do trabalho realizado pelo comitê	Articulação com órgãos gestores Articulação com atores estratégicos	escopo da agência contratada	público em geral, seguidores das redes sociais	Aumentar a base de seguidores Ampliar o alcance das publicações Ampliar o conhecimento a respeito dos trabalhos realizados pelo comitê
Saneamento Básico e despoluição	utilizar as redes sociais para mostrar como as ações do comitê, como a chegada de sanitários à diversas comunidades, têm levado saúde e qualidade de vida	Expansão do sistema de esgoto para área como Japuíba e Frade, foi vista como melhoria significativa. Aproveitar exemplos para fazer links com as ações do comitê	Esgotamento sanitário	escopo da agência contratada	população da região de Angra dos Reis	Reforçar a imagem do comitê como instrumento de mudanças e melhorias para a região Conscientização
Crise Hídrica	campanhas de economia de água e apresentação de alternativas de reaproveitamento de água em regiões como Mangaratiba e Angra dos reis	A crise hídrica evidenciou a falta de infraestrutura adequada para captação e armazenamento de água nas quatro regiões da Costa Verde	Uso racional da água Plano de Recursos hídricos	escopo da agência contratada	população em geral	Ampliar o conhecimento sobre alternativas sustentáveis de captação e reúso de água, como, por exemplo, o projeto de captação de água de chuva, em parceria com o CEFET.
Turista legal	série de conteúdos nas férias e feriados com dicas para os visitantes usufruírem o local (meio ambiente) de forma consciente	A pressão turística sobre áreas naturais, como a Ilha Grande, gerou preocupações sobre o equilíbrio entre o turismo e a preservação ambiental, com chamadas	Práticas sustentáveis para o turismo	escopo da agência contratada	Turistas, visitantes, rede hoteleira	Educação ambiental e promoção das áreas de preservação como locais que trabalham pelo turismo sustentável.

		ação para controlar o número de visitantes.				
Glossário	conteúdos que “traduzam” termos técnicos utilizados pelo Comitê.	Como se tratam de assuntos e termos técnicos, a audiência tem dificuldade em trazer para o dia a dia	Educação e comunicação	escopo da agência contratada	população em geral, seguidores das redes sociais	Gerar aproximação com a audiência Humanizar o conteúdo Despertar o interesse de novos membros
Educação ambiental	Desenvolvimento de conteúdos para a editoria “Não Vem da Torneira”, mostrando o fluxo da água até chegar à torneira das casas, e a complexidade desse processo.	Crise hídrica que afetou e afeta a região	Educação e comunicação Uso racional da água	escopo da agência contratada	população em geral, moradores e visitantes	Reforçar a importância do uso consciente da água

Sugestão de kits e ativações

O material pode ser utilizado em campanhas, enviados para a imprensa, rede hoteleira e membros. Os valores não estão disponíveis, pois podem variar de acordo com o material escolhido, quantidade e período do ano que serão produzidos.



Caixa com o mapa da bacia e todo o ciclo da água



Ativação que pode ser realizada em parceria com a empresa Águas de Paraty, por exemplo, durante a Flip

ANEXO I

Campanhas | Conscientização Ambiental

Campanhas | Conscientização Ambiental

Objetivo:

Apresentar as propostas, desenvolvidas dentro do escopo do Plano de Comunicação do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, com ênfase na conscientização ambiental e engajamento da comunidade local e demais públicos de interesse na preservação e gestão sustentável dos recursos hídricos da região.

Projeto de Educação Ambiental e Valorização do Turismo Consciente

Introdução

O projeto visa integrar o fortalecimento do patrimônio cultural e natural das comunidades tradicionais da região da Bacia da Ilha Grande (BIG), abordando a importância das práticas sustentáveis de turismo. As comunidades tradicionais têm um papel histórico na preservação do meio ambiente e na conservação da biodiversidade, sendo fundamentais como “guardiões” do patrimônio natural. Essa abordagem se alinha a pautas atuais que promovem o turismo sustentável e o combate ao turismo predatório, bem como estão entre os tópicos relevantes e mais abordados em foros internacionais, como a COP 2024 e o G20.

Objetivos

1. **Fortalecimento e Posicionamento Institucional:** Estabelecer e consolidar a BIG como referência em estímulo a práticas sustentáveis de turismo para a conservação dos recursos hídricos.
2. **Divulgação e Gestão Participativa:** Sensibilizar as comunidades sobre a importância de uma gestão participativa, promovendo o Comitê da Bacia como um espaço onde todos podem contribuir para a conservação das águas.
3. **Boas Práticas para a Utilização e Conservação dos Recursos Hídricos e Turismo Sustentável:** Incentivar práticas conscientes no uso dos recursos hídricos e no turismo, destacando a responsabilidade coletiva.

4. **Engajamento de Instituições Locais:** Aumentar a participação de instituições/empresas no Comitê da Bacia, incentivando práticas ambientais e sociais adequadas.
5. **Educação Ambiental Integrada ao Turismo Comunitário:** Fortalecer ações de conscientização e educação ambiental junto aos projetos de turismo de base comunitária, promovendo uma perspectiva de conservação regional.

Ações Propostas

Série Educativa “A Bacia é Nossa”

Objetivo: Criar uma série educativa interativa e acessível, voltada tanto para a população local quanto para os turistas, com o intuito de conscientizar sobre a importância da preservação das nascentes, bacias hidrográficas e os impactos da ação humana no ciclo da água. A série será integrada aos roteiros turísticos de base comunitária, permitindo um aprendizado contínuo e participativo. A duração será de um ano e passaremos pelos principais pontos da bacia, apresentando os principais pontos, queixas, habitantes locais e ecossistema presente na região.

Atividades:

Mapeamento dos principais pontos da Bacia

- **Produção de Conteúdo Educativo:** Criar materiais educativos multimídia (vídeos, cartilhas, infográficos) que expliquem a importância das águas na região. Desenvolvimento de vídeos, com um episódio para cada região, apresentando os pontos acima. O tom é leve e o material será desenvolvido com imagens do nosso banco de imagens. Um barquinho digital mostrará todo o caminho da bacia de forma lúdica e didática. Os vídeos poderão ser utilizados em aulas e auxiliarão os moradores e turistas a conhecerem mais a fundo a região;
- **Desenvolver um roteiro turístico** que inclua as principais nascentes e corpos d'água da BIG, explicando o ciclo da água, a interconexão das bacias e a importância de cada local para o ecossistema local. Os roteiros serão apresentados nas redes sociais do Comitê e em matérias provocadas na

imprensa. O material será digitalizado e disponibilizado no site do Comitê, para que possa ser baixado pela rede hoteleira da região, moradores e turistas.

- **Integração com os Roteiros Turísticos:** Articular os roteiros turísticos existentes na região com os temas abordados pela série "Caminho das Águas". Cada local de visitação incluir  uma abordagem sobre os desafios enfrentados pela região em rela o   gestão da água e o impacto do turismo no ciclo hídrico. Entrevistar de forma online personagens que possam trazer boas discussões sobre o assunto, apresentando solu es e promovendo diálogo com a sociedade sobre as questões da bacia.
- **Oferecer espaço para que as comunidades locais compartilhem seus conhecimentos tradicionais sobre o manejo da água e suas práticas sustentáveis.** Isso promover  a valoriza o das culturas e o empoderamento das comunidades como guardiões dos recursos hídricos. Articularemos com a Fiocruz e FUNAI, para que possamos garantir a melhor forma de execu o desta parte do projeto.
- **Divulgar o lançamento da nova cartilha e articular conversas com a Secretaria Municipal de Educa o dos três municípios.** O objetivo   sensibilizar os alunos sobre a importância da preserva o dos recursos hídricos, uso consciente de água e saneamento, incentivando práticas que minimizem o impacto ambiental na comunidade. As cartilhas trarão sugestões de aulas para os alunos, a es internas e a possibilidade da participa o no passeio "Caminho das  guas" para a escola que comprovar o engajamento na campanha.
- **Campanhas de Conscientiza o sobre o Uso Responsável da  gua:** Utilizar os roteiros turísticos para divulgar práticas de consumo responsável de água, como o reaproveitamento, redu o do desperdício e cuidados com a polui o dos corpos d' gua. Nesta fase, também falaremos sobre outorgas, campanha para novos membros e sobre o papel dos Comitês de Bacia.

3. Ações Complementares de Educação Ambiental

Objetivo: Expandir a conscientização ambiental e envolver a comunidade e os turistas em práticas sustentáveis que vão além do turismo de base comunitária, com foco na preservação das águas.

Atividades:

- **Promoção de Soluções Sustentáveis para o Uso da Água:** Incentivar a adoção de tecnologias sustentáveis, como sistemas de captação de água da chuva e filtros naturais, tanto em residências quanto nos estabelecimentos turísticos da região. Chamar os hotéis para uma roda de conversa, online, onde eles poderão abordar as suas principais questões e que tipo de investimento precisam para solucionar a questão (água quente nos chuveiros, por exemplo). A longo prazo, evoluir para a criação de um selo que chancele que as boas práticas estão sendo realizadas e que possa ser utilizado nos materiais de promoção dos hotéis;
- **Monitoramento e Avaliação:** Criar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto da série educativa e das atividades de turismo sustentável na percepção dos turistas e na melhoria das práticas de conservação hídrica pela comunidade.

Atividades Operacionais:

1. **Identificação da Comunidade:** Escolher comunidades com características adequadas para o projeto, como proximidade com nascentes ou áreas de interesse ambiental e engajamento em práticas de sustentabilidade.
2. **Planejamento das Atividades:** calendário, logística e recursos
3. **Desenvolvimento de Roteiros Comunitários:** Trabalhar com os membros da comunidade e do próprio CBH-BIG para criar o roteiro, incluindo atividades educativas para turistas sobre o ciclo da água, preservação e impacto do

turismo consciente.

4. **Execução da Atividade:** realização de 1 passeio guiado pelos membros da comunidade de, com a presença do BIG e turistas. Os participantes serão escolhidos por meio de sorteios em pousadas, comunidades e escolas. Fechar parceria com o INEA para viabilização dos barcos. Verificar a possibilidade de empresas membros do CBH-BIG fornecerem lanche e deslocamento até o local de partida dos barcos. A ação será o fechamento da atividade e convidaremos a imprensa para cobrir.

Projeto de Educação Ambiental Nas Escolas – Cartilha e sugestão de aulas

Introdução

Este projeto visa desenvolver ações de educação ambiental voltadas para a compreensão e mitigação da crise hídrica e a promoção de práticas sustentáveis de saneamento básico. Com foco na crise de estiagem de 2024, o projeto abordará aspectos como o racionamento de água, os impactos nas áreas periféricas e a importância da infraestrutura de saneamento e despoluição.

Objetivos

1. **Incorporar a Educação Ambiental no Ambiente Escolar Formal:** Integrar o tema da crise hídrica e saneamento básico nos projetos político-pedagógicos das escolas, abordando esses temas de forma contínua e prática.
2. **Promover a Conscientização e a Participação Ativa dos Alunos:** Sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação dos recursos hídricos, uso consciente de água e saneamento, incentivando práticas que minimizem o impacto ambiental na comunidade.

Temas sugeridos

1. Crise Hídrica e Estiagem

- **Aulas Temáticas:** Abordar a história da crise hídrica e o contexto de 2024, destacando a seca que levou ao racionamento de água em diversas áreas, como

Japuíba e Bracuí, e as medidas emergenciais com caminhões-pipa.

- **Discussão sobre o Impacto nas Periferias:** Analisar como áreas afastadas, como o Parque Mambucaba, enfrentaram até 10 dias sem água, promovendo um debate sobre desigualdade no acesso e a necessidade de soluções efetivas.
- **Estudo de Caso sobre Infraestrutura:** Explorar a falta de investimentos em infraestrutura de captação e armazenamento de água nas cidades da Costa Verde, incentivando os alunos a pensarem em soluções para o problema.

2. Saneamento Básico e Despoluição

- **Aulas sobre Obras de Saneamento:** Apresentar a importância da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e das estações elevatórias, discutindo o impacto da despoluição e a restauração da balneabilidade das praias.
- **Projeto de Expansão do Saneamento:** Explicar a expansão do sistema de esgoto em áreas periféricas e seu impacto nas águas.
- **Discussão sobre Despejo Ilegal de Esgoto:** Abordar as consequências ambientais e sociais do despejo ilegal de esgoto, incentivando os alunos a refletirem sobre a importância de fiscalização e cumprimento das leis.

Atividades Operacionais:

1. **Preparação do conteúdo programático:** Etapa de elaboração do PPP (incentivar os professores para atuarem como multiplicadores do conhecimento sobre recursos hídricos e conservação ambiental, incluindo a educação ambiental no projeto político pedagógico escolar).

Etapas Executivas:

1. **Elaboração Conceitual do Material:** conteúdos principais, objetivos educacionais, referências conceituais.
 2. **Desenvolvimento do Material Didático e Metodologias Utilizadas:** material didático (Cartilhas educativas, infográficos, vídeos e guias de atividades práticas), metodologias, atividades em grupo, oficinas práticas.
-

Resultados Esperados

Com a implementação dos projetos de educação ambiental voltados para escolas e comunidades tradicionais, espera-se criar um ecossistema de conscientização ambiental integrado, onde a população local e os turistas compreendam e valorizem a importância dos recursos hídricos da região da Baía da Ilha Grande.

- **Educação Ambiental nas Escolas: Fortalecimento Local**

O projeto destinado às escolas busca sensibilizar os jovens da população local para os desafios ambientais que afetam diretamente suas comunidades, como a crise hídrica, saneamento e a importância da conservação dos ecossistemas hídricos. Esse componente local visa formar cidadãos ambientalmente conscientes, que compreendam o papel essencial dos recursos naturais para o seu bem-estar e que estejam preparados para adotar e promover

- **Educação Ambiental nas Comunidades Tradicionais: Cultura de Turismo Responsável**

Paralelamente, o projeto focado nas comunidades tradicionais é voltado para os turistas e tem como objetivo promover uma cultura de turismo responsável. Por meio de roteiros de base comunitária, os visitantes terão a oportunidade de vivenciar o território de forma consciente, aprendendo sobre o ciclo da água e as práticas de conservação adotadas pelas comunidades locais.

Esses roteiros permitirão que os turistas reconheçam a interdependência entre o turismo e a preservação dos recursos naturais, incentivando-os a valorizar as características ecológicas e culturais da região. Ao colocar as comunidades tradicionais como protagonistas das atividades de conscientização, o projeto reforça o papel dessas populações como “guardiãs” do patrimônio natural e cultural da região, fortalecendo a importância do turismo consciente.

- **Articulação e Complementaridade dos Projetos**

A complementaridade entre os projetos permite uma conscientização integrada: enquanto a população local ganha conhecimento e autonomia para lidar com problemáticas estruturais em seu território, os turistas são orientados a respeitar e

valorizar os recursos naturais e culturais ao longo de sua visita. Espera-se que essa abordagem conjunta crie uma cultura ambiental sólida, onde as práticas de preservação e uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se parte do cotidiano de ambos os públicos.

Cronograma executivo

	Nov/24	Dez/24	Jan/25	Fev/25	Mar/25 a Ago/25	Set/25	Out/ 25
Identificação dos públicos e planejamento macro							
Desenvolvimento/ aprovação das peças, material didático e roteiros							
Articulação com as Secretarias e empresas envolvidas							
Início do projeto							
Execução da Atividade final							
7. Relatórios, avaliação e desmobilização							

Anexo II

Lista de projetos de educação ambiental e reflorestamento

Cenário

A lista a seguir foi desenvolvida por meio de pesquisas e entrevistas, realizadas na fase de imersão do plano de comunicação. Nesta fase, identificamos os principais programas de educação ambiental e reflorestamento existentes na bacia e que teriam sinergia com os projetos desenvolvidos pelo CBH-BIG. Realizaremos uma reunião para alinhamento de ações e campanhas conjuntas.

Cabe salientar que este será um documento vivo, cabendo consultas periódicas e ajustes necessários para que permaneça atualizado.

Link do documento:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1y8osLLuY1gLEF6ePo8H_8FNd0s3d81J1MaCzpB1IPQs/edit?gid=0#gid=0



ANEXO IV - DETALHAMENTO FINANCEIRO
INDICADORES 4 E 5
2024
CG INEA 068/2022



CBH	Objeto	Total comprometido (R\$)	Natureza do comprometimento do recurso	Enquadramento da despesa	Ano de assinatura do instrumento	Descrição sucinta
Guandu	Ajuda de Custo - Membros do Comitê	27.535,98	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A	Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
Guandu	Deslocamento Terrestre - Membros do Comitê	988,95	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A	Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
Guandu	Deslocamento Aéreo - Membros do Comitê	7.580,56	Desembolsado	Custeio Comitê	2022	Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
Guandu	Capacitação - ABRHIDRO	2.754,00	Desembolsado	Finalística	2024	Ação de Capacitação.
Guandu	Prestação de serviços de coffee e buffet em eventos e capacitações.	16.120,00	Desembolsado	Finalística	2023/2024	Ação de Capacitação. Globoline Festas Ev.Cult.Ltda - Prestação de serviço de coffee-break para evento - CT 059/2023. Celia Maria de Barros - Serviço de Coffee break - CT 030/2024
Guandu	Locação de ônibus para visita técnica no Complexo de Lages (LIGHT).	1.500,00	Desembolsado	Finalística	2023	Ação de Capacitação. Rio Transporte - Transporte da visita técnica dos membros do Comitê.
Guandu	LR da Motta Marketing e Publicidade Ltda - Contratação de plataforma online com recursos de videoconferência, transmissão online e armazenamento em nuvem	1.245,48	Desembolsado	Finalística	2023	Ações de apoio ao funcionamento do Colegiado e para mobilização e capacitação
Guandu	Divulgação e publicidade. Domínio dos sites dos colegiados.	112,00	Desembolsado	Finalística	2022	Ações de apoio ao funcionamento do Colegiado. Publicidade e transparência. Nucleo de Informação NIC.BR- Domínios dos sites.
Guandu	SH Caetano Serv.Inf.Com.Ltda - Prestação de serviços de manutenção e atualização de sites	5.364,6	Desembolsado	Finalística	2022	Manutenção e hospedagem do site do CBH Guandu
Guandu	Estúdio e produção do Podcast "Quanto Vale a Água?"	2.500,00	Desembolsado	Finalística	2023	Gravação e edição da série de Podcast do Colegiado. Capuzzo Produções - Estúdio de gravação, produção e edição - CT 026/2024.
Guandu	Bumerangue Produções - Prestação de serviço especializado em comunicação para a implementação e operacionalização do plano de comunicação do Comitê Guandu-RJ	491.448,54	Desembolsado	Finalística	2022	Implementação das ações previstas no Plano de Comunicação (redes sociais, projetos, podcast, etc)
Guandu	Coan Industria Gráfica Ltda - Aquisição de materiais de divulgação institucional do Comitê Guandu - CT 020/2022	17.425,00	Desembolsado	Finalística	2022	Produção de Material Institucional para mobilizações e capacitações
Guandu	Nininha Comunicação - Materiais de divulgação institucional do Comitê Guandu	4.361,00	Desembolsado	Finalística	2022	Produção de Material Institucional para mobilizações e capacitações
Guandu	Ecovale Consultoria - Ações de restauração ecológica de 44,87 ha em Rio Claro-RJ Brasil	747.122,08	Desembolsado	Finalística	2023	Restauração ambiental de propriedades integrantes do programa Produtores de Água e Floresta.
Guandu	Elaboração dos Planos Municipal de Mata Atlântica e do Plano Diretor Florestal da RH II	306.008,69	Desembolsado	Finalística	2020	Elaboração dos Planos Municipal de Mata Atlântica e do Plano Diretor Florestal da RH II
Guandu	Contratação de Temporários (Infraestrutura Verde)	1.915,28	Desembolsado	Finalística	2022	Edital de seleção para profissionais de apoio aos Projetos da agenda de infraestrutura verde.
Guandu	MYR Proj - Elaboração dos programas municipais de educação ambiental e do plano de educação ambiental da região hidrográfica II	147.516,89	Desembolsado	Finalística	2021	Elaboração dos programas municipais de educação ambiental da região hidrográfica II
Guandu	Apoio ao ECOB Rio de Janeiro	24.659,57	Desembolsado	Finalística	2022	Ação de Capacitação
Guandu	SIGA Guandu	361.597,33	Desembolsado	Finalística	2020/2024	Manutenção e desenvolvimento de novos módulos da plataforma.
Guandu	Site gesti aguas	3.425,26	Desembolsado	Finalística	2024	Plataforma de monitoramento e informação elaborada através do projeto interagências (BrasixFrança).
Guandu	Localiza Rent a Car - Locação de veículo	8.000,00	Desembolsado	Finalística	2023	Locação de veículo para visitas técnicas e acompanhamento de obras e projetos.
Guandu	Contratação de Temporários (Técnico e Especialista Administrativo)	2.741,31	Desembolsado	Finalística	2022	Edital de seleção para profissionais de apoio aos Projetos no âmbito do Sanear.

CBH	Objeto	Total comprometido (R\$)	Natureza do comprometimento do recurso	Enquadramento da despesa	Ano de assinatura do instrumento	Descrição sucinta
Guandu	Gerenciadora de Obras de Esgotamento Sanitário (Sanear Guandu)	3.178.619,87	Desembolsado	Finalística	2022	Gerenciamento das obras no âmbito do programa Sanear
Guandu	Execução de Obras de Esgotamento Sanitário (Sanear Guandu)	11.287.851,94	Desembolsado	Finalística	2021	Execução das obras no âmbito do programa Sanear
Guandu	Caixa Econômica Federal - Prestação de serviços técnicos destinados a apoiar a implementação de políticas públicas	33.168,53	Desembolsado	Finalística	2023	Prestação de serviços técnicos destinados a apoiar a implementação de políticas públicas
Guandu	Gerenciadora do Sanear	268.645,75	Contratado	Finalística	2022	Execução referente a dezembro de 2024.
Guandu	Projeto Observatório da Bacia	16.086.868,20	Contratado	Finalística	2024	Resolução COMITÉ GUANDU-RJ nº 179 de 22 de setembro de 2023. Parceria realizada com o INEA para a instalação de 80 estações de monitoramento qualitativo na RH II, através do Acordo de Cooperação Técnica Nº 11/2024/2024. Recurso não repassado em 2024 devido ao risco de desvinculação.
Guandu	Ecovale Consultoria - Ações de restauração ecológica de 44,87 ha em Rio Claro-RJ Brasil	103.000,00	Contratado	Finalística		Execução referente a dezembro de 2024.
Guandu	Gerenciadora do PAF	270.525,47	Contratado	Finalística	2024	Gerenciadora do PAF (indicador 3). Execução referente a novembro e dezembro de 2024.
Guandu	Custeio da Entidade Delegatária	3.754.596,98	Desembolsado	Custeio da ED	2024	Custeio da Entidade Delegatária (Salário, alugueis, manutenção, deslocamento, etc).
BIG	Ajuda de Custo - Membros do Comitê	42.600,00	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A	Recurso utilizado pelos membros em ajudas de custo e reembolsos referentes à hospedagem e alimentação. Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
BIG	Deslocamento Terrestre - Membros do Comitê	446,50	Desembolsado	Custeio Comitê	N/A	Recurso utilizado pelos membros para fomento ou reembolso de deslocamento terrestre. Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
BIG	Bilacorp Viagens Corporativas - Passagem aérea	13.929,41	Desembolsado	Custeio Comitê	2022	Recurso utilizado pelos membros para deslocamento em transporte aéreo. Ações de suporte ao funcionamento do Comitê
BIG	Contratação de plataforma online com recursos de videoconferência, transmissão online e armazenamento em nuvem	1.245,48	Desembolsado	Finalística	2023	Ações de apoio ao funcionamento do Colegiado e para mobilização e capacitação. LR da Motta Marketing e Publicidade Ltda - Plataforma online com recursos de videoconferência - CT 054/2023
BIG	Capacitação: apoio ao ECOB	1.232,98	Desembolsado	Finalística	2024	Ação de Capacitação. Serviço de alimentação para o XI ECOB - CT 4.104.050.1.01.017.00.2024
BIG	Serviço de Coffee Break para Reunião	1.633,00	Desembolsado	Finalística	2023	Ações de apoio ao funcionamento do Colegiado e para mobilização e capacitação. ACSA da Silva Ramos - Serviço de Coffee Break para Reunião
BIG	Serviço de Coffee Break para Reunião	12.950,00	Desembolsado	Finalística	2024	Ações de apoio ao funcionamento do Colegiado e para mobilização e capacitação. Tiago Rolim da Silva Campos - Serviço de Buffet - CT 4.103.090.1.01.023.00.2024
BIG	SH Caetano Serv.Inf.Com.Ltda - Prestação de serviços de manutenção e atualização do site do Comitê Baía da Ilha Grande	5364,6	Desembolsado	Finalística	2022	Manutenção e hospedagem do site do CBH BIG
BIG	Produção de vídeos de educação ambiental.	8.800,00	Desembolsado	Finalística	2024	Elaboração e execução do plano de comunicação com ênfase em educação ambiental. Danthi Comunicações - Plano de comunicação - CT 4.103.086.1.01.033.00.2024
BIG	Plano de Comunicação com ênfase em educação ambiental. Boletim CBH BIG	54.938,57	Desembolsado	Finalística	2024	Elaboração do PMSB de Angra dos Reis
BIG	Plano de Comunicação com ênfase em educação ambiental. Boletim CBH BIG	8.730,00	Contratado	Finalística	2024	Entregue e aprovado em dezembro de 2024.
BIG	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis-RJ - Repasse de recursos ao município de Angra dos Reis vinculado a ação do PRH-BIG 2.1.1 ampliação da coleta e tratamento de esgoto, hierarquizada no Manual Operativo (MOP) e incluída na Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) para 2023, para execução do "Sistema de esgotamento sanitário de Japariz, Ilha Grande".	832.338,26	Contratado	Finalística	2023	Repasse de recursos para a implementação do sistema de esgotamento em Japariz, na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ.
BIG	Fabricio Pimenta - Contratação de empresa especializada para elaboração do manual operativo do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande	8.550,25	Desembolsado	Finalística	2021	Elaboração do MOP PRH BIG
BIG	SIGA BIG	15.619,79	Desembolsado	Finalística	2020	Manutenção e desenvolvimento de novos módulos da plataforma. Codex Remote - Gerenciar o Sistema Integrado de Gestão de Águas SIGA - CT 012/2020
BIG	SIGA BIG	6.077,14	Desembolsado	Finalística	2024	Manutenção e desenvolvimento de novos módulos da plataforma. K2FS- Serviços de administração do Sistema Integrado De Gestão das Águas (SIGA) - CT 4.000.074.1.01.024.00.2024
BIG	Saneamento ecológico na Aldeia Sapukai	309.098,05	Desembolsado	Finalística	2024	Acordo de parceria para implementação de soluções de esgotamento sanitário ecológico na comunidade indígena Guarani Sapukai. FIOTEC - Projeto saneamento ecológico - Acordo de Parceria 204/2024.
BIG	Projeto de extensão Bacia Escola Do Retiro: educação ambiental, ciência cidadã, resiliência a desastres e sustentabilidade.	300.000,00	Contratado	Finalística	2024	Convênio de transferência de recursos para apoio do projeto de extensão "Bacia Escola do Retiro: educação ambiental, ciência cidadã, resiliência". Desenvolvido pela UFF Retiro, no município de Angra dos Reis/RJ.
BIG	Custeio da Entidade Delegatária	334.711,05	Desembolsado	Custeio da ED	2024	Custeio da Entidade Delegatária (Salário, alugueis, manutenção, deslocamento, etc) Obs.: valores da arrecadação aprovados pelo PAP e CFHUR.

CBH	Enquadramento da despesa	Total comprometido (R\$)	Total desembolsado (R\$)	Total contratado (R\$)
Guandu	Finalística	32.732.325,57	16.645.547,40	16.729.039,42
Guandu	Custeio Comitê	36.105,49	36.105,49	0,00
Guandu	Custeio Delegatária	3.754.596,98	3.754.596,98	0,00
BIG	Finalística	718.197,18	721.858,61	63.868,57
BIG	Custeio Comitê	56.975,91	56.975,91	0,00
BIG	Custeio Delegatária	334.711,05	334.711,05	0,00



Comitê de Bacia
Hidrográfica da
Baía da Ilha Grande

 Dezembro 2024

EDIÇÃO 01

BIG Notícias





Com a palavra o presidente



Somos BIG e sempre seremos!

Chegamos ao fim de mais um ano e o sentimento é somente um: dever cumprido. Atravessamos grandes desafios, nos mantivemos unidos e com a certeza de que caminhamos para avanços extraordinários em prol da Bacia da Ilha Grande. Apenas em 2024, concluímos as obras de sanitários para Ponta Negra, Praia Vermelha e Aldeia Araponga, levando dignidade para diversas pessoas. É um marco na nossa história e trará diversos benefícios a longo prazo, tanto para a bacia quanto para quem vive em seu entorno.

Lançamos o edital do Sanear BIG, para identificação de áreas onde podemos atuar. Firmamos convênio com instituições renomadas, como a Fiocruz e a UFF (Universidade Federal Fluminense). Também ampliamos o monitoramento da nossa área de atuação, contratamos uma empresa de comunicação e tantos outros projetos foram executados com maestria pelo nosso colegiado e parceiros. Em 2025, continuaremos a articulação em prol dos projetos previstos no Plano de Recursos Hídricos e no PAAD, evoluindo na gestão e aplicando os recursos da cobrança nas ações previstas.

Como diretor-presidente, gostaria de agradecer a colaboração de todos e manifestar a minha imensa admiração pela nossa união. Este sentimento tão mencionado em festas de fim de ano, para nós, é rotineiro e faz parte do nosso DNA.

Feliz 2025, amigos!

Sigamos fortes e em prol do nosso maior recurso: **a água.**

PAULINHO TARITUBA

Diretor-presidente do CBH-BIG



Por Dentro Da Bacia

ONU-Habitat premia Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande por programa de saneamento ecológico

O Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande foi premiado pela ONU-Habitat no Concurso de Boas Práticas do Desafio dos ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). O anúncio foi feito em novembro, durante o evento Conexão 2030, realizado em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na Zona Portuária do Rio.

A instituição foi premiada na categoria Integração Regional pelo programa de saneamento ecológico que viabiliza o tratamento de efluentes domésticos em áreas rurais e isoladas da Baía da Ilha Grande às comunidades tradicionais.

O projeto, que contou com parceiros como Fiocruz e prefeituras, busca reduzir a poluição hídrica, melhorar a saúde pública e capacitar as comunidades para autogerir seus sistemas de saneamento.



Mais de R\$ 3 milhões investidos na região nos últimos cinco anos

Nos últimos cinco anos, já foram destinados mais de R\$ 3 milhões em ações como saneamento (básico, ecológico e rural) e conservação da biodiversidade com impacto direto nas águas e qualidade de vida de moradores da região, como indígenas, quilombolas e caiçaras.

Ao longo de 13 anos de atuação, o BIG já esteve à frente de importantes projetos, como o Saneamento Ecológico da Aldeia Araponga, desenvolvido em parceria com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Fiocruz. Essa iniciativa levou esgotamento sanitário adequado e tratamento de esgoto à aldeia indígena que fica em Paraty/RJ.

Outra ação de destaque é o esgotamento sanitário nas localidades de Japariz, na Ilha Grande e em Ponta Negra, ambos localizados em Angra dos Reis. Essas localidades, atualmente, não são atendidas pelo serviço público ou privado. A iniciativa irá levar esgotamento sanitário adequado e qualidade de vida a 181 famílias, cerca de 720 pessoas.

Balanço: fique por dentro das nossas entregas em 2024

Conclusão das Obras (Aldeia Araponga, Ponta Negra e Praia Vermelha)

Convênio com a FIOCRUZ- Saneamento Ecológico - Aldeia Sapucaí

Convênio UFF (Bacia Escola)

Lançamento do Edital SANEAR BIG para identificação de Áreas

Contrato com a Danthi Comunicação

Ampliação do Monitoramento da RH I



O rio que eu vi

Eng. Cesar Bassi, diretor do Comitê de Bacia Hidrográfica Baía da Ilha Grande

Banqueta: O mistério do rio que sumiu

O Rio da Banqueta e sua barragem desempenham um papel essencial no abastecimento hídrico de Angra dos Reis, fornecendo água para aproximadamente 60% da cidade. A Banqueta abastece regiões fundamentais, como o centro da cidade, Grande Japuíba, Balneário, Parque das Palmeiras, além de diversos morros e bairros adjacentes. Nessas áreas, concentram-se as principais atividades econômicas, sociais e comerciais do município, o que resulta em uma sobrecarga diária neste recurso. Mesmo assim, poucas pessoas sabem da sua importância e seguem acreditando que a água seja um recurso infinito ou que venha diretamente da torneira, uma utopia que não nos cabe mais. Se formos analisar friamente, a água não é utilizada somente para beber, temos o uso comercial, sanitário e tantos outros. Uma diminuição gradativa pode gerar questões humanitárias graves e todos os cenários são ruins, como o aparecimento de mais doenças.

Atualmente, a região está tomada por construções residenciais que crescem a cada dia, e o pior, desenvolvidas por cima do leito do rio. Para intensificar a questão, a população aumenta, o turismo se intensifica em determinadas épocas do ano e, conseqüentemente, a água se torna cada vez mais escassa. Não posso dizer, por exemplo, que nadei neste rio, mas o entorno mudou drasticamente. Trabalhei nesta região há 30 anos e já era um recurso sacrificado. No final de 2023, por conta de um programa de monitoramento que fizemos no CBH-BIG, precisei retornar ao local e tive uma triste surpresa: não se vê mais o rio, somente casas e a captação. O que estava ruim se tornou impraticável e, sem querer parecer alarmista, uma bomba relógio, com potenciais impactos críticos à sustentabilidade hídrica e ao equilíbrio ecológico da região.

Plantar árvores, recuperar mata, gastar menos água..., muitas são as formas de recuperar um corpo hídrico e preservar a fauna e flora. Ainda há tempo, sem dúvida. Costumo dizer que “água é igual dinheiro: ou você ganha mais ou gasta menos”. Você pode ganhar mais água? Sim. Com reflorestamento, por exemplo, mas ainda sim temos que gastar menos, ter um uso racional e um sistema de distribuição com menos perdas no sistema de abastecimento. Cada um tem que fazer a sua parte na sua casa, fechar a torneira, preservar áreas de recarga, reflorestar mudar o comportamento e a nossa relação com a água.

O plano diretor, o município, os cidadãos, toda a sociedade não podem mais conviver com essa situação, novos e velhos empreendimentos devem rever seus consumos e buscar fontes alternativas e inovação, o uso racional, combate ao desperdício reuso... Não quero parecer alarmista, mas a situação atual não pode continuar!

Quando os nossos pais ficam velhos, começamos a olhar tudo o que poderíamos ter feito antes. A gente sempre acha que eles estarão sempre disponíveis. O rio é assim. Ele está ficando velho, mas ainda dá tempo, não de aproveitarmos os últimos momentos, mas de recomeçar. O ser humano a gente perde, infelizmente, mas o rio dá para voltar. Ainda tem tempo de conviver de uma forma diferente.

A frase de Guimarães Rosa cabe bem aqui:



Liberdade, água e saúde a gente só dá valor quando se perde”. E eu coloco as nossas mães nesse contexto. Água, liberdade, saúde e mãe a gente só dá valor quando perde.”

Podem achar que estou apelando para o que há de mais sagrado para nós que são nossas mães, podem apostar que estou, a natureza é nossa mãe e os rios e uma fonte de expressão da natureza como nossas mães se doam a vida inteira por nós, só querem nosso bem, como os rios, vamos nos reencontrar com eles e seguir a vida juntos.



Povos da Bacia

Para inaugurar a editoria "Povos da Bacia", trouxemos uma caiçara que transforma algas em um projeto que une gastronomia, turismo pedagógico, cultura e sustentabilidade

Com a palavra, Aparecida Ayres, fundadora do Algas na Mesa Paraty.

1. Conta um pouco sobre a sua história?

Aprendi a cozinhar com minha mãe e meus ancestrais, preservando receitas e modos de vida que refletem a essência da nossa cultura. Hoje, vejo na culinária algácea uma forma de honrar essas raízes enquanto contribuo para um futuro mais sustentável. Minha trajetória é marcada pelo amor à terra e ao mar, e é isso que busco compartilhar por meio do Algas na Mesa Paraty e minha imensa admiração pelo meu maretório (o equivalente marinho de "território").



2. O que seria o Algas na Mesa Paraty?

Trabalhamos com a produção e transformação da macroalga *Kappaphycus alvarezii* em diversos produtos culinários e educativos. Comercializamos nossos produtos em eventos locais, como festivais gastronômicos, no nosso Restaurante na Praia de São Gonçalo (@RanchoAyres) e também em parceria com instituições públicas e privadas, levando o sabor e o potencial das algas a um público diverso.

3. O que seria o Algas na Mesa Paraty?

Nossa relação é direta, pois utilizamos recursos marinhos de forma responsável, promovendo a economia azul e fortalecendo a relação entre a comunidade caiçara e o meio ambiente. Demonstramos como a *Kappaphycus Alvarezii* enriquece a culinária, promove saúde e apoia a economia azul de forma sustentável e inovadora.

4. A qualidade e quantidade de água na bacia impactam no seu produto final?

Sim, a qualidade da água é essencial para o cultivo das algas, pois são organismos altamente sensíveis às condições ambientais, como temperatura, salinidade e nutrientes. Qualquer desequilíbrio, como poluição ou mudanças abruptas, pode afetar diretamente a produtividade e a qualidade do nosso produto final.

Por isso, estamos sempre atentos à preservação da bacia, trabalhando com práticas sustentáveis e promovendo a conscientização ambiental na região, principalmente através da Associação de Moradores de São Gonçalo-AMOSG e do Coletivo de Turismo de Base Comunitária (TBC).

5. Como o projeto começou?

A inspiração veio das tradições caiçaras e da necessidade de fortalecimento e preservação do nosso maretório, no desejo de unir a riqueza natural da região ao potencial econômico das algas. Como cozinheira tradicional, sempre busquei inovar sem perder a essência das nossas raízes.

Por meio do curso de Extensão que fiz em 2021, pela UFRJ, coloquei em prática a curiosidade que ficou adormecida desde 2013, quando perguntei ao Professor Maulori Curié se dava pra ganhar dinheiro com a *Kappaphycus Alvarezii*. Esta foi a primeira turma de formados de um convênio firmado entre a Prefeitura de Paraty, Secretaria de Pesca e UFRJ.



Povos da Bacia

6. Quais são os próximos passos?

Estamos expandindo nossas ações com novos produtos, como a Cachaça Algácea, e fortalecendo parcerias estratégicas, tanto em Paraty quanto em outros estados. Também planejamos participar de mais eventos nacionais e internacionais para divulgar a algicultura e as possibilidades gastronômicas dessa prática. Além disso, buscamos fomentar o turismo pedagógico e levar a experiência com as algas a um público ainda maior, valorizando a educação e a preservação ambiental. Precisamos de parceiros que apoiem financeiramente essa ideia, para mantermos nossas águas limpas e uma economia azul local girando pra comunidade caiçara local.



K. alvarezii no Mundo

A alga *Kappaphycus alvarezii* é originária da fronteira marítima entre Indonésia, Filipinas e Malásia.

Na década de 70, foi introduzida em inúmeras regiões tropicais para fins de pesquisa e maricultura com objetivo de desenvolver uma indústria de cultivo comercial e processamento. Atualmente é cultivada em mais de 35 países: China, Japão, Micronesia, Fiji, Kiribati, Belize, Zanzibar, Cuba, Madagascar, Maldivas, Índia, Moçambique, Panamá, Ilhas Santa Lucía, Equador, Chile, Peru, Brasil etc.



Você sabia?



Rafting no rio e no mar

Os municípios que constituem o CBH-BIG são ricos em atrativos relacionados ao turismo hídrico. Para os adeptos do rafting, o Rio Mambucaba, que corta o Parque Nacional da Serra da Bocaina, é um passeio imperdível. Com exuberante mata ciliar e rodeado por paredões de pedra, o trajeto de águas cristalinas também passa por cachoeiras intocadas e permite que o praticante comece o seu trajeto ao longo dos rios e chegue ao mar

Por questão de segurança, recomendamos que o passeio seja feito por um guia turístico. A região possui diversas agências que oferecem o passeio, que pode variar de R\$100 a R\$300, por pessoa. .

Fique atento!

A alta temporada está chegando e a capacidade de carga de abastecimento de água e tratamento de esgoto são impactados drasticamente. Fique atento e economize água! Pequenas atitudes podem ajudar a manter nossos recursos para estas e próximas gerações.

Gostou do informativo?

Siga o CBH-BIG no Instagram (@cbh_big) e no Facebook (Facebook/cbhbig).

GUANDU

Sanear Guandu já beneficia 22 mil pessoas

*Amigos do Guandu em mais uma
edição de sucesso em escolas*

*Preservação, ciência e consciência
ambiental juntas no PAF*

*Comitê entrega os Planos Municipais
de Mata Atlântica para 12 municípios*



ABRIL 2024

Antonio Rodrigues Neto, morador
Foto: Andresa Alcoforado

COMITÊ GUANDU-RJ

• USUÁRIOS DE ÁGUA

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - Abastecimento
Mayná Coutinho

Rio Mais Saneamento
Nelson Ricardo da Silva Carvalho

Águas do Rio 4 SPE S.A.
Luiz Fernando Barroso Fabbriani

Fábrica Carioca de Catalisadores S.A - FCCSA
Celso Rodrigues da Silva Junior

TERNIUM Brasil Ltda
Bruno Martins da Rosa

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN
Marcelo Diab Elias Kaiuca

Associação das Empresas do Distrito Industrial de Queimados - ASDINQ
Rosana Viana Lima

Usinas Termelétricas Seropédica (UTE SRP) e Baixada Fluminense (UTE BF) - PETROBRAS S.A
Arthur Adelino de Freitas Cruz

Furnas Centrais Elétricas S.A.
Sérgio David

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - NUCLEP
Viviane Montebello Carvalhosa

Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV
Tiago de Lima Azevedo

IGUÁ Rio de Janeiro
Nathália Salustiano Vieira Bragança

BRASKEM
Luiz Carlos Xavier da Silva

Light Energia S.A
Thales dos Santos Fernandes

• SOCIEDADE CIVIL

Fed. Assoc. Moradores do Munic. Rio - FAM-RIO
Licínio Machado Rogério

Instituto de Direito Coletivo - IDC
Tatiana Quintela de Azeredo Bastos

OMA-BRASIL
Nelson Rodrigues dos Reis Filho

TNC - The Nature Conservancy
Hendrik Mansur

Defensores do Planeta
Mauro André dos Santos Pereira

Associação Civil Vale Verdejante
Denise Thomé da Silva

Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri - FAMEJA
Esdras da Silva

Instituto Brasileiro de Direito Ambiental - IBDA
Magno Neves Barbosa

Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias - FONASC
Uiara Martins de Carvalho

Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR
Luiz Carlos Estrella Sarmento

Assoc. Profissional Eng Florestal - APEFERJ
Gustavo Wyse Abaurre

Universidade de Vassouras - FUSVE
Cristiane de Souza Siqueira Pereira

Associação dos Gestores Ambientais do Estado do Rio de Janeiro-ANAGEA-RJ
Marcelo Danilo da Silva Bogalhão

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção Nova Iguaçu
Paola de Oliveira Souza

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES Seção RJ
Mickaela Midon da Paixão

Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro - AEARJ
Leonardo da Costa Lopes

• PODER PÚBLICO

P. M. de Miguel Pereira
Luiz Fernando Carvalheira

Fundação Instituto das Águas do Rio de Janeiro - RIOÁGUAS
Wanderson José dos Santos



P. M. Queimados
Andreia Loureiro
P. M. Rio Claro
Evandro da Silva Batista

P. M. de Itaguaí
Antonio Marcos Barreto

P. M. de Paracambi
Guilherme Alves Cardoso Moreira

P. M. de Nova Iguaçu
José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

P. M. de Barra do Pirai
Diogo Moraes de Souza

P. M. de Pirai
Mario Luiz Dias Amaro

P. M. de Seropédica
Flávia Constantino da Vitória

P. M. de Engenheiro Paulo de Frontin
Romário José Fernandes Candido

P. M. de Mendes
Zélia de Souza Pereira Raguzzoni

P. M. de Mangaratiba
Shayene Figueiredo Barreto

Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Luiz Constantino da Silva Junior

EMATER- RIO
José Geraldo Moreira Basílio

Secretaria de Estado de Turismo - SETUR
Helena Fortes de Freitas

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Ana Larronda Asti

P. M. de Vassouras
Nicole Aparecida Martins Klimko Fraguas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ
Karla Ayres de Lira

EMBRAPA SOLOS
Enio Fraga da Silva

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Agrobiologia
Luiz Fernando Duarte de Moraes

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Carlos José Saldanha Machado

Palavra da Diretora-Geral



Reservatório de Ribeirão das Lajes
Foto: Alex Ferro e Guillermo Plainel (acervo Comitê Guandu-RJ)



Mayná Coutinho, Diretora-Geral do Comitê Guandu

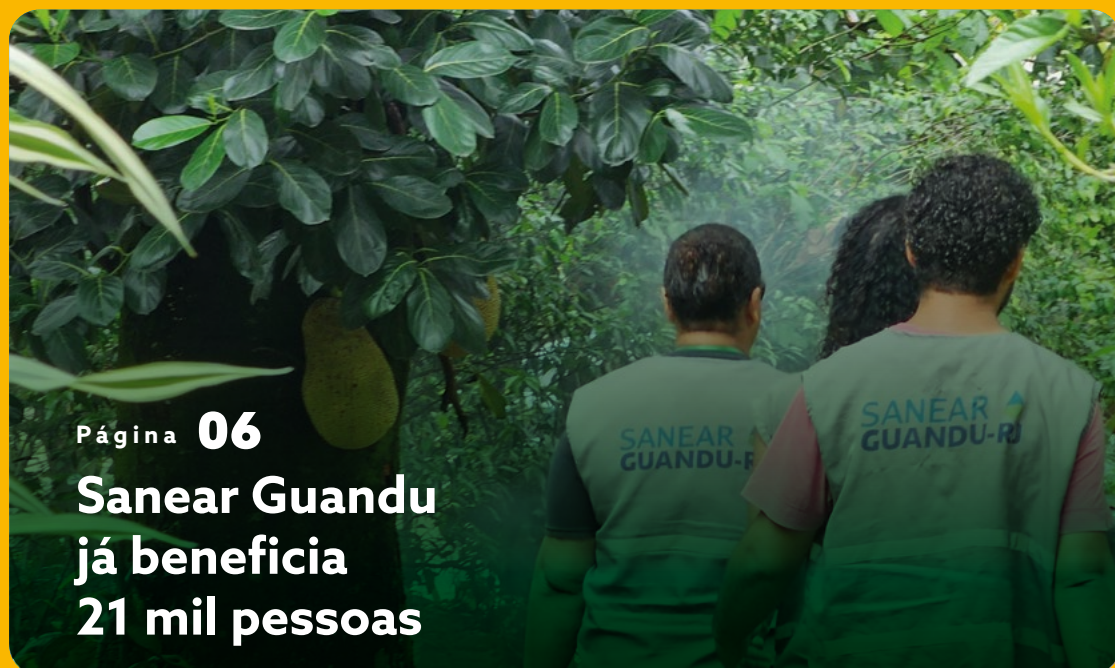
Rumo à Segurança Hídrica

Concluimos 2023 com satisfação e reconhecimento. Refletindo sobre os progressos realizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu podemos ver o papel vital do Comitê na promoção da segurança hídrica e no desenvolvimento sustentável, em uma região de importância singular no Brasil.

Quando escuto os relatos da diferença que as nossas ações vêm fazendo na vida das pessoas, tenho certeza de que estamos no caminho certo do pleno desenvolvimento. Vamos executar a maior e mais completa rede de monitoramento de água do Brasil, através do Observatório da Bacia. Executamos atualmente o maior programa de esgotamento sanitário em áreas não urbanas do país. Entregamos os Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMAs) e avançamos com Programas Municipais de Educação Ambiental (ProMeas). Além disso, o programa Produtores de Água e Floresta (PAF) e os PMMAs demonstraram ser fundamentais na recuperação de ecossistemas e na promoção da biodiversidade.

Para 2024, o Comitê Guandu está empenhado em fortalecer as parcerias com as prefeituras, ONGs e o Governo do Estado, visando ampliar o impacto e a eficácia de nossas ações principalmente na agenda de resíduos sólidos e de infraestrutura verde. O Comitê Guandu é um agente da mudança que queremos para o mundo, através da força de cada um de nossos membros nessa união com determinação na luta por um futuro mais sustentável.

Sumário



Página **06**
Sanear Guandu já beneficia 21 mil pessoas

Foto: Andresa Alcoforado

12 PAF amplia sua atuação com pesquisa e educação ambiental

22 Universitários premiados no Cine Guandu

24 Prevenção contra incêndios

26 PMMAs: instrumento entregue é caminho para ganho ambiental e desenvolvimento sustentável

30 Planos Municipais de Educação Ambiental serão concluídos entregues pelo Comitê em 2024

32 Crianças aprendem com "Amigos do Guandu"

38 Membros do Guandu participam de Seminário

41 Integração e capacitação marcam o início do novo triênio

45 Programa de Turismo Agroecológico vai dialogar com outras iniciativas do Comitê

48 Comitê é protagonista de importantes eventos em 2023

50 Observatório da Bacia vai levar informações para a região

52 Plano de Contingência será atualizado

54 Acompanhe as datas importantes do Guandu



Publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ)
Av. Ministro Fernando Costa, 775, sala 203
Fazenda Caxias - Seropédica/RJ
CEP 23895-265
Tel: (24) 98855-0814
Site: comiteguandu.org.br
E-mail: guandu@agevap.org.br

Mayná Coutinho Morais
Diretora Geral
CEDAE

Andreia Loureiro
Diretora Executiva
P. M. Queimados

Ana Larronda Asti
Diretora de Recursos Hídricos
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)

Paola de Oliveira Souza
Diretora de Saneamento
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção Nova Iguaçu

Cristiane de Souza Siqueira Pereira
Diretora de Restauração Ambiental
Universidade de Vassouras - FUSVE

Celso Rodrigues da Silva Junior
Diretor de Indústria e Energia
Fábrica Carioca de Catalisadores S.A - FCC



AGEVAP

Presidente do Conselho de Administração:
Jaime Teixeira Azulay

Presidente do Conselho Fiscal:
Sinval Ferreira da Silva

Diretor-Presidente:
André Luis de Paula Marques

Assessor do Diretor-Presidente:
Roberto Roballo Alves

Assessor Diretoria Executiva Resende:
Livia Corrêa Silva

Gerente do Contrato de Gestão (INEA 068/2022):
Antonio Mendes de Souza Junior

Gerente de Recursos Hídricos:
Gabriela Teixeira

Coordenadora de Núcleo:
Fátima Rocha

Especialistas Administrativos:
Amanda Resende, Christian Daniel Kozuf, Kleiton Kassio e Claudia Jacob da Costa Vasconcelos

Técnicos Administrativos:
Henristoni Pinheiro e Maria Adelaide Lima Vicente

Técnico em Recursos Hídricos:
Isabela Trece

Terceiros:
Mariana Rodrigues (Especialista em Recursos Hídricos), Lucas Santana (Especialista em Comunicação) e Marja de Abreu Pinheiro (Auxiliar Administrativo)

Estagiários:
Paula Moura, Izabelle Nogueira, Maria Eduarda Gonçalves Souto, Jonathan Almeida Silva e Camila Corrêa Neves

Comunicação:
Bumerangue Produções e Eventos



Municípios do entorno da bacia do Guandu tem áreas preservadas
Foto: Alex Ferro

Sanear leva dignidade a milhares de pessoas

Com o maior programa de execução de obras de esgotamento sanitário em áreas não rurais do Brasil, programa do Comitê alcança 22 mil pessoas em 2024



A calma e a qualidade de vida, de um lugar tranquilo, sempre fez parte da vida de Ilze Felix do Rego, dona de casa que mora na localidade de Jaceruba, em Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro. No entanto, a distância dos grandes centros urbanos também a afastava do saneamento básico e, durante décadas, todo o esgoto produzido em sua casa, onde mora com a família, era lançado em valas no quintal. Dali, diretamente para um córrego e, em seguida, na cachoeira da localidade.

Atualmente, com a implementação do projeto Sanear, do Comitê Guandu-RJ, essa realidade mudou completamente. Segundo Ilze, criou-se uma grande expectativa, uma vez que a comunidade passaria a contribuir para a limpeza e preservação da cachoeira, que recebia todo o esgoto da região. Apenas em sua propriedade, existem cinco casas e todas já possuem os biodigestores para tratamento do esgoto além das caixas de gordura.

O Sanear - maior programa de execução de obras de esgotamento sanitário, em áreas não urbanas - finalizou 2023 atendendo mais de 22 mil pessoas, realizando 356 ligações domiciliares, 3.900 soluções implementadas e um investimento total de R\$32.094.197,83.

Outro beneficiado com as ações do Sanear, é o autônomo Antônio Rodrigues Neto que, além de participar recebendo-o em sua casa, também trabalha nas

instalações. Ou seja, o projeto leva dignidade, gerando ainda emprego e renda, ajudando a transformar a realidade do local.

“Agora não tem aquele mau cheiro na hora de almoçar. Antes era jogado a céu aberto o esgoto, um perigo com tantas doenças que poderiam acontecer. Hoje em dia, existe um suspiro no equipamento e não tem cheiro nenhum, toda a impureza vai embora e cuidamos mais da nossa casa”, explica Antônio.

Com a construção da extinta estrada de ferro Rio d’Ouro, a localidade de Jaceruba, na região de Tinguá, ganhou notoriedade, importância econômica e histórica, além de se destacar na agricultura de produção de bananas. Sendo também considerado um paraíso ecológico, cercado pela Mata Atlântica, a área recebe os benefícios do Sanear, tendo mais de 100 famílias atendidas pelo projeto.

A comerciante Érica Felix Costa, que sempre viveu em Jaceruba também reconhece a transformação pela qual passa a região e destaca o incentivo para que os moradores promovam ainda mais ações de preservação do local, muito procurado por turistas, sobretudo a cachoeira. “É muito gratificante essa nova realidade, porque estamos contribuindo para um lugar que é tão especial para gente. Antes não tínhamos opção e o esgoto era jogado na cachoeira, hoje o turista pode aproveitar a biodiversidade do lugar”, afirma Érica.



Obras do sanear em Jaceruba, Nova Iguaçu
Foto: Andresa Alcolforado

Referência em áreas não urbanas

O Sanear vem garantindo a milhares de famílias um dos mais importantes direitos básicos universais, a coleta e o tratamento de esgoto. O projeto acompanha o processo de universalização do saneamento na Região Hidrográfica II (RH II), responsável pelo abastecimento de cerca de 10 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, com recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, atendendo 13 municípios (Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Pirai, Queimados, Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Rio de Janeiro, Seropédica, Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontin).

Nas localidades atendidas pelo Sanear, o esgoto era lançado em leitos ou tinha contato direto com o solo, em alguns locais de despejo, de acordo com técnicos do programa, ficava bem próximo aos pontos de captação de água, como poços e cacimbas.

Em regiões menos povoadas foram implantadas soluções individuais, com a instalação de um módulo especialmente projetado, composto por tratamento primário, secundário e mais um emissário, por meio de uma fossa biodigestora, que deságua em um círculo de bananeiras, um sumidouro ou em um corpo receptor. As variações acompanham as necessidades das residências.

É o caso da região de São Pedro, em Japeri, que também está recebendo os biodigestores em algumas residências. O município, de acordo com os dados do Comitê, tem 1960 pessoas atendidas, com 580 módulos e em torno de, 56,67% das obras executadas do Sanear. Uma mudança de realidade para as famílias que acabam ganhando mais com a saúde, já que evitam lançamento de esgoto principalmente nos lugares que usam para abastecimento.

Já em Queimados, por exemplo, o projeto atende cinco localidades, somando 600 biodigestores

instalados. O município compõe a unidade de Planejamento 6, da bacia do rio Guandu, prioritária para o esgotamento sanitário. O projeto melhorará as condições da Lagoa do Guandu, para coleta e, consequentemente, o tratamento da água.

O Sanear é um programa do Comitê Guandu, desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com operacionalização da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). Paralelamente a esta primeira fase do Sanear, além dos 11 municípios que já tiveram as obras licitadas e executadas pela AGEVAP, dois municípios vão começar a receber as obras e instalações em 2024. Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontin terão 2.773 famílias contempladas. O projeto irá levar esgotamento sanitário para mais de metade dos domicílios de Engenheiro Paulo de Frontin.

Sanear em números

13 municípios contemplados

4060 domicílios atendidos

22080 pessoas contempladas com serviço de esgotamento sanitário adequado

Fim do despejo de mais de 3 milhões de litros de esgoto sem tratamento, por dia

Investimentos de mais de R\$ 32 milhões



“Agora não tem aquele mau cheiro na hora de almoçar”

Antônio Rodrigues Neto, morador que recebeu o benefício e também trabalhou na instalação





A ilustração mostra como funciona o sistema do biodigestor

Como funciona um biodigestor?

O biodigestor é uma solução para o tratamento do esgoto doméstico, que reúne os processos de fossa séptica e filtro anaeróbio em um único produto. Sua instalação é simplificada e sua manutenção dispensa a utilização de caminhão limpa-fossa.

O esgoto sanitário entra pela tubulação e é levado até a parte inferior do biodigestor, onde fica acumulado.

A parte sólida do esgoto se separa da líquida e sedimenta no fundo cônico, onde inicia o processo de digestão biológica através da ação dos microrganismos naturalmente presentes no esgoto.

Já a parte líquida restante infiltra no cesto interno onde entra em contato com o material filtrante, que faz a função do filtro anaeróbio e retentor de sólidos.

O efluente é finalmente coletado pela calha interna e liberado pela tubulação de saída para ser levado até o correto destino (sumidouro, vala de infiltração, canal de drenagem, dentre outros).

O lodo - parte mais sólida - fica acumulado no fundo cônico do biodigestor e deve ser retirado para o leito de secagem na manutenção periódica. Para sua extração, o usuário deve efetuar a abertura do registro.

Dicas para o funcionamento adequado:

Para que seja garantido o bom funcionamento do biodigestor, é necessário que o usuário tome alguns cuidados:

- Realizar a limpeza da caixa de gordura pelo menos a cada 6 meses;
- Fazer a manutenção do Biodigestor, removendo o lodo a cada 12, podendo estender-se até 18 meses, no máximo;
- O lodo removido deverá ser colocado no leito de secagem por cerca de 3 a 6 meses e, após esse período, o lodo seco poderá ser acondicionado em sacos plásticos e descartado como lixo comum; e
- Não descartar no vaso sanitário ou ralos da casa os seguintes resíduos: óleo de cozinha, fio dental, restos de comida, papel, produtos químicos, cotonete, fio de cabelo, dentre outros resíduos.

“Eu me sinto bem, saber que nós estamos contribuindo para uma obra assim, porque é um futuro melhor para as próximas gerações”

Ilze Felix do Rego, moradora



PAF planta consciência ambiental

Programa do Comitê Guandu existe há 15 anos e vem mudando não só a paisagem, mas também a mentalidade dos produtores que recebem ações

É impactando a vida de pessoas como a jovem professora Valéria Cristina da Silva Leite, de 24 anos, que o programa Produtor de Água e Floresta (PAF), criado pelo Comitê Guandu-RJ, em 2009, segue avançando na preservação da Região Hidrográfica II, de grande importância para o abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Antes de conhecer um pouco sobre a história da Valéria e de outros personagens que já foram atendidos direta ou indiretamente pelo PAF, é importante conhecer mais sobre o programa, pioneiro no Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), voltado aos serviços hidrológicos no Brasil.

“Se a gente não tem natureza, não tem vida, não tem água, não tem ar... Então, a gente tem que cuidar. E quando se tem parcerias, que nos ajudam, nos auxiliam, isso é ainda melhor. O que a gente quer é viver bem, num lugar que gosta, com os nossos direitos assegurados, um futuro lindo para nós e para as crianças que ainda virão”.

Valéria Cristina



Valéria Cristina da Silva Leite
Foto: Divulgação

Inovação é, sem dúvidas, uma palavra que não falta na sua trajetória, iniciada com o projeto piloto em uma das principais nascentes do Rio Pirai, no município de Rio Claro. É nesse berço do PAF, que novas frentes de atuação – trazendo uma perspectiva socioambiental ainda mais ampliada – estão atualmente concentradas. No entanto, resultados de sucesso também já foram obtidos na Sub-bacia do Rio Sacra Família, nos municípios de Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Vassouras.

Reconhecido internacionalmente, o PAF é desenvolvido dentro da Agenda de Infraestrutura Verde do Comitê Guandu-RJ e já beneficiou mais de 5 mil hectares de áreas restauradas e conservadas, atendendo mais de 100 proprietários. A cada ano, o

programa vem trazendo evolução dentro da realidade do projeto, que não cresceu apenas em números nas áreas de conservação e restauração, mas também em parcerias que vêm transformando a vida de milhares de pessoas.

Novos avanços vêm sendo realizados pelo Comitê Guandu-RJ, através do PAF, como o projeto PAF (Re) Floresta, Água e Carbono, executado pela AGEVAP, em parceria com a Petrobras Socioambiental, no município de Rio Claro.

A produtora rural, Elvira Augusta Brum Soares, proprietária de terras no Sertão Procópio, localizado na serra de Lídice e que vem recebendo ações de restauração, ressalta que as florestas voltaram a ser



O programa segue avançando na preservação e replantio de florestas
Foto: Alex Ferro



Entrega do pagamento do PAF em Mendes
Foto: Divulgação

valorizadas, o que a levou a destinar 18 dos seus 23 alqueires de terra, às ações do programa, na esperança de deixar aos seus descendentes, os frutos dessa iniciativa ao qual ela é uma das pioneiras.

Além da conscientização ambiental, promovida junto a cada um dos beneficiados, os valores do PSA são pagos em função das áreas de floresta presentes nas propriedades, que se enquadram nos requisitos estabelecidos pela Resolução do Comitê Guandu-RJ nº 160, de 27 de maio de 2021. Ao todo, já foram repassados aos produtores, dos municípios de Rio Claro, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Vassouras, cerca de R\$ 3 milhões ao longo dos 14 anos do programa.

Alfred Grenik, proprietário do Sítio das Águas, no município de Engenheiro Paulo de Frontin e que tem

1,17 hectare contemplado pelo PAF Sacra Família destacou que, ao longo de 11 anos morando no sítio, sempre almejou preservar a mata existente em sua propriedade e atualmente conta com 2.500 árvores nativas plantadas onde antes era pasto.

PAF Sacra Família alcança 800 hectares de conservação

“O pagamento, em modo geral, mostra para a população a vantagem de cuidar da mata, principalmente para aqueles que ainda não a olham como um grande tesouro. Preservar a Mata Atlântica significa preservar o milagre para as futuras gerações. O PAF foi um grande presente.” Afirma Alfred.

Os últimos pagamentos, realizados em 2023, pelo PAF, na região da Sub-bacia Sacra Família,



Evento reuniu beneficiários do PAF
Foto: Divulgação



beneficiaram 41 produtores dos municípios de Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin e Vassouras, com valores que ultrapassaram os R\$ 400 mil, promovendo o início da recuperação de 50 hectares e a conservação de outros 800 hectares.

De forma mais detalhada, os números do PAF Sacra Família foram apresentados em um encontro na Fazenda Santa Rita, uma das atendidas pelo programa, no município de Mendes, em comemoração ao Dia Nacional da Mata Atlântica, no dia 27 de maio de 2023. O evento reuniu produtores rurais, autoridades, representantes das prefeituras de Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin, do Comitê Guandu-RJ, da AGEVAP e da ONG Crescente Fértil, responsável pela execução do PAF. Foram mais de 52 mil mudas plantadas, em 3 anos, de diversas formas, respeitando as características de cada local.

Segundo Luís Felipe César, diretor da ONG Crescente Fértil, a proposta é garantir que os produtores se sintam valorizados e tenham o devido reconhecimento

por suas iniciativas de conservação ou recuperação das florestas, fortalecendo a ideia do serviço ambiental que elas oferecem à sociedade, a expectativa é que o modelo se multiplique. Além disso, que seja provocada não só a garantia de novos recursos, como o de envolvimento de instituições, bem como proprietários confiantes de que suas participações tragam retornos significativos para o meio ambiente.

A secretária municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Mendes, Zélia de Souza, que também é membro do Comitê Guandu-RJ, falou da importância que o PAF representa para os produtores e ao município como um todo: “Entendemos que o município ganha muito quando consegue ter parceiros como a AGEVAP e o Comitê Guandu-RJ, porque os produtores já sabem que têm um papel muito importante na preservação de suas áreas. Quanto mais floresta, mais água e mais e solo também para produzir. Os produtores se sentem hoje mais protegidos e se sentem valorizados.”

As parcerias contribuem para o crescimento e reconhecimento do programa, principalmente de instituições importantes como a EMATER-Rio, EMBRAPA Agrobiologia e a ONG The Nature Conservancy (TNC), que apoiaram na implantação de sistemas agroflorestais e na mobilização de novos participantes. Atualmente, a produção desses sistemas é oferecida na Feira da Agricultura Familiar, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Mendes, em parceria com a EMATER-Rio. Os resultados podem ser acessados no site desenvolvido pela ONG Crescente Fértil, onde é possível ver o antes e depois das áreas em recuperação.

Acesse o site pelo endereço: crescentefertil.org.br

Ou utilize o QR Code:





Comunidade participando de plantio
Foto: Divulgação

PAF (Re)Floresta Água e Carbono amplia atuação do PAF

Da percepção da necessidade de ir além de plantar e recuperar áreas, surgiu o (Re)Floresta, Água Carbono. Um projeto – que tem o compromisso de atuar na minimização do impacto ambiental e na mitigação das mudanças climáticas – completará dois anos de ações no território de Rio Claro (RJ) em 2024.

Realizado pela AGEVAP, com recursos da cobrança, deliberados pelo Comitê Guandu-RJ e fomento financeiro do Programa Petrobras Socioambiental, o PAF (Re)Floresta contribui para o enfrentamento desse desafio global, por meio de um trabalho interconectado de ações de reflorestamento, educação ambiental, pesquisa científica e articulação territorial socioambiental, fortalecendo as comunidades locais, através de capacitações, do conhecimento científico relacionado aos impactos da conservação e a restauração florestal nos serviços hidrológicos e no estoque de Carbono.

Para alcançar esses objetivos, a articulação territorial socioambiental é indispensável. Em colaboração com o Quilombo do Alto da Serra do Mar, o projeto realizou uma série de atividades para estreitar laços com a comunidade e obter informações socioeconômicas, históricas e ambientais. Essas informações culminaram na elaboração de um Diagnóstico de Potencialidades do Quilombo e embasaram a escolha das capacitações que acontecerão na comunidade. A iniciativa envolveu não apenas a comunidade, mas também entidades como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Secretaria de Educação e Cultura, profissionais que já atuaram diretamente com o Quilombo e a comunidade do entorno.

Nascida e criada no Quilombo Alto da Serra do Mar, no distrito de Lídice, a professora Valéria Cristina da Silva Leite, neta dos patriarcas do local e uma das responsáveis pela organização da comunidade, diz que seu amor pelo lugar e o desejo de ali permanecer, a remete aos conhecimentos passados por seu avô de que “é preciso cuidar da terra que se ama”. Diante disso, entende que a proposta do PAF (Re)Floresta promove a valorização a permanência das pessoas no local, trabalhando a questão do pertencimento.

Promovendo ações de educação ambiental, na comunidade escolar e com o público em geral, o PAF (Re)Floresta já impactou 262 pessoas, em escolas municipais. O programa, através do projeto Replantando Vidas, da CEDAE, doou mudas, com o objetivo de propagar o conhecimento, a conscientização e a sensibilização sobre a relação do ser humano com o meio ambiente, projetando futuros trabalhos educacionais. Essas ações foram viabilizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro e a organização Observatório da Mantiqueira.



PAF (Re)Floresta Água e Carbono
Foto: Divulgação



Estudantes participando de ação do (Re)floresta
Foto: Divulgação

Durante o ano de 2023, ações foram realizadas na Escola Municipalizada de Rio das Pedras, na Escola Multiseriada – localizada no Quilombo Alto da Serra do Mar – e na Escola Municipal Aureliano Portugal, criando a atividade de construção de um viveiro, em conjunto com os alunos, dentro da programação da Feira de Ciências. Sempre envolvendo a comunidade como um todo.

Luiz Figueira, educadora do programa PAF (Re)Floresta entende que as ações de educação ambiental são necessárias, pois conseguem fazer com o que os envolvidos

alcancem o propósito das ações técnicas práticas, fazendo com que o entendimento educacional leve ao maior comprometimento com os meios utilizados para chegar aos objetivos propostos.

Baseadas nos diagnósticos apresentados, já foram iniciadas as execuções das capacitações, tendo sido a primeira sobre Gestão do Associativismo e Cooperativismo, importante vertente histórica e econômica das comunidades, uma vez que a relação com a agricultura é constante e permanente. Através desse conceito, é possível alinhar a esfera social com a ambiental.



Estudantes participando de oficinas do projeto
Foto: Divulgação

PAF (Re)Floresta Água e Carbono fomenta pesquisa científica e produção de dados sobre estoque de carbono

Para fomentar o conhecimento científico, um edital distribuiu bolsas de pesquisa que somam R\$ 114.525,00, e um auxílio financeiro de até R\$ 49.000,00 para custear equipamentos, materiais, análises laboratoriais, deslocamento, entre outros necessários ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

Uma dessas pesquisas, intitulada "Impacto da restauração florestal no estoque de carbono do solo", desenvolvida pelo Laboratório de Estudo das Relações Solo-Planta (LSP), do Departamento de Solos do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenado pelo professor Everaldo Zonta, tem o objetivo de investigar o impacto da restauração florestal no estoque de carbono do solo, a partir do estudo de áreas contempladas pelo PAF na região de Rio Claro. Foram selecionadas 15 áreas para realização da amostragem do solo, englobando áreas reflorestadas, fragmentos de mata nativa e pastagens degradadas.

A bióloga e pesquisadora, Vanessa Matos Gomes, é uma das que está desenvolvendo a pesquisa para o seu pós-doutorado. O estudo visa mensurar os impactos positivos das ações de reflorestamento, que já vem acontecendo na região da bacia do Rio Guandu.

"Os dados vão se cruzar porque outro pesquisador vai fazer o levantamento da parte que fica acima do solo, da floresta em si, que foi plantada e conservada através do PAF. O objetivo é fazer um monitoramento do estoque na região, tanto no solo como no ar", explica a pesquisadora.

Muitas variáveis foram contempladas buscando respostas sobre o impacto do PAF no estoque de carbono no solo.

"A avaliação é rigorosa, serão levadas em consideração até mesmo áreas com invasão de gramíneas, áreas que estão passando pelo processo de regeneração, conservação, ou mesmo áreas que estão na rota do reflorestamento natural. Pastagens degradadas também serão estudadas enfim, será um diagnóstico amplo da região", explica Vanessa. A expectativa é que os resultados sejam entregues em julho de 2024.

O estoque de carbono do solo está intimamente ligado à qualidade do solo e ao controle das mudanças climáticas,

sendo, portanto, um indicador ambiental de grande relevância. Os solos podem estocar de duas a três vezes mais carbono que a atmosfera, por isso a importância de identificar como o carbono é acumulado no solo ao longo do processo de restauração florestal.

Ainda segundo a pesquisadora, estão sendo realizadas coletas de amostras de solo em diferentes profundidades para estimativa do conteúdo de carbono, onde serão analisados, além do carbono, os macro e micronutrientes contidos na terra.

Além do solo, a quantificação do carbono na vegetação é mais uma das ações executadas pelo projeto. O PAF (Re)Floresta está desempenhando um papel crucial ao empregar o sensoriamento remoto.

Segundo Pedro Rajão, engenheiro florestal que atua no projeto, a metodologia proposta tem demonstrado eficiência, especialmente com a utilização de imagens de satélite do sistema Sentinel-2, o que representa um avanço significativo na estimativa de carbono.



Bióloga e pesquisadora Vanessa Matos Gomes em trabalho de campo

Foto: Divulgação



O projeto PAF (Re)Floresta Água e Carbono está fazendo um monitoramento com imagens de satélites

Foto: Bernardo Gois

"A adoção do sensoriamento remoto como meio para estimar a adicionalidade no sequestro de carbono revela-se uma prática acessível e de fácil replicação. Essa abordagem não só torna a restauração florestal mais mensurável, mas também possui o potencial de contribuir de maneira significativa para a expansão do mercado de carbono. Além disso, ela abre portas para a quantificação de outros processos ecossistêmicos", explica Pedro.

Ações de Restauração ambiental seguem sendo realizadas

Com ações previstas até o segundo semestre de 2024, o PAF (Re)Floresta ainda destaca a importância dos proprietários rurais na realização desse projeto. Eles desempenham um papel fundamental na conservação e recuperação dos recursos naturais. A restauração florestal não apenas beneficia o meio ambiente, mas também pode melhorar a qualidade da água e valorizar suas terras.

Para conseguir bons resultados a mobilização social é essencial, pois envolve e engaja as comunidades locais na preservação ambiental. Ela integra conhecimentos tradicionais e experiências locais, resultando em abordagens mais eficazes e sustentáveis. A participação ativa das pessoas cria um vínculo emocional com a terra, incentivando a responsabilidade compartilhada e garantindo que as áreas restauradas sejam valorizadas e cuidadas

a longo prazo, como explica Renato Fernandes, mobilizador social do projeto.

"O processo de mobilização tem o objetivo de aproximar o participante do projeto. Essa comunicação ocorre tanto de forma ampla, voltada ao público em geral, quanto de forma pessoal, com cada participante, onde cada um pode ser atendido em sua especificidade. A construção deste eixo do Refloresta é, portanto, uma ação contínua de trocas de ideias e busca pela melhoria", afirma Renato.

Uma das áreas atendidas é o Sítio Suinã, do produtor Carlos Alberto de Souza Marques. A propriedade do Sr. Carlinhos, como é conhecido, está recebendo ações de restauração florestal. Ele conta como tentava contribuir com o reflorestamento da sua propriedade antes do projeto. O produtor relata que a necessidade de se adaptar e recuperar a região fez com que ele, e outros produtores, tomassem iniciativas de replantios, até o surgimento do PAF (Re)Floresta.

Em um ano, o programa já alcançou 35% das ações previstas de restauração florestal, ou seja, 15,73 hectares dos 45 provenientes das propriedades rurais do município participantes. Nos 12 meses iniciais, foram plantadas 5.644 mudas. Além do plantio direto, são realizadas técnicas de semeadura de juçara, cercamento de áreas para regeneração e enriquecimento.



Universitários receberam prêmios na sede do Comitê
Fotos: Lucas Santana



Cine Guandu premia universitários que fizeram curtas ambientais

Vivenciar questões ambientais é, com certeza, o principal ensinamento que influencia a mudança de hábitos. Foi pensando nisso que o Comitê Guandu-RJ envolveu vários jovens no "Cine Guandu", concurso ambiental e cultural que premiou estudantes que produziram vídeos sobre temas relacionados à água e ao território.

Com o objetivo de valorizar os universitários e também os municípios da região da bacia do rio Guandu, o concurso foi concluído com premiação dos vencedores, realizada durante o Encontro Ambiental, no dia 6 de junho de 2023, no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica.

Os vencedores passaram por etapas definidas em edital e, por fim, os três melhores vídeos foram submetidos à votação popular na internet, que definiu o primeiro, segundo e terceiro colocados.

Durante o evento, que revelou os ganhadores, o público pôde assistir aos vídeos selecionados e acompanhar a premiação. Em primeiro lugar ficou o vídeo intitulado "Água em todos os lugares:

Importância da Gestão participativa e democrática"; em segundo lugar o vídeo "A importância do Rio Guandu para a cidade de Seropédica"; e em terceiro, a produção de "O Caminho da Geosmina", todos elaborados e executados por estudantes da UFRRJ.

Os grupos foram premiados com troféus e medalhas, entregues na cerimônia de encerramento e premiação. Já a entrega dos demais prêmios – notebook para cada integrante que conquistou o primeiro lugar; tablets para os que ficaram na segunda colocação; e aparelhos celulares aos da terceira posição – foram entregues na sede do comitê no mês de agosto.

Além da premiação, o mais importante foi participar da educação ambiental na comunidade. "É muito importante porque estamos mobilizando, enquanto ONG Águas Resilientes, os jovens para que eles fiquem mais inseridos no debate sobre água, saneamento e saúde. Reforçamos para nossa galera que é possível estar nesses lugares debatendo, decidindo em conjunto", conta Mayara dos Santos Mendes, universitária da Engenharia Ambiental UFRRJ, que participou da produção do vídeo que

ficou em primeiro lugar, junto com os estudantes Angélica da Cruz Andrade e Erleyvaldo Bispo dos Santos.

Para a universitária Mariana Damásio Lima, estudante do curso de Engenharia Florestal da UFRRJ, e participou da produção do vídeo que ficou em segundo lugar, destacando que a questão dos recursos hídricos tem tudo a ver com florestas e com a área que ela estuda. "A gente decidiu participar com o projeto 'PET Floresta' que trabalha com educação ambiental. A produção do vídeo foi importante para nossa vida pessoal para trabalharmos a oratória, desenvoltura e toda essa questão que estão sendo exigidas no mercado de trabalho, com as mídias sociais", explicou Mariana, que teve a parceria de Beatriz Xavier de Menezes e Yasmin Aleixo Ribeiro na produção do vídeo.

Foi com pouco de história e conceitos técnicos ambientais, que os universitários fizeram o vídeo "Caminhos da Geosmina", terceiro

lugar na votação geral. De acordo com Thainá Almeida Chagas, também estudante do curso de Engenharia Florestal da UFRRJ, o grupo buscou resgatar a história local, além dos outros municípios à montante da bacia, ao longo do rio Guandu. A ideia era passar o sentimento de pertencimento, passando a vivência das pessoas que residem na bacia do rio Guandu. Além da Thainá, o grupo teve a participação das estudantes Ana Lídia Xavier de Melo e Clarissa Carvalho Santana.

Jovens no Comitê

A interação dos jovens com o Comitê Guandu-RJ é importante para multiplicar, ainda mais, as ações de conscientização ambiental em todos os municípios que fazem parte da bacia. "Com toda certeza essa foi uma das nossas lutas, para atrair jovens para essa importante missão de cuidar dos nossos rios, lagoas e porque não das águas de chuvas, já que o Comitê também orienta sobre as questões de drenagens", afirmou o membro

do comitê, Nelson Reis, em sua participação na cerimônia de encerramento e premiação do Cine Guandu.

De acordo com a diretora-executiva do Colegiado, Andréa Loureiro, essa integração com os jovens é um momento importante do Guandu. "Nós tivemos um projeto, com outro público de crianças menores e agora, para os jovens, dando essa oportunidade de engajamento, principalmente aqui no município de Seropédica, que fica a sede do Comitê Guandu", ressaltou Andreia.

Para acessar os vídeos, acesse as redes sociais do Comitê Guandu-RJ, ou aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo.

Acesse os filmes pelo site:
www.instagram.com/comiteguandu/

Ou utilize o QR Code:





Lançamento da campanha contou com a palestra do Capitão Marcus Souza
Foto: Aldo Viana

Campanha Fiscal das Queimadas reúne parceiros

Uma mobilização com o motivo claro: evitar incêndios florestais que causam danos ambientais e civis. A Campanha Fiscal das Queimadas, idealizada e realizada pelo Comitê Guandu-RJ, chegou a sua segunda edição em 2023. Assim como no ano anterior, ela teve início em 27 de maio, no Dia Nacional da Mata Atlântica e foi finalizada, no dia 22 de setembro, véspera da primavera, marcando o período mais seco do ano. Para fazer a conscientização ambiental, uma série de divulgações foram feitas nas redes sociais que alertaram sobre o problema. Vídeos, cartazes e publicidade de rádio, mobilizaram moradores e parceiros que abraçaram a iniciativa ambiental.

A campanha mostrou que a união para debater um assunto tão sério, pode fazer diferença na mudança de hábitos das pessoas. Os parceiros da ação foram: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP), além das prefeituras de Mendes, Itaguaí, Queimados e Japeri. Todos fizeram também algum tipo de divulgação nos próprios canais de comunicação. Também foram publicados nas redes sociais do Comitê Guandu-RJ, vídeos gravados por representantes da Light, UFRRJ, Embrapa, Flona Mário Xavier e APA Guandu.

A procuradora de justiça Patrícia Silveira da Rosa, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CAO Meio Ambiente/MPRJ) observou a oportunidade e relevância da iniciativa, uma vez que existe a necessidade de se fiscalizar as queimadas, já que os recursos florestais são fundamentais à garantia do abastecimento e da preservação da água.

O lançamento oficial da campanha aconteceu, no dia 6 de junho de 2023, no campus da UFRRJ, em Seropédica (RJ), durante o Encontro Ambiental, que celebra a Semana do Meio Ambiente. Na programação, foi realizada uma palestra com o capitão bombeiro militar, Marcus Souza, do 1º Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros RJ. Especialista em prevenção e combate a incêndio florestal, ele falou principalmente sobre os cuidados para evitar as queimadas.

“Passamos o conhecimento e de que forma a sociedade pode colaborar. Se existe algum vizinho que tem o mal hábito de colocar fogo, converse com ele e denuncie. A polícia, se constatar crime, vai tentar atuar no flagrante, porque queimadas são crimes ambientais graves. Eu sirvo no Grupamento de Socorro Florestal e Meio Ambiente, no Alto da Boa Vista, somos especialistas no combate a incêndios em florestas e já até tivemos que atender grandes incêndios florestais fora do estado do Rio de Janeiro”, explicou o Capitão, que reforçou a importância de mudarmos hábitos para evitar acidentes graves.

A campanha Fiscal das Queimadas passou a reforçar as ações do Plano Associativo de Combate, Prevenção e Mitigação de Incêndios Florestais, do Comitê Guandu-RJ. O resultado das ações nas redes sociais mostrou um alcance importante, um exemplo foram os vídeos publicados na plataforma Instagram, no perfil do comitê que, juntos somaram cerca 267 mil visualizações, tendo

apenas um deles alcançado mais de 70 mil pessoas.

Na participação do Comitê Guandu-RJ, no último Encontro Nacional de Comitês de Bacias (ENCOB), realizado entre os dias 21 e 25 de agosto, em Natal (RN), no estande “Integração pelas Águas” foi exibido um vídeo aos visitantes, explicando toda a projeção e execução da campanha.

Alerta de incêndios

A campanha acontece anualmente justamente em um dos períodos mais críticos para a ocorrência de incêndios em vegetações por conta do clima seco, entre junho e setembro, atrelado também aos festejos dos juninos e julinos, com a soltura criminosa de balões e fogueiras, que ganha sempre evidência na mídia para a motivação de queimadas.

Dados do programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelam que em 2023, no Rio de Janeiro, foram constatados, até o mês de setembro, um total de 343 focos de incêndio ativos em florestas detectados pelo satélite. Chama a atenção o aumento de mais de 1300, quando se compara janeiro com julho de 2023, por exemplo. No primeiro mês foram seis, enquanto em julho foram 97 focos.

Denuncie

O monitoramento deve ser permanente, pois a maior parte dos incêndios florestais é causada pela ação irresponsável do homem e os impactos continuam sendo devastadores para flora, fauna e para a água.

Seja responsável, denuncie.

Para contribuir, ligue no 193 ou no Linha Verde, um programa do Disque Denúncia: os telefones são 0300 253 1177 (para o interior, a custo de ligação local), 2253 1177 (para a capital), ou por meio do aplicativo para celulares “Disque Denúncia RJ”.



Planos serão base para ações nos municípios
Foto: Alex Ferro

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica entregues para 12 municípios da Bacia

Depois de muito estudo, planejamento e reuniões, os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs), foram entregues no dia 28 de setembro de 2023, no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, para 12 municípios que compõem a bacia do rio Guandu. Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados, Seropédica, Mangaratiba, Mendes, Pirai, Barra do Pirai, Rio Claro e Vassouras agora têm em mãos ações para serem implementadas que vão fazer toda a diferença na segurança hídrica da região. Representantes desses municípios e do Governo do Estado estiveram presentes na cerimônia, entre eles o vice-governador e o então secretário

de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha.

Contratada com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), deliberados pelo Comitê Guandu-RJ, a construção dos PMMAs foi operacionalizada pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), com execução do consórcio STCP/Mater Natura e ocorreu de forma participativa com as prefeituras e outros atores envolvidos na área do meio ambiente. Um trabalho que resultará em 2024 em algo ainda maior que é o Plano Diretor Florestal da Região Hidrográfica II.

Os PMMAs, além de dar suporte técnico para as prefeituras trabalharem, com facilitação na tomada de decisão, também orientam questões de ordem financeira como o ICMS Ecológico, promovendo o cumprimento tanto da Lei da Mata Atlântica, quanto do Código Florestal. Os municípios estão em uma região que, durante anos, vem sofrendo com ações humanas, tornando necessárias as políticas públicas que possam reverter esse quadro.

De acordo com a diretora geral do Comitê Guandu-RJ e coordenadora Ambiental da Governança Socioambiental da CEDAE, Mayná Coutinho, os PMMAs devem garantir muitos ganhos, quando referem-se aos benefícios de serviços ecossistêmicos, muito importantes e diretamente relacionados à qualidade e à quantidade de água. Com estes instrumentos, os municípios, conseguirão acessar outros recursos, não apenas os deliberados pelo comitê, fortalecendo, assim, a ampla participação da sociedade.

Desenvolvimento regional

A proposta é de que se crie uma governança, para que os planos elaborados não sejam esquecidos, para que isso não ocorra, é importante a mobilização dos municípios, formando um grupo de trabalho onde estes se comuniquem e acompanhem todo o processo, até sua execução. Esta é a visão da coordenadora do Mater Natura, Karina Luiza de Oliveira.

Acompanhando com proximidade as etapas e desdobramento dos planos, Karina ainda ressalta que ao formar essa rede gestora, os municípios se unem em uma potencialização das próprias ações. "Um dos exemplos que podemos dar é que todo município precisa ter um viveiro, por exemplo, no entanto, um dos municípios pode preparar uma estrutura maior, que atenda aos demais. Essas são oportunidades intermunicipais que trabalhamos, assim há o fortalecimento de todo", concluiu a coordenadora.

O envolvimento na produção dos planos alterou a rotina dos municípios. Para a secretária municipal de Meio Ambiente e Defesa dos Animais de Queimados, Andreia Loureiro, que é também diretora executiva do Comitê Guandu, mais do que executar projetos, foi realizado um planejamento para uma política

pública com base técnica. "Pela primeira vez, todos os municípios de uma mesma região hidrográfica terão seus Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica", finalizou a secretária.

A proposta do Comitê Guandu é estabelecer que essa sintonia conjunta das ações possa funcionar com o PMMA. Para a secretária de Ambiente de Mendes e membro do comitê, Zelia Raguzzoni, o objetivo é o alinhamento do desenvolvimento econômico com o cuidado com a biodiversidade, um avanço que seria muito difícil, sem a participação do Comitê Guandu-RJ.

Já, para a diretora de Restauração Ambiental do Comitê Guandu-RJ, Cristiane Pereira, da Universidade de Vassouras, cabe destacar o esforço conjunto para a melhoria de qualidade e quantidade de água de todo o Colegiado. Pois, para além dos PMMAs, existe uma agenda de infraestrutura verde do comitê, e também em outras áreas. Os Planos promoverão e facilitarão o trabalho dos municípios em prol de manter viva a Mata Atlântica.

Na visão do então coordenador do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde e membro do Comitê Guandu-RJ, Hendrik Mansur, o colegiado vem superando o desafio de fazer os municípios se interessarem cada vez mais na gestão hídrica. Para ele, promover a participação dos municípios, na gestão de recursos hídricos é um desafio em escala nacional, e a criação dos planos se deu a partir de um processo participativo, sendo criados grupos de trabalhos, transformando-os, enfim, em uma importante ferramenta de trabalho e gestão.

Como exemplo, o grupo de trabalho, para a criação do PMMA de Itaguaí, foi coordenado pelo assessor da Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento do município, Sérgio Luciano Barrauca Júnior. Segundo Luciano, foram dois anos de muito trabalho, realização de oficinas, trocas de conhecimentos, tendo como maior desafio, a integração entre a sociedade civil e os municípios vizinhos, localizados em uma região com muitos recursos e espécies endêmicas da Mata Atlântica. Entretanto, o auge dos Planos será coloca-los em ação, o que ainda dependerá de um planejamento orçamentário, mantendo sempre o diálogo e a integração iniciados junto a todo o desenvolvimento do processo.

Processo participativo

A política de gestão dos recursos hídricos requer um planejamento criterioso e claro, uma vez que os corpos hídricos percorrem um curso em que nascem e desaguam em terras distintas, cabendo, no entanto, a aplicação das ações, aos territórios, pertencentes aos municípios que entregam sua bacia. Desta forma, os PMMAs propõem ações integradas de forma a beneficiar o ambiente ao qual se insere esse contexto.

“Esse modelo não desperta o interesse dos municípios em participar, mas o comitê está alcançando esse objetivo, trazendo-os para o debate e participação. No caso de uma chuva mais forte, os impactos são sentidos nos municípios, havendo algum problema nos rios, o abastecimento é interrompido, afetando a população, ou seja, toda ação no território, tem reflexos nos corpos hídricos”, explica, o membro do Comitê Guandu-RJ, Hendrik Mansur.

O reflexo da construção dos planos foi muito intuitivo e participativo, muito parecido com ações que são sempre

implementadas pelo Comitê da Bacia do Guandu. “O plano só deu certo, porque os municípios se integraram e se entregaram na construção. Então, foi uma política participativa, como é a gestão das águas. Além de toda a preservação pensada, vamos ter aumento do ICMS ecológico e também, na realidade, a possibilidade de se buscar outros fundos”, afirma André Luis de Paula Marques, diretor-presidente da AGEVAP.

Entrega feita pelo vice-governador

O vice-governador e o então secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, ressaltou que os Planos são um símbolo da parceria e da construção coletiva que visa trazer segurança hídrica e qualidade ambiental para o estado do Rio de Janeiro.

“Um produto que nasce do trabalho bem coordenado, abnegado da equipe do Comitê de Bacias, que vem conduzindo o trabalho de excelência, trazendo segurança hídrica através de ações. É fundamental que o Comitê seja valorizado e respeitado, mas sobretudo seja

ouvido. Não lembro de ver um Comitê tão ativo em tanta entrega efetiva para a população. Um motivo para comemorar, de que nós estamos fazendo o nosso dever de casa para que a gente mantenha as nossas florestas em pé. Se os prefeitos não olharem para suas políticas de recursos hídricos, não conscientizarem suas comunidades de que não se pode devastar, não se pode suprimir vegetação, tudo isso será em vão”, afirma Pampolha.

Plano Diretor Florestal dará continuidade ao trabalho

O Plano Diretor Florestal (PDF) será balizado pelos PMMAs, segundo a lógica do próprio plano de Bacias que traz a gestão do todo pelas partes. Ele vai integrar todos os municípios em um planejamento de preservação e recuperação ambiental, aliado ao desenvolvimento econômico e, ainda, nortear a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), deliberados pelo Comitê, na agenda de infraestrutura verde. A conclusão e entrega estão previstas para o primeiro quadrimestre de 2024.

O vice-governador falou da importância desse trabalho em equipe
Foto: Alex Ferro



“Como o Plano Diretor Florestal se encontra em fase final de planejamento das ações, as expectativas para 2024 estão concentradas em apresentar e aprovar o plano perante à plenária do Comitê Guandu ainda no primeiro semestre. Após a aprovação, espera-se que o PDF seja implementado, de acordo com o cronograma de ações previsto”, explica César Tavares, coordenador de projetos da Mater Natura.

O PDF vai incluir também as cidades do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Nova Iguaçu, que já possuíam os seus Planos Municipais de Mata Atlântica, ou seja, abrangendo assim toda a Região Hidrográfica II, sendo a primeira do estado do Rio de Janeiro a ter todos os Planos Municipais da Mata Atlântica.

Ainda de acordo com César, os PMMAs serviram de referencial no estabelecimento de estratégias e objetivos do PDF. Sua conclusão e definições de ações delineadas permitirão a formalização de parcerias, destacando a abordagem participativa desde seu planejamento, estabelecendo-o como parte fundamental na gestão territorial.

Esta etapa contou com a colaboração e participação da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da ONG The Nature Conservancy Brasil, além dos municípios que compõem a RH II.

Raio X no ecossistema

O diagnóstico dos PMMAs mostrou que alguns problemas são evidentes na região: a Mata Atlântica, desempenhando um papel vital como provedora de serviços ecossistêmicos, mas enfrenta desafios devido à ação do homem, sem falar também da mudança climática e seus impactos cada vez mais graves. A necessidade de mudança é urgente e ações sustentáveis feitas em conjuntos podem reduzir esses impactos.

Os levantamentos mostraram que hoje, uma demanda significativa de cerca de 12,5 mil hectares de áreas requer a implementação de projetos voltados para a recuperação da vegetação nativa, levando em consideração os principais dispositivos do Código Florestal (Lei Federal nº

12.651/2012), como as Áreas de Preservação Permanente e as Reservas Legais. Uma parcela substancial dessa demanda está localizada em propriedades privadas, predominantemente dedicadas à agropecuária, representando aproximadamente 80% do uso antrópico do território da RH II.

O Plano Diretor Florestal (PDF) pretende enfrentar esses desafios e, segundo os pesquisadores, com o desenvolvimento de planejamento estratégico é possível viabilizar uma transformação. A implementação eficaz de políticas públicas faz a diferença, mostrando os efeitos positivos dos principais instrumentos de gestão ambiental na região, expandindo os incentivos financeiros disponíveis para os atores locais e impulsionando a economia regional, com base em práticas sustentáveis.

“A ideia do PDF é que o planejamento seja feito considerando-se o período 2024 – 2034 como de implementação das ações previstas, reservando-se o último ano, neste caso 2035, para realizar a revisão e atualização do plano”, finaliza César Tavares.



Para Mayná Coutinho, o PMMA cria um círculo de fortalecimento regional
Foto: Alex Ferro



Os encontros para produção do ProMEAs começaram em 2021
Foto: Myr Projetos Sustentáveis

Com os ProMEAs, municípios se unirão no Plano de Educação Ambiental da RH II

A Região Hidrográfica II (bacia dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-mirim) está prestes a ter consolidado o seu Plano de Educação Ambiental, com foco em recursos hídricos, ação prevista no Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu-RJ. O Plano será o fruto de um trabalho iniciado ainda em 2021, em meio à pandemia da Covid 19, com a elaboração dos Programas Municipais de Educação Ambiental (ProMEAs), de forma inédita, em 13 municípios da região. Um investimento de R\$ 1.010.786,94, que permitiu uma construção colaborativa com representantes das Prefeituras e vários outros atores envolvidos com as questões ambientais nos territórios.

O objetivo do programa é desenvolver a consciência sustentável do cidadão, para que ele possa compreender o impacto das suas ações no meio ambiente e perceba a importância de iniciar uma mudança de comportamento individual e da sociedade em que vive, colaborando para um espaço mais equilibrado.

Além do Comitê, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap) e a Myr Projetos Sustentáveis são as instituições envolvidas no processo dos ProMEAs, que contou também, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, com o apoio das Prefeituras de Seropédica, Paracambi, Mendes, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Pirai, Barra do Pirai, Rio Claro, Mangaratiba.

De todos os municípios da RH II, somente Rio de Janeiro e Vassouras não estiveram incluídos, porque já tinham os seus programas elaborados. Mas quando for consolidado o Plano de Educação Ambiental, as informações deles farão parte da leitura geral do território da bacia.

Durante toda a elaboração dos ProMEAs, que devem ser totalmente concluídos em abril de 2024, foram feitas oficinas nas etapas de diagnóstico, prognóstico, reuniões de alinhamento, identificação do perfil de cada

município, e informações de como operacionalizar as ações previstas nos ProMEAs, que culminaram nos últimos meses nas audiências públicas e consultas públicas nas plataformas virtuais dos municípios e do Comitê Guandu.

Os ProMEAs são guias de diretrizes e desejos construídos coletivamente que vão ser usados como base para a construção de toda política e atividades municipais de educação ambiental. O objetivo principal é a promoção de mudanças em direção à melhoria dos municípios pelo desenvolvimento sustentável, fortalecimento de redes de educação ambientais locais, conscientização e sensibilização da população para a conservação do meio ambiente e um rico processo de educação ambiental. "O ProMEA é um projeto vivo, que vai sendo modificado ao longo do tempo, à medida que as coisas vão acontecendo", defende Marina Guimarães, técnica da MYR Projetos Sustentáveis e coordenadora do ProMEA.

Aline Sabino, da Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba, durante umas das Oficinas realizadas no município, parabenizou a todos os envolvidos no processo de elaboração dos ProMEAs Guandu e afirmou que "esse tipo de projeto é muito importante para todos os municípios como o nosso, com inúmeras riquezas naturais. Nosso sonho é ver cidades sustentáveis, organizadas e mais limpas".

Os Programas apoiam as ações de base ambiental de curto, médio e longo prazo junto aos atores sociais e com os diferentes aportes financeiros disponíveis em cada município. São fundamentais para repercutir no âmbito das

políticas municipais a importância do equilíbrio ecológico, os direitos e deveres individuais e coletivos referentes ao meio ambiente, o conhecimento dos benefícios da natureza e a história socioambiental local. Dessa forma, com a compreensão das origens e consequências dos problemas ambientais da região é possível a construção coletiva de soluções.

A Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Mendes, Zélia de Souza Pereira reforçou, durante a Oficina Participativa de Prognóstico do município, a importância da união entre a população e o poder público em busca da Educação Ambiental efetiva. "Público e privado têm que caminhar juntos. Só poder público não vai resolver os problemas, assim como a comunidade sozinha também não. Temos que buscar ações em conjunto".

Uma das fases mais importantes da criação dos Programas Municipais de Educação Ambiental foi a chamada Fase de Prognóstico. Essa etapa ocorreu após a realização das Oficinas Participativas e das Reuniões Construtivas de Cenários e Ações, onde foram discutidas e construídas as ações de educação ambiental, que constam nos ProMEAs. O objetivo das Oficinas Devolutivas do Prognóstico foi apresentar ao município e a sua população todas as soluções construídas e consolidadas para validação.

Em todas as oficinas vários foram os temas discutidos em cada cidade, como por exemplo: o grande número de queimadas nas regiões; a falta de saneamento básico; a coleta seletiva e de lixo orgânico; educação ambiental nas

escolas; cidades mais arborizadas; melhoria na comunicação e divulgação das ações de educação ambiental; entre outros.

Todos os apontamentos, sugestões de ações e projetos dados pelos participantes das oficinas foram acrescentados na parte de Prognóstico do ProMEA de cada município, reforçando a importância da participação da sociedade na elaboração dos programas.

Durante uma das Oficinas de Prognóstico de Barra do Pirai, o gestor da Secretaria Municipal de Ambiente, Alberto Salgado Lootens, reforçou o quanto são importantes esses encontros, com a presença de todos os envolvidos, para somar em busca do melhor para a comunidade. "Somos como vários rios que se juntam, somando suas águas com conhecimentos e informações para produzir algo melhor para nossa casa, que é o nosso planeta", afirmou Alberto.

De acordo com a gestora ambiental, Jéssica Clímaco, de Paracambi, o caminho é essa construção coletiva, participativa, onde todos são fundamentais no processo de elaboração, implantação e execução de um bom ProMEA.

A contribuição do projeto do Comitê vai além da educação. Previsto pela Lei Estadual nº 5.100/07, com metodologia atualizada conforme Decreto Estadual nº 46.884/19, o programa contribui para que os municípios possam receber uma parcela maior do ICMS Ecológico, além de gerar sinergia com ações em âmbito municipal e estadual, garantindo melhor definição de ações prioritárias e gerando ainda mais arrecadação.

“Amigos do Guandu” reforça Educação Ambiental nas escolas

Mais de 200 estudantes participaram nos municípios de Japeri e Queimados

Foram dois meses de muito aprendizado durante a realização do projeto “Amigos do Guandu”, nos municípios de Japeri e Queimados, na Baixada Fluminense. O Comitê Guandu_RJ, responsável pela iniciativa em conjunto com as Prefeituras realizou uma série de atividades voltadas à educação ambiental para os estudantes. O projeto contou ainda, com o apoio da Cedae e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). As escolas que receberam o projeto foram a Municipal Teófilo Cunha, em Japeri, e a Escola Municipal Santo Expedito, em Queimados. Os dois municípios escolhidos são considerados áreas estratégicas na universalização do esgotamento e recebem outro projeto do Comitê que é o Sanear.

Chegar até o imaginário das crianças sempre foi o foco desse projeto, contando a história do rio Guandu, como ele recebe as interferências do homem dentro da comunidade, mostrando ações positivas de preservação, mas também como em coletivo é possível proteger as áreas. Para a secretária municipal do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Japeri, Meire Lucy Fonseca, o papel da criança é importante nesse processo de preservação.

“O Guandu é nosso importante rio da cidade e o projeto vem trazendo para dentro da comunidade escolar essa grandeza de proteção da qualidade hídrica. Foi um ciclo muito proveitoso para a nossa cidade, para nossas crianças e principalmente para o meio ambiente”, disse Meire Lucyque, que também é membro do Comitê desde 2017.

Cedae apoiou a iniciativa

Duas etapas do projeto aconteceram com o apoio da Cedae, que foram a ação “Exploradores” e do “Replantando Vida”. Os alunos visitaram o Espaço Manancial, que é Centro de Inovação Socioambiental Cedae, no Centro do Rio de Janeiro e conseguiram ver de perto que a sustentabilidade é um dever de todos. De acordo com a professora, Tamara Cristhi, de Japeri, alguns estudantes nunca tinham tido a oportunidade de visitar a Capital, a novidade veio carregada de conhecimento.

No município de Japeri, as ações do “Amigos do Guandu” foram realizadas dentro da escola, no dia 28 de novembro. A programação contou com brincadeiras, lanche e distribuição de mochilas ecológicas personalizadas do Comitê Guandu. Já no município de Queimados, o encerramento

da edição, aconteceu no dia 1º de dezembro, com uma festa no Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo.

Para a secretária de Ambiente e Defesa dos Animais do município de Queimados, que é também diretora executiva do Comitê, Andreia Loureiro, o projeto deixa um legado para o território. “Foi uma experiência incrível na Escola Municipal Santo Expedito, fica na mesma localidade onde foi iniciado o projeto Sanear Guandu. Muitas crianças receberam os biodigestores em suas casas, ficou mais fácil entender a importância de tratar esgoto, de ter esse olhar para os mananciais e a água, como recurso natural fundamental para a vida”, destacou Andreia Loureiro.

Iniciativa une região

A educação ambiental faz parte de muitas ações do Comitê Guandu, mas com as crianças o projeto “Amigos do Guandu” tem esse diferencial de falar de uma coisa tão séria, mas de uma forma leve, para que as crianças consigam entender e colocar o aprendizado na rotina, além também, de passar para a família a importância do rio.

“Esse ideal de uma educação ambiental transformadora como um princípio para que a gente tenha, no futuro próximo, uma bacia, uma região hidrográfica verdadeiramente saudável, verdadeiramente saneada. As crianças tiveram atividades lúdicas sobre a questão de educação



Ação que aconteceu no Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo, em Queimados
Foto: Alex Ferro



Alunos durante a visita ao Manancial da Cedae

Foto: Alex Ferro

ambiental, o manejo de resíduos sólidos, saneamento, o impacto da floresta de pé para a saúde desses rios e principalmente, a gente promoveu o fortalecimento do sentimento de pertencimento com esses recursos hídricos”, destacou a diretora geral do Comitê Guandu e coordenadora Ambiental da Governança Socioambiental da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), Mayná Coutinho.

A diretora da Escola Municipal Santo o Expedito, em Queimados, Cristiane Cruz, falou sobre a importância de ter recebido o projeto. “Nossos alunos aprenderam de forma lúdica, interativa e adquiriram muitos conhecimentos que compartilharam com os familiares, nós notamos a mudança de atitude”, explicou a diretora.

Estudante do 4º ano da escola, Davi Leonardo de Oliveira, de 10 anos, ficou entusiasmado com tudo que aprendeu. “Eu achei ótimo o jeito que eles explicaram e consegui entender bem melhor. A parte que eu mais gostei foi das plantas, dos rios, também as gincanas que tiveram. Outra coisa que eu gostei foi aprender sobre o ciclo da água”, lembrou o estudante.

Segundo a professora do 4º ano, também da escola de Queimados, Tatiana Tomás, a iniciativa significa experiência de vida para os estudantes. Uma oportunidade para as crianças entenderem a realidade, a teoria vai para prática e fica mais fácil o aprendizado.

Divulgação dos projetos do Comitê

Outro destaque dentro do projeto foi a oportunidade que os alunos tiveram de conhecer como funciona um biodigestor, uma das soluções individuais aplicadas no Sanear Guandu, maior programa de saneamento rural, realizado pelo Comitê Guandu e parceiros, que está atendendo as duas comunidades onde as escolas estão inseridas. Já que dentro de casa essa consciência ambiental vem mudando com a chegada dos biodigestores, foi importante mostrar aos estudantes sobre o esgotamento.



Atenção redobrada para os aprendizados na visita à Cedae

Foto: Alex Ferro

Ao fechar esse ciclo com os alunos, a pedagoga Andrezza Maciel, que participa do projeto fez um balanço do que aconteceu desde de setembro nas escolas. “A gente teve uma trajetória de muita aprendizagem, momentos lúdicos, divertidos com as nossas crianças, nos quais elas tiveram um contato maior com conceitos de cuidado. O objetivo é plantar uma sementinha nessas crianças de, realmente, como é que elas podem fazer para cuidar do meio ambiente”, relatou Andrezza.

A pedagoga ressaltou, ainda, a importância do “Dudu”, mascote do projeto, que interagiu com os estudantes por meio de vídeos e na cartilha pedagógica que receberam. “Nosso mascote, o Dudu, trouxe toda a brincadeira, ensinando para eles qual era a importância dos rios e da água”, finalizou.

Na prática, as crianças aprenderam a importância da preservação

Foto: Alex Ferro



Alunos conheceram como funciona um biodigestor

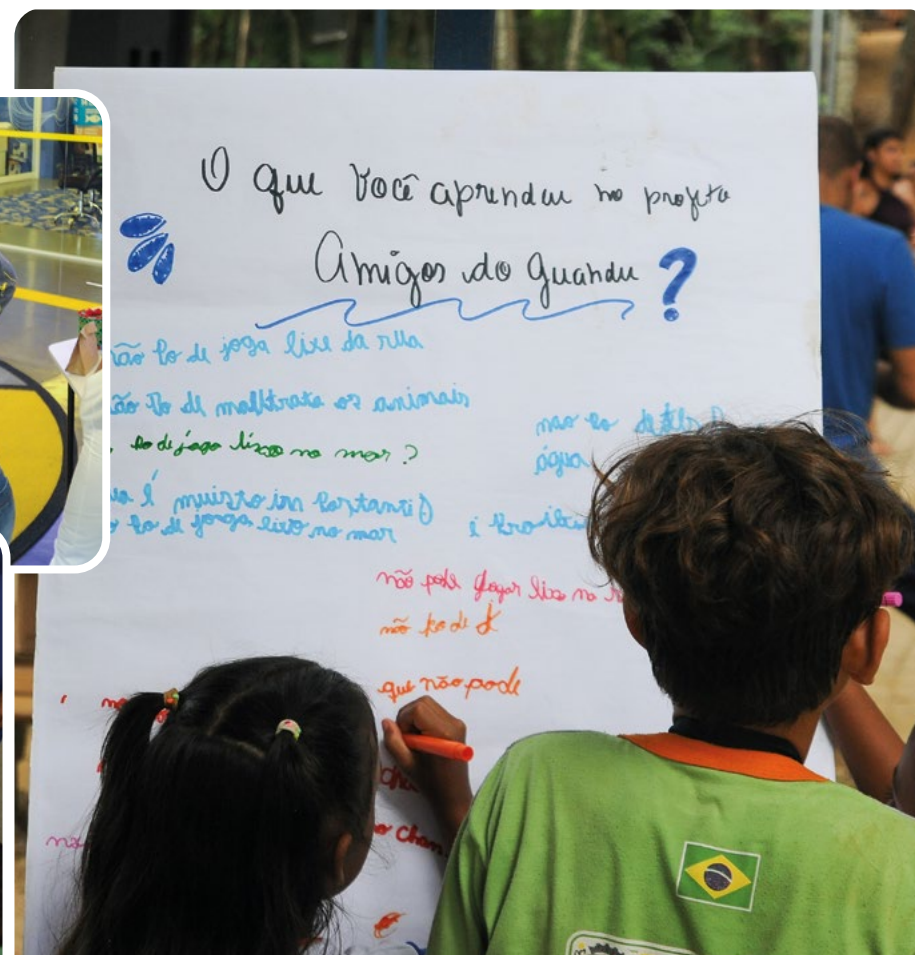
Foto: Alex Ferro

Sementes do futuro

Fechar os olhos e nos imaginar nas próximas décadas, esse foi um dos exercícios estimulados pelo projeto. Durante a oficina de sementes e o plantio de mudas de espécie nativas, proporcionados por meio da ação “Replantando Vida”, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), os estudantes puderam entender esse processo de nascimento e crescimento.

As crianças puderam enterrar uma “cápsula do tempo”, nas áreas das escolas, com cartas e desenhos feitos por elas, que só serão resgatados em 2033. A proposta é que no futuro eles voltem ao colégio para ver as árvores que foram plantadas e abram as cápsulas, lembrando como era o pensamento deles há dez anos.

O "Replantando Vida" foi uma das últimas etapas a nas escolas. "Explicamos como é feito o plantio das mudas arbóreas, das árvores, mostrando um pouco como e quais são as espécies que a Cedae produz nos seus viveiros. A gente trouxe o Ipê rosa de bola para que eles. Cada turma recebeu uma muda e aí a gente conseguiu fazer o plantio dela, explicar recipientes alternativos para esse plantio, além de firmar essa parceria entre o 'Amigos do Guandu' e o 'Replantando Vida', na qual a gente consegue agregar a questão da conscientização ambiental e preservação das nossas florestas, e, principalmente, da nossa Mata Atlântica", destacou Thainá Almeida Chagas, representante do projeto na Cedae.



A pequena Myrella da Costa Bispo, aluna do 1º ano, da Escola Municipal Teófilo Cunha, de Japeri, falou sobre o que mais gostou da etapa. "Das plantas, porque elas têm que ser bem cuidadas. Lá em casa tem uma horta, tem várias plantinhas. Elas são muito legais, nos ajudam a ter a respiração e a viver", comentou.

Ela não foi a única que destacou sobre o cuidado com as plantas. João Miguel Araújo dos Anjos, também estudante do 1º ano, da mesma escola, aprendeu como reutilizar garrafas para plantar sementes e promover a sustentabilidade. "Eu aprendi com esse projeto a cuidar das plantas, deixando elas crescerem, não arrancar. Eu aprendi como pode fazer com a garrafa para plantar as sementinhas", ressaltou.

Ações mobilizaram a comunidade escolar
Foto: Alex Ferro





Seminário integra membros do Comitê Guandu

O Seminário de Integração, promovido pelo Comitê Guandu-RJ, reuniu membros recém empossados para o triênio 2023-226, especialistas da AGEVAP, INEA, SEAS e outros convidados, em uma série de palestras e dinâmica, buscando cada vez mais conectar os representantes da sociedade civil, do poder público e usuários de recursos hídricos, nas propostas para aumentar a segurança hídrica.

O evento aconteceu no Espaço Manancial, na sede da CEDAE, no Rio de Janeiro, dia 1 de junho e contou com palestrantes como Moema Versiani, gerente de Instrumentos de Recursos Hídricos e Governança das Águas (GERAGUA), Frank Pavan, engenheiro ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e do diretor-presidente da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), André Marques.

Depois de uma apresentação de cada membro para estreitar laços e aumentar afinidade, aconteceu o debate sobre: "A Gestão das Águas no Estado do Rio de Janeiro e na Região Hidrográfica II". Cada membro mostrou a experiência pessoal com a bacia do Guandu e com as ações dos municípios que fazem parte da Região Hidrográfica II.

Para a diretora de Saneamento do Comitê, Ana Asti (SEAS), um sobrevoo feito por ela na bacia, constatando um cenário degradante, foi um alerta também para a importância das ações desenvolvidas pelo Comitê para mudar aquela realidade, o que a fez se envolver cada vez mais com o Colegiado, aproveitando o encontro para relembrar e compartilhar esse momento tão marcante.

"Eu vi a poluição negra que entrava nas lagoas, do alto e isso me impactou demais, foi então que entendi a responsabilidade gigantesca do Comitê de

estar junto com o poder público, mas também de ficar de mãos dadas com a sociedade civil. São milhares de pessoas que vivem nesses territórios, precisamos de políticas públicas e pensar nesse desenvolvimento para entender melhor essas questões", destacou Asti.

O palestrante Frank Pavan, falou sobre o "Novo Contrato de Gestão e seus objetivos: importância da sinergia dos atores para o avanço da gestão e o alcance das metas. "O novo contrato pede que o trabalho seja feito de uma forma mais planejada, sempre com representantes da sociedade para discutir esse uso. As parcerias com os órgãos ambientais são de suma importância. Também não podemos esquecer que o saneamento está incluso água tratada", afirmou Frank Pavan que é da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (Dirseq) do INEA.

Na palestra sobre as Agências das Águas, André Marques explicou em detalhes sobre o que é a AGEVAP, o papel na relação com o Comitê e também

a importância dentro de todo o sistema hídrico. "Eu chamaria não só de integração, mas também capacitação. Eu acho que sempre é bom cada um entender o sistema. A complexidade, a gestão participativa em si é complexa, mas cada um precisa entender o seu papel, tanto o Comitê, como a Agência e também o gestor", destacou André.

Troca de ideias

O evento foi o primeiro de uma série de ações realizadas para integrar todos os membros do Colegiado. "O Seminário de Integração faz parte de uma programação que nós colocamos para a integração dos membros, com uma visita técnica na Light, fazendo com que todos os membros conheçam a região hidrográfica de fato. Visitamos também a Estação de Tratamento de Água, a ETA Guandu e os novos membros do Comitê também participaram de algumas ações do Sanear Guandu e do PAF (Produtores de Água e Floresta). São programas marcos do Comitê Guandu, tudo

isso, aprimora o conhecimento profundo de cada membro, para que a gente tenha discussões e decisões fundamentadas. Para os membros se conhecerem melhor, estar receptivos uns aos outros, para que a gente consiga ter deliberações, tomadas de decisões considerando todos os saberes, mas que seja pautada no conhecimento técnico da região hidrográfica, porque nós temos o nosso Plano de Bacia e demais documentos norteadores. Tudo isso precisa estar integrado, por isso, que fizemos o Seminário, para que nós façamos o nosso trabalho bem feito enquanto Comitê de bacia, que é ter água limpa e abundante para todos", afirmou a diretora-geral do Comitê e engenheira ambiental a CEDAE, Mayná Coutinho.

Dinâmica de integração

Um dinâmica sobre finalização não violenta como com o psicólogo e professor universitário Hans Muylaert, finalizou a programação do evento. "Precisamos utilizar uma boa comunicação, porque isso melhora nossas relações nas organizações e no trabalho", destacou Hans, que envolveu os membros com a dinâmica.

Um grupo do Colegiado fez uma visita técnica, no dia 15 de junho, ao Complexo de Ribeirão das Lajes, da Light S.A, um engenhoso sistema conjunto de captação de água e geração de energia, proveniente de quatro usinas, com mais de um século de existência. A proposta foi fazer com que os membros, especialmente os mais recentes que tomaram posse este ano, possam conhecer ainda melhor a Região Hidrográfica II (RH II).



O evento foi realizado no espaço Manancial da Cedae
Foto: Andresa Alcoforado



Visita técnica à Light
Foto: Divulgação

“Foi um dia especial, conheci o Complexo da Light, a Usina Hidrelétrica de Fontes e a represa de Pirai, e entendi a grandiosidade de um sistema de geração de energia e captação de água fantástico. Muita informação, responsabilidade técnica, vi a importância da captação de água do Rio Paraíba do Sul, que auxilia o sistema Guandu. Fez todo o sentido para mim ver o quanto o Comitê Guandu fala e trabalha com projetos voltados para a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro. Obrigada ao Comitê por proporcionar muitos avanços para o município de Mendes. E com essas visitas técnicas, abrir cada vez mais os nossos horizontes. Espero poder participar de outras visitas técnicas como esta e mais uma vez agradeço ao Comitê Guandu”, destacou a secretária de Ambiente de Mendes e membro do Comitê, Zelia Raguzzoni.

Também presente, a gerente de meio ambiente da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep), que também integra o Colegiado, Viviane Montebello, disse que a visita técnica foi importante para que os membros possam ver de perto aquilo que ouve ou lê durante as discussões do Comitê. “Quando você vê na prática, você consegue entender melhor a legislação, você consegue entender melhor o que está sendo discutido dentro do âmbito do Comitê de bacia. Gostei muito da visita, porque integra os membros do Comitê, muitas pessoas que a gente às vezes até conhece, mas só de nome ou por vídeo ou numa reunião rápida e você não tem a oportunidade de conversar, de trocar mais ideias. Pude conhecer como funciona a instituição, como

que funciona a operação dessa represa, sem falar na paisagem lindíssima. A gente também conversou com o operador, foi super solícito, levou a gente para conhecer vários ambientes e ainda pudemos observar como é a condução dos funcionários para um ambiente operacional. Como é o cuidado deles com a área ambiental para evitar mais impactos ambientais. Eu gostei muito! Quero mais visitas”, ressaltou Montebello.

Visita à ETA Guandu

A última etapa da integração dos membros do Comitê Guandu-RJ foi a visita técnica, desta vez na Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, localizada no município de Nova Iguaçu, no dia 30



Visita técnica ETA Guandu
Foto: Alex Ferro

de junho. O objetivo foi fazer com que os membros, especialmente os mais recentes que tomaram posse este ano, e outros convidados pudessem conhecer ainda melhor todo o sistema da ETA da Companhia Estadual de Águas e Esgotos Rio de Janeiro (Cedae).

Os visitantes puderam acompanhar as diferentes etapas do processo de tratamento das águas que abastecem mais de 9 milhões de habitantes no estado do RJ. Além das áreas de captação e decantação, os participantes puderam conhecer os laboratórios da Cedae e projeto socioambiental Replantando Vida, o maior empregador de mão de obra prisional do país. Atualmente, são mais de 500 apenados trabalhando no projeto, que se destaca por produzir mudas nos viveiros para a recomposição, principalmente, das matas ciliares.

“Essa integração é muito importante para a gente saber como a água é tratada, para a questão de qualidade e quantidade de água”, destacou a diretora de Saneamento do Comitê Guandu, Paola de Oliveira Souza, representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Nova Iguaçu.

Subcoordenador da Câmara Técnica de Saneamento Básico do Comitê, Felipe Siqueira Baida também destacou a importância da integração. “A visita é extremamente importante para ampliar o conhecimento de todo mundo, conseguir perceber a robustez do porte dessa unidade operacional, que é tão importante para o abastecimento da população aqui do Rio de Janeiro, e também, principalmente, conhecer o novo laboratório Libra, pioneiro no país para uma empresa de saneamento básico,

que traz mais agilidade, mais eficiência e um maior controle da qualidade da água que é tratada dentro da unidade operacional”, ressaltou o representante da Rio Mais Saneamento.

Convidado também para acompanhar a atividade organizada pelo Colegiado, Humberto Yoshiharu Saito, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), falou sobre como uma água de qualidade pode impactar a vida população. “Acredito que é muito importante esse tipo de atividade para trazer justamente para a população, de uma maneira geral, a percepção de que água é sim uma coisa, ao mesmo tempo técnica, direta e um direito que o ser humano tem. É nosso direito a ter uma água assim muito saudável de procedência e que a gente pode consumir sem problemas”, finalizou.



Visita técnica ETA Guandu
Foto: Alex Ferro



Comitê Guandu participa do 32º Congresso ABES

As realizações do Comitê Guandu-RJ na melhoria ambiental da bacia hidrográfica por meio da implementação de Soluções baseadas na Natureza (SbN) foram destaque na 32ª edição do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (CBESA). Conhecido como o Congresso da ABES — Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental—, o evento é apontado como o mais importante da área de saneamento ambiental do país. O encontro aconteceu entre os dias 21 e 24 de maio, juntamente com a Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental (a Fitabes) no Expominas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, reunindo empresas, especialistas da área e estudantes, com a finalidade de discutir os desafios da universalização do saneamento e a sustentabilidade.

Acompanhando de perto todas as discussões propostas no Congresso, a diretora-geral do Comitê Guandu e engenheira ambiental da Cedae, Mayná Coutinho, palestrou no dia 23, durante o Painel G8 do eixo Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

“Falamos de parte das realizações que o Comitê Guandu-RJ tem, utilizando Soluções baseadas na Natureza. Mostramos todo o histórico do PAF (programa Produtores e Águas e Florestas), desde de como começou e como conseguimos ampliar. Destacamos também as SbNs no saneamento rural, com o Sanear Guandu, e nos Planos Municipais de Mata Atlântica, que vão possibilitar o planejamento verde, inclusive do Plano Diretor Florestal para que a gente use as técnicas adequadas aos locais”, resumiu Mayná Coutinho sobre a sua apresentação, ressaltando que os projetos com SbN do Comitê são discutidos, principalmente, no âmbito do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde e Câmara Técnica de Saneamento Básico.



Mayná destacou a importância do Sanear
Foto: Divulgação

Encontro Ambiental mobilizou membros do Guandu e comunidade acadêmica

O Encontro Ambiental do Comitê Guandu-RJ, aconteceu no dia 6 de junho, no anfiteatro Gustavo Dutra, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membros do Comitê Guandu, universitários da UFRRJ e comunidade em geral participaram do evento. Foi o lançamento oficial da campanha “Fiscal das Queimadas”, além da divulgação de outras ações, que vêm sendo feitas pelo Comitê da bacia do rio Guandu, como o concurso cultural e ambiental “Cine Guandu”, cuja premiação dos estudantes que fizeram os vídeos ganhadores, todos da UFRRJ, também ocorreu no Encontro.



O Encontro Ambiental foi realizado na UFRRJ, em Seropédica
Foto: Aldo Viana



A comunidade acadêmica da UFRRJ participou do Encontro Ambiental
Foto: Aldo Viana





O Comitê Guandu apresentou seus principais projetos no evento
Foto: Alex Ferro

SANEARIO

O Comitê Guandu-RJ marcou presença, no dia 11 de julho, do Seminário Estadual de Saneamento e Meio Ambiente – SANEARIO 2023, principal evento sobre saneamento e meio ambiente do Rio de Janeiro, que foi realizado no Iate Clube do Rio de Janeiro. O evento foi promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-Rio) e teve apoio do Comitê, que lançou a “Revista Guandu”, além de participar de painéis.



A Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade do estado do Rio de Janeiro, SEAS, foi parceira na realização do evento, como parte da agenda Rio 2030. O encontro marcado por especialistas do setor, de entes correlatos como diretores de Agências Reguladoras Nacional e Regional, empresários, pesquisadores, representantes da sociedade civil e outros. A programação aconteceu de forma híbrida (presencial e online). Foi o projeto Observatório de Bacia, o escolhido pela SEAS, para receber o selo Prosegh sobre segurança hídrica, com cinco estrelas na categoria qualidade de água e recursos hídricos. A premiação foi entregue a membros do Comitê pessoalmente pelo vice governador e o então secretário do Ambiente, Thiago Pampolha.



O projeto Observatório de Bacia recebeu premiação de qualidade no evento
Foto: Alex Ferro

Presença no Limpa Rio que contou com informações do Comitê Guandu-RJ

O Comitê Guandu-RJ marcou presença no dia 19 de outubro de 2023, através de sua diretoria, no evento de lançamento da nova fase do Programa Limpa Rio, realizado no Palácio Guanabara. O programa é uma iniciativa do Governo do Estado no auxílio aos municípios e objetiva executar ações de limpeza em trechos de rios e outros mananciais localizados em áreas possíveis de inundações.

Em apoio, com base em estudos contidos em seu Plano de Bacias, o Comitê Guandu-RJ forneceu informações à Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade de áreas suscetíveis à inundação em sua Região Hidrográfica, bem como a solicitação de mais



O Comitê Guandu apresentou estudos durante o evento
Foto: Divulgação

informações detalhadas aos municípios listados na iniciativa.

O evento contou com as presenças da diretora-geral do Comitê, Mayná Coutinho, da diretora-executiva Andreia Loureiro, e da diretora de

Saneamento Paola de Oliveira, que receberam as boas-vindas do vice-governador e o então Secretário Estadual de Meio Ambiente, Thiago Pampolha, e do presidente do Inea, Philippe Campello, que participaram da solenidade.

No distrito de Lidice, os moradores convivem com a natureza e a história local
Foto: Luisa Ritter



Programa de Turismo Agroecológico vai dialogar com outras iniciativas do Comitê

Belezas naturais, patrimônios históricos, tradições culturais e a riqueza de um povo. Tudo isso pode ser encontrado nos municípios da Região Hidrográfica II, que passarão a ter ainda mais visibilidade a partir da criação do Programa de Turismo Agroecológico do Comitê Guandu-RJ, previsto para 2024. O Turismo Agroecológico utiliza o uso sustentável dos recursos existentes no meio rural e incentiva práticas de visitação de baixo impacto, que apresentam como finalidades a educação e a sensibilização quanto aos métodos de manejo sustentáveis, que visam a valorização do ambiente e cultura local.

Segundo o pesquisador especialista em Desenvolvimento Rural da Embrapa –

instituição membro do Comitê, Mauro Sérgio Vianello Pinto, o turismo agroecológico pode ser uma das estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios, desde que consiga desencadear processos capazes de gerar transformações socioculturais e econômicas que levem à transição das atividades produtivas geradoras de impactos negativos nas dimensões da sustentabilidade para atividades menos impactantes e de base ecológica, capazes ainda de reverter processos de degradação socioambiental.

“O turismo agroecológico, feito de maneira genuína, convida os atores sociais do território para realizar análises criteriosas e críticas da situação local, a fim de ter a compreensão, por múltiplas perspectivas, que permita identificar vulnerabilidades a serem sanadas, potencialidades a serem fomentadas e referências

agroecológicas que possam servir de laboratórios de inovação socioambiental e produtiva, tendo em vista uma visão de futuro em tornar o território um ambiente sustentável, saudável e inclusivo. É preciso ação imediata para transformação da economia em bases ecológicas, pois as intensificações climáticas já se fazem sentir no cotidiano de milhões de pessoas nas regiões metropolitanas. O turismo agroecológico é uma das ferramentas, mas é preciso o envolvimento de setores produtivos, comerciais e de serviços engajados na conversão de atividades com maior sustentabilidade, assim como o comprometimento da comunidade do território em questão”, pontuou o pesquisador.

Dentre as etapas da implementação estão previstas o mapeamento da agroecologia no território, capacitação pré e durante a elaboração, diagnóstico, proposta de caminhos para ampliação e inventário turístico. Levantamentos que vão estruturar as ações. Desde 2022, o Comitê Guandu vinha debatendo dentro das Câmaras Técnicas com representantes de alguns dos municípios da RH II, atrativos turísticos em suas regiões e as dificuldades para o desenvolvimento do turismo em cada área. As apresentações estavam previstas no Manual Operativo do Plano de Bacias do Guandu.

O pesquisador aponta os ganhos que podem ser gerados pelo projeto: “Arrisco a dizer que o principal ganho seja de uma consciência profunda e integrada da ação humana na natureza. Isto é, o turismo se torna prática educativa coletiva geradora de transformações internas nas pessoas capazes de fazer repensar hábitos de vida e costumes absorvidos e praticados de forma automatizada e sem ou pouco senso crítico. De forma mais cotidiana, isso poderá resultar em consumo consciente, em estímulo à economia local e solidária que resulte numa melhor distribuição do valor gerado pelo trabalho, além dos benefícios ambientais decorrentes das mudanças de posturas e hábitos”.

A iniciativa, como todas ações do Colegiado, não é isolada. Será balizada pelos Planos Municipais de Mata Atlântica, Plano Diretor Florestal, Programas Municipais de Educação Ambiental e o Programa de Educação Ambiental da RH II, todos concluídos ou em fase de conclusão, elaborados com recursos deliberados pelo Comitê Guandu.

Toda a preparação e o processo de execução do Programa de Turismo Agroecológico serão acompanhados pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

A iniciativa do Programa de Turismo vai ao encontro do Pagamento pelo Serviço Ambiental, estruturado e implementado através do programa Produtores de Água e Floresta (PAF), desenvolvido pelo Comitê Guandu, valorizando também a cultura local. “Há vários produtores rurais que têm esse compromisso com a preservação e a conservação florestal, por meio de boas práticas nas suas produções agropecuárias. Eles já têm um modo de produção melhor. Fortalecer para que eles tenham fontes alternativas de renda, é permitir que a floresta continue ali e que aquele produtor que tem essa consciência, essa sensibilidade, também”, destacou a Técnica em Recursos Hídricos da AGEVAP, Isabela Trece, que atuou nas ações do PAF na sub-bacia de Sacra Família.

Um exemplo disso vem do Sítio Cantopi, numa das áreas mais preservadas da região Sacra Família, atendida pelo PAF. A propriedade de 23 hectares, cortada pelo Ribeirão Santana em Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, é comandada pelo proprietário rural



Conviver com a história local começa na infância
Foto: Luisa Ritter



Os moradores passaram por capacitações no campo
Foto: Luísa Ritter

Guilherme Amorim Garcia, de 73 anos, e seus familiares. Ao lado da esposa Dayse Telles, Guilherme tem apostado cada vez mais no turismo rural e sustentável. Ele contou que faz questão de mostrar aos visitantes a área atendida pelo programa Produtores de Água e Florestas, do Comitê Guandu-RJ. O sistema adotado na propriedade dele foi o de agrofloresta, com o plantio de 2.600 mudas de palmito juçara, além da construção de mais de mil metros de cerca para a proteção de nascentes e encostas. "Acho incrível também o despertar aos produtores rurais da região sobre a importância de preservar a mata", ressaltou Guilherme.

Já na Comunidade Quilombola do Alto da Serra do Mar, no distrito de Lídice, em Rio Claro-RJ, também atendida pelo PAF, no âmbito do PAF (Re) Floresta Água e Carbono, os moradores já estão recebendo qualificação na área do turismo para impulsionar a criação, planejamento e realização de uma atividade econômica baseada na natureza e na conservação ambiental. A restauração da mata, através do PAF, trouxe de volta à área animais que há anos não eram vistos por lá. Além disso, garantiu também a permanência dos quilombolas mais jovens na comunidade, já que muitos se mudavam por falta de oportunidade.

O pesquisador Mauro Sérgio finaliza afirmando que a técnica e prática é uma ferramenta capaz de fomentar o cuidado com o meio ambiente, a valorização das boas práticas ambientais e da cultura e saber local e a conscientização de quem tem contato com tanta riqueza ambiental. "O turismo agroecológico traz em si os princípios da agroecologia que preconizam todo o cuidado com a preservação e conservação da natureza e do respeito as populações locais, promovendo atividades produtivas e estilos de bem viver que podem ser referenciais para ações educativas para mudanças de mentalidades, de percepções e sensoriais às

peças e coletivos de turistas, podendo desencadear novas maneiras de viver e se relacionar com as pessoas e o meio ambiente".

Na reta final do programa, serão criados um roteiro e um site, onde constarão os atrativos selecionados, com fotos, mapas lúdicos e placas de identificação. Ainda dentro do material de divulgação serão produzidos vídeos e conteúdo para o site do programa e para as redes sociais do Comitê Guandu. O objetivo é estruturar o turismo agroecológico na bacia, fomentando o desenvolvimento econômico sustentável e ambiental.



Várias atividades sobre turismo foram ensinadas
Foto: Luísa Ritter



**Sanear Guandu
alcança 4060
domicílios**
**Expectativa é atender
outras 4000 casas,
levando esgotamento
sanitário e dignidade.**

Sanear Guandu
Foto: Anderson Alcolorado



Troca de experiência entre Comitês no Rio Grande do Norte
Foto: Lucas Santana

Projetos do Comitê são destaques no ENCOB

O Comitê Guandu-RJ, mais uma vez, foi destaque no maior evento de águas do Brasil por suas realizações construídas diariamente para a segurança hídrica e meio ambiente nos municípios da Região Hidrográfica II (RH II) e toda região metropolitana do Rio, já que boa parte é abastecida pelas águas da bacia. Durante o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), que aconteceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, de 21 a 25 de agosto, membros do Colegiado puderam participar de importantes debates e também apresentar iniciativas do Comitê, como o Programa Sanear Guandu, o Projeto Observatório da Bacia e as ações da Agenda de Infraestrutura Verde, com destaque ao “Produtores de Água e Floresta (PAF)” e os inéditos Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMAs).

Com o tema “Águas do Brasil: Governança, Adaptação e Desenvolvimento”, a XXV edição do ENCOB foi realizada pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), proporcionando grandes diálogos e troca de

experiências entre os mais de 240 comitês de Bacias do país, com a realização de Rodas de Diálogos e apresentação de experiências exitosas dos Comitês de Bacias.

“Levamos para o conhecimento de todos os outros Comitês, de todos os outros estados, casos de sucesso emblemáticos do Comitê Guandu, que devem servir de exemplo para essas outras instâncias. Nós apresentamos durante o ENCOB o maior programa de saneamento rural do Brasil, que é o Sanear Guandu, que está levando condições de saneamento para os municípios da região hidrográfica”, destacou a diretora geral do Comitê Guandu e coordenadora Ambiental da Governança Socioambiental da CEDAE, Mayná Coutinho.

No estande “Integração pelas Águas”, dos Comitês fluminense, um dos mais visitado do ENCOB, Mayná, ao lado coordenador do Grupo de Trabalho de Infraestrutura Verde do Comitê, Hendrik Mansur, apresentou também o projeto Observatório de Bacia, que prevê uma

rede de cerca de 80 estações de monitoramento quali-quantitativo, providencial para gestão de toda a região hidrográfica, que abastece cerca de 9 milhões pessoas.

— Falamos também sobre o Observatório de Bacia, que projetou e irá implantar em 2024 a maior e mais completa malha de monitoramento das águas do Brasil, incluindo alerta de cheias para populações ribeirinhas — ressaltou a diretora geral do Comitê.

No mesmo espaço, o Colegiado apresentou também o PAF, dando enfoque, ainda, ao projeto (Re)Floresta, Água e Carbono, que é realizado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), e financiado pelo Comitê Guandu e Programa Petrobras Socioambiental. Com o PAF, o Comitê Guandu se tornou o primeiro a realizar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltado a serviços hidrológicos no Brasil.

Ainda no estande “Integração pelas Águas”, outro destaque foi o trabalho de construção dos PMMAs, elaborados pelo Colegiado para 12 municípios da RH II, instrumentos fundamentais de planejamento verde no território.

“Apresentamos esse caso de sucesso com o PAF e mostramos também que, em setembro, vamos fazer a entrega dos Planos Municipais de Mata Atlântica para os nossos municípios, que também são um grande aliado para o planejamento verde, com o olhar de águas e isso tudo vai gerar o Plano Diretor Florestal que vai balizar as nossas decisões em termo de infraestrutura verde para nossa região. Futuramente também teremos o programa de turismo agroecológico do Comitê Guandu”, completou Mayná, destacando a entrega dos Programas Municipais de

Educação Ambiental (ProMEAs), inéditos para 13 municípios que estão inseridos na RH II, apontados “como principal instrumento de educação ambiental, com olhar de bacia hidrográfica, sendo um instrumento fundamental para ampliar a participação da sociedade na gestão das águas”.

Ao enfatizar a importância da presença do Comitê Guandu no ENCOB, Hendrik Mansur (TNC), membro do Colegiado, falou sobre o fortalecimento da gestão de recursos hídricos no país a partir do evento. “Com isso, a gente fortalece a participação dos segmentos em uma política pública”, destacou.

Também presente no ENCOB, a diretora de Saneamento do Comitê, Paola Oliveira, representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Nova Iguaçu, destacou a troca de experiência entre os Comitês. “Podemos mostrar os nossos projetos e ver outros projetos das Bacias, que integralizaram e fizeram parte deste evento grandioso e muito importante para nós brasileiros”, ressaltou a advogada.

Interação dos municípios

Integrantes do Comitê Guandu, as representantes das secretarias municipais de Meio Ambiente de Mendes e Vassouras, respectivamente Zélia de Souza Pereira Raguzzoni e Nicole Klimko Fraguas, destacaram a interação proporcionada no ENCOB.

“É muito importante porque a gente pôde entender e ver o quanto de ações positivas são realizadas dentro dos Comitês de Bacias no Brasil. Em Mendes, o Comitê Guandu faz uma diferença muito grande e positiva, porque a gente trabalha em conjunto, com

várias ações, como o Sanear, o PSA por meio dos Produtores de Água e Floresta, e o PMMA. Então, hoje a gente consegue entender a importância dessas ações em conjunto e entende que quem é o maior beneficiário de tudo isso é o município”, ressaltou a secretária de Meio Ambiente de Mendes, Zélia Raguzzoni.

Já Nicole Klimko falou da oportunidade proporcionada pelo Comitê aos municípios. “É muito gratificante participar dessas ações. O Comitê sempre se preocupa em trazer os municípios para gente da gestão aprender e levar isso para o município. Essa troca é muito importante”, declarou a membro do Comitê.

Além das apresentações no estande “Integração pelas Águas”, os visitantes também puderam ver vídeos que contaram parte da história de 21 anos do Comitê Guandu e mostraram iniciativas marcantes do Colegiado, como o projeto “Amigos do Guandu”, que leva educação ambiental alunos da RH II, e a Campanha Fiscal das Queimadas, que traz alertas sobre os incêndios florestais. Ação conta com apoio de prefeituras, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), da CEDAE e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP).

Ainda durante o ENCOB, outros momentos marcantes foram uma das Rodas de Diálogo sobre “Governança para gestão das águas”, que contou com a participação do diretor-presidente da AGEVAP, André Marques, e uma apresentação dos Comitês de Bacias fluminense na “Arena das Águas”, onde a diretora-geral Mayná Coutinho falou sobre o enquadramento dos corpos hídricos. O Comitê Guandu foi o primeiro do estado a implementar esse instrumento de gestão no território.

Monitoramento vai auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas



Rio Guandu

Foto: Alex Ferro (Acervo Comitê Guandu)

Os dados levantados pelo Observatório da Bacia pretendem passar embasamento para pesquisas

Foi entendendo a necessidade de aprimorar o monitoramento na Região Hidrográfica II (RH II) responsável pelo abastecimento de cerca de nove milhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população no Estado do Rio de Janeiro; que surgiu o “Observatório da Bacia”. O estudo foi concluído no final de 2022 e agora conta com a parceria do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). O projeto vai possibilitar a geração sistemática de dados sobre a qualidade e a quantidade da água, sendo subsídio para ações mais assertivas e efetivas ao longo de toda bacia do rio Guandu. Sua importância foi reconhecida em 2023 pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), que premiou o “Observatório” com o selo Prosegh sobre segurança hídrica, como um projeto cinco

estrelas na categoria qualidade de água e recursos hídricos.

O Comitê Guandu aprovou em setembro de 2023 a destinação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), arrecadados na RH II, para a implementação, operação e manutenção das estações hidrometeorológicas do projeto, que será executado pelo INEA, que irá assinar um instrumento de acordo com o Colegiado.

O estudo estabeleceu 80 pontos de monitoramento qualitativo na Região Hidrográfica II. O fomento é de R\$ 16 milhões para a implementação das estações, e mais R\$ 2,8 milhões por ano para a operacionalização e manutenção. O valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água na RH II será disponibilizado pelo Comitê Guandu ao Inea, para realizar o gerenciamento do projeto.

“A área técnica do Inea responsável pelo monitoramento hidrometeorológico do Estado ressaltou a robustez do levantamento e dos pontos escolhidos para instalação das estações, todos eles visitados pessoalmente pelos técnicos responsáveis. O CBH Guandu, entendendo ser o Inea o órgão responsável pelo sistema de monitoramento fluminense, veio buscar a experiência e operacionalidade deste para implementar, operacionalizar e realizar as manutenções das estações de monitoramento qualitativas, integrando as já existentes em sua rede de forma padronizada”, explica o diretor de Recursos Hídricos e Segurança Ambiental do Inea, Cauê Bielschowsky.

O monitoramento qualitativo dos recursos hídricos é uma das chaves fundamentais para se realizar o diagnóstico ambiental e desenvolvimento de políticas públicas. Sem ter conhecimento do problema, não é possível investir em soluções efetivas. Um dos objetivos principais deste diagnóstico é que sejam minimizados os eventos que possam causar a interrupção de operação da ETA Guandu, por exemplo.

“Não é efetivo investir em saneamento sem conhecer quais locais possuem uma maior densidade demográfica, onde há falta de redes coletoras e a qualidade do corpo hídrico. Todas essas ações são estratégicas para que seja realizado o investimento em locais prioritários, seja pelo Governo do Estado, seja pela Prefeitura ou ainda pelas empresas concessionárias de coleta de esgoto. Na mesma linha, é fundamental conhecer os locais que possuem maiores ocorrências de transbordamento de rio e o impacto nas regiões residenciais, para se investir em obras de reurbanização e regularização fundiária, de forma que as populações que vivem às margens destes rios não sejam afetadas por eventos extremos”, afirma o diretor de Recursos Hídricos e Segurança Ambiental..

Acesso fácil da população

No estudo do projeto foi considerado os pontos de monitoramento já existentes,

otimizando a nova rede. Uma das premissas da resolução e do acordo para implementação, é que todos os dados da rede sejam públicos e de fácil acesso. O Monitoramento poderá ser acessado pelos sites do Comitê Guandu e do INEA.

Foram definidos 106 pontos distintos de monitoramento, contemplando acompanhamento contínuo pluviométrico em todos os 106 pontos, acompanhamento fluviométrico e de qualidade da água em 88 pontos. Em 30 pontos dentre estes últimos 88, prevê-se também o monitoramento de nível freático. O projeto vai usar tecnologia avançada, dando a precisão das informações de 15 em 15 minutos, os dados serão divididos em automáticos e convencionais, sendo este último enviado a um computador e os números avaliados a cada dois meses, por técnicos especializados.



Rede Pluviométrica

Foto: Divulgação



O foco é evitar acidentes que podem causar contaminação no rio
Foto: Alex Fêrris

Plano de Contingência do Comitê Guandu é base em caso de emergência

O Plano foi colocado em prática para garantir o abastecimento para a população

O Plano de Contingência para Abastecimento de Água do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu_RJ) precisou ser acionado em agosto de 2023. Mais um crime ambiental atingiu o Rio Guandu e chegou a interromper o tratamento de água pela Cedae, na Estação de Nova Iguaçu, por conta do derramamento de surfactantes. O conjunto de informações, e das ações estruturadas pelo Plano do Colegiado, norteou posicionamentos públicos e privados.

O documento é o único no Estado do Rio de Janeiro que trata com tanta preocupação desse tipo de contaminação. O Plano foi finalizado em agosto de 2023, como o sistema hídrico está sempre em movimento, algumas atualizações devem ser feitas em breve. O que deve mudar também é a matriz de responsabilidades de acidentes, que possam gerar poluição acidental, atingindo mananciais superficiais e afetar captações, utilizadas para abastecimento público.

Além disso, devido à dependência da transposição de água, também se constituem áreas estudadas um trecho da bacia do Rio Paraíba do Sul e a bacia do Rio Pirai, como elementos de transposição para a bacia do Rio Guandu. Tudo foi feito com base em um extenso diagnóstico de cenários de riscos

potenciais ao longo da Região Hidrográfica, o Plano sugere uma série de ações integradas de prevenção e resposta, em caso de acidentes que possam comprometer os corpos hídricos da Bacia.

Foi exatamente o que aconteceu no mês de agosto, quando a população teve o abastecimento de água interrompido por conta de um crime ambiental, com o despejo irregular de surfactantes (composto presente em detergentes) no Rio Guandu, que chegou a resultar na interrupção da captação na ETA Guandu.

Esse tipo de situação é grave devido o tamanho do Sistema Guandu, a Estação de Tratamento é responsável por 80% do fornecimento de água da Região Metropolitana do Rio e abastece nove municípios: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Itaguaí e Mesquita. A estação trata 43 mil litros de água por segundo, e atende a cerca de 9 milhões de pessoas.

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), responsável pela ETA, comunicou ao Colegiado, na ocasião, que, em razão das alterações na qualidade da água do Rio Guandu, seguiu o protocolo estabelecido no Plano de Contingência Para o Abastecimento de Água, elaborado pelo Comitê Guandu.

Para o Comitê Guandu-RJ, o procedimento de segurança adotado de interrupção da captação foi correto, pois evitou que fosse colocado na rede uma substância que poderia fazer mal às pessoas. Ao ser informado pela CEDAE sobre o incidente, o Comitê Guandu passou a acompanhar o caso solicitando dados do ocorrido, além de subsidiar informações

ao Ministério Público do Rio de Janeiro, aos órgãos responsáveis pela gestão da água e toda a sociedade.

Saiba mais

O Plano de Contingência para Abastecimento de Água, do Comitê das Bacias Hidrográficas é um conjunto de documentos que definem ações específicas e integradas, de diferentes tipos (preventivas, de preparação, resposta, recuperação e mitigação), baseadas em procedimentos e abordagens técnico-científicas, com apoio de bases de dados e informações (e sistemas de informação geográfica), e no envolvimento e interação de múltiplos atores, quando em situações de emergência ambiental e que possam pôr em risco o fornecimento de água bruta para fins de abastecimento público.

O documento alerta também para vulnerabilidade do sistema. De acordo com o estudo, no trajeto pelas bacias dos rios Paraíba do Sul, Pirai e ribeirão das Lajes/Guandu, a água bruta que abastece a ETA Guandu está permanentemente exposta a potenciais acidentes ambientais associados a rodovias, ferrovias, dutos, indústrias e a ocorrências ou incrementos decorrentes de outras fontes de poluição (aterros/lixões, lançamento de esgoto in natura, minerações, postos de combustíveis, barragens de rejeitos, entre outros).

Exatamente por isso, que é importante ter um planejamento prévio para ação em casos de acidentes.

Conheça o plano completo acessando o site pelo QR Code:



Calendário do Comitê Guandu



Janeiro

- 23/01 - 1ª R.O. Diretoria Colegiada

Fevereiro

- 01/02 - 1ª R.O. CTEG
- 1ª R.O. CTIL-G
- 07/02 - 1ª R.E. Plenária
- 08/02 - 2ª R.O. Diretoria Colegiada

Março

- 01/03 - 1ª R.O. Plenária
- 05/03 - 3ª R.O. Diretoria Colegiada
- 07/03 - 1ª R.O. CTSB

Abril

- 04/04 - 2ª R.O. CTEG
2ª R.O. CTIL-G
- 09/04 - 4ª R.O. Diretoria Colegiada

Mai

- 07/05 - 5ª R.O. Diretoria Colegiada
- 09/05 - 2ª R.O. CTSB
- 23/05 - 2ª R.O. Plenária

Junho

- 04/06 - 6ª R.O. Diretoria Colegiada
- 06/06 - 3ª R.O. CTEG
3ª R.O. CTIL-G

Julho

- 02/07 - 7ª R.O. Diretoria Colegiada
- 04/07 - 3ª R.O. CTSB

Agosto

- 01/08 - 4ª R.O. CTEG
- 4ª R.O. CTIL-G
- 08/08 - 8ª R.O. Diretoria Colegiada
- 22/08 - 3ª R.O. Plenária

Setembro

- 03/09 - 9ª R.O. Diretoria Colegiada
- 05/09 - 4ª R.O. CTSB

Outubro

- 03/10 - 5ª R.O. CTEG
- 5ª R.O. CTIL-G
- 08/10 - 10ª R.O. Diretoria Colegiada

Novembro

- 05/11 - 11ª R.O. Diretoria Colegiada
- 07/11 - 5ª R.O. CTSB

Dezembro

- 03/12 - 12ª R.O. Diretoria Colegiada
- 12/12 - 4ª R.O. Plenária



Calendário Ambiental



Janeiro

- 12 - Aniversário do INEA

Fevereiro

- 06 - Dia do Agente de Defesa Ambiental
- 22 - Aniversário do IBAMA

Março

- 01 - Dia do Turismo Ecológico
- 02 - Aniversário do serviço Florestal Brasileiro
- 16 - Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas
- 21 - Dia Mundial Florestal
- 22 - Dia Mundial da Água

Abril

- 03 - Aniversário do Comitê Guandu
- 15 - Dia da Conservação do Solo
- 19 - Dia do Índio
- 22 - Dia da Terra

Mai

- 03 - Dia do Solo e do Pau-Brasil
- 10 - Dia do Campo
- 22 - Dia Internacional da Biodiversidade
- 27 - Dia da Mata Atlântica

Junho

- 05 - Dia Mundial do Meio Ambiente
- 08 - Dia Mundial dos Oceanos
- 17 - Dia do Gestor Ambiental
- 17 - Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca
- 20 - Aniversário da AGEVAP

Julho

- 10 - Aniversário de criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente
- 12 - Dia do Engenheiro Florestal
- 17 - Dia da Proteção das Florestas
- 26 - Dia Mundial dos Manguezais

Agosto

- 09 - Dia Internacional dos Povos Indígenas
- 09 - Dia Interamericano de Qualidade do Ar
- 14 - Dia do Controle da Poluição Industrial

Setembro

- 03 - Dia Nacional do Biólogo
- 05 - Dia da Amazônia
- 16 - Dia Internacional de Preservação da Camada de Ozônio
- 19 - Dia Mundial pela Limpeza das Águas
- 21 - Dia Internacional da Árvore
- 22 - Dia da Defesa da Fauna

Outubro

- 12 - Dia Mundial para a Prevenção de Desastres Naturais e Dia do Mar
- 12 - Dia do Engenheiro Agrônomo
- 15 - Dia do Educador Ambiental

Novembro

- 30 - Dia do Estatuto da Terra

Dezembro

- 19 - Aniversário da Agência Nacional de Águas - ANA
- 29 - Dia Mundial da Biodiversidade

Quer ouvir uma
boa conversa sobre
as questões hídricas?
**Acompanhe nosso
PodCast!**



**Quanto
vale a
Água?**



Acesse usando o QR Code.
Acompanhe as nossas redes para
curtir, compartilhar e comentar.
www.youtube.com/@comiteguandurj1430

